

**DANIEL HAUER QUEIROZ TELLES**

**ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ATIVIDADE  
TURÍSTICA DA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL - PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Everton Passos

Co-orientador: Prof. Dr. José Gandara

**CURITIBA**  
**Março de 2007**

**MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
- MESTRADO E DOUTORADO**



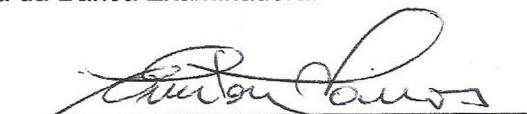
## **PARECER**

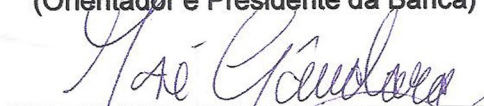
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **Daniel Hauer Queiroz Telles**, intitulada: **“Análise sobre a situação sócio-ambiental e atividade turística da Vila de Encantadas, Ilha do Mel - Pr”**, para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**.

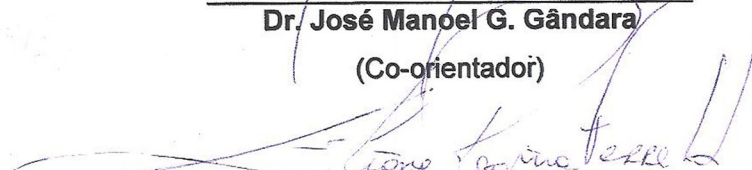
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação, com **Menção Distinção**.

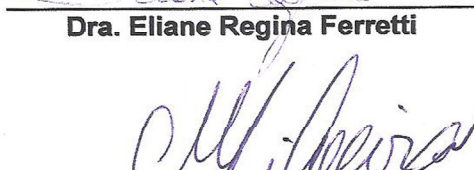
Curitiba, 30 de março de 2007.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Everton Passos**  
(Orientador e Presidente da Banca)

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. José Manoel G. Gândara**  
(Co-orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Eliane Regina Ferretti**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Marcos Aurélio T. da Silveira**

Ao meu pai, incessante estímulo pelo  
saber;

À minha mãe, pelo amor, cuidado e  
confiança;

Ao meu irmão, pelo testemunho e apoio  
da vida;

Ao meu filho, pelo desejo da conquista e  
superação;

**AGRADECIMENTOS**

Aos professores do Departamento de Geografia da UFPR;

Aos professores Everton Passos e José Gandara, pela orientação, amizade e atenção prestada;

Ao amigo Luiz Carlos Zem pelo significativo apoio;

Aos amigos e colegas das disciplinas, encontros, viagens e aulas de campo desde os tempos de graduação;

Aos atores sociais entrevistados, pelas importantes informações e opiniões;

À comunidade da Vila de Encantadas;

Aos companheiros de trabalho na SEMA, CEGET e COLIT;

Aos companheiros de trabalho durante o Operação Verão 2005-2006;

Aos amigos e amigas; em especial Toneros e EuforiaHC;

Aos familiares, tios, primos e avós;  
À Ilha do Mel;

## RESUMO

Determinados lugares estão em estágio de comprometimento ambiental eminente, prejudicando de maneira sistêmica os elementos relacionados ao ambiente natural e cultural, à atividade econômica e principalmente às questões relacionadas às comunidades tradicionais. As causas desta relação de deterioração dos valores locais estão geralmente ligadas à falta de um modelo de gestão apropriado. A vila de Encantadas localizada na Ilha do Mel, no litoral paranaense, passa por um momento de problemáticas socioambientais evidentes, diretamente relacionadas à exploração turística. Isso resulta de anos passados onde ações e planejamento não se adequaram à realidade. Este estado de deterioração vivenciado no local demonstra uma relação de conflitos sociais, afetando na qualidade de vida da população local. Esta qualidade de vida está diretamente associada à segregação da comunidade, dificuldade de inserção econômica, à perda de laços tradicionais e precariedade de infra-estrutura. Analisar questões sobre aspectos da sociedade, aspectos econômicos e da atividade turística, aspectos da infra-estrutura e aspectos de gestão permitem representar o contexto desta realidade. Essa situação pode ser associada relações territoriais e suas implicações. A partir da interpretação e análise sobre a opinião de representantes de alguns grupos sociais que constituem a população local e do poder público sobre a situação destes aspectos, é possível compreender as condições reais desta área de estudo. As considerações resultantes permitem evidenciar as problemáticas desencadeadas pelo desenvolvimento turístico aonde não há participação dos diferentes atores sociais e o esclarecimento quanto aos seus respectivos benefícios e responsabilidades nas diferentes fases do processo de desenvolvimento.

Palavras chave: Gestão, transformações sociais, infra-estrutura, Vila de Encantadas.

**ABSTRACT**

Some places are in a eminent level of environmental commitment, damaging in a systemic way the elements related to the natural, cultural and economic aspect, mainly the local community. The deterioration of local values are bound to the lack of a role model. The Encantadas village, located in Ilha do Mel, Parana's State suffer the social and environmental problematics related to the touristic exploration. This process results of an inappropriated planning to the aspects of local reality. This stage of deterioration shows a relationship of social conflicts affecting the local population quality of life. It is related to the community segregation, economic insertion difficulty, the loss of traditional cultural and a low ranked structure. This whole analysis about the elements related before, allow to represent the reality. This situation can be associated to the concept of territory. Considering the analysis and interpretation, about the representative opinion of some social groups, that are part of the local population and the government regarding the situation of the said aspects, it is possible to comprehend the real conditions of this case. The resulting considerations allow to represent the problematics unleashed by the touristic growing to a place where there is no participation of different social representatives and explanation about its benefits and responsibilities in the several stages of the development.

Key Words : Development, social groups, rank structure, Encantadas` village

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: A LOCALIZACAO DA ILHA DO MEL NO ESTADO DO PARANÁ....	35
FIGURA 2: SETORES DE OCUPAÇÃO DA ILHA DO MEL, EM DESTAQUE A LOCALIZAÇÃO DA VILA DE ENCANTADAS .....	36
FIGURA 3: CARTA DE EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA VILA DE ENCANTADAS, 1953 – 2003 .....	43

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: PAINEL DE INFORMAÇÕES DA ILHA DO MEL. PONTO DE EMBARQUE, PONTAL DO SUL, PR .....	37
FOTOGRAFIA 2: A VILA DE ENCANTADAS VISTA DO MORRO DO ENCANTADO. AO FUNDO A BAIÁ DE PARANAGUÁ, A SERRA DO MAR E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO MEL .....	37
FOTOGRAFIA 3: A VILA DE ENCANTADAS, O PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO MEL E AS PRAIAS DO MAR DE FORA, DA BÓIA E DA GRUTA DE ENCANTADAS .....	40
FOTOGRAFIA 4: PRAIA DO MIGUEL E TRILHA DO MORRO DO SABÃO. PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO MEL .....	41
FOTOGRAFIA 5: INFORMATIVO DA ABALINE. VALORES COBRADOS PARA TRANSPORTE E TAXA DE VISITAÇÃO .....	49

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICO 1 – TOTAL DE VISITANTES A ILHA DO MEL - 2000 A 2004 .....	48
QUADRO 1: ENTREVISTADOS .....	87
QUADRO 2: CONSELHO GESTOR DA ILHA DO MEL .....	88
TABELA 1: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DA SOCIEDADE) .....	83
TABELA 2: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA) .....	84
TABELA 3: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DA ECONOMIA E DO TURISMO) .....	85
TABELA 4: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DE GESTÃO) .....	86

## LISTA DE SIGLAS

ABALINE	- Associação dos barqueiros das Baías do Litoral Norte do Paraná
ACOIM	- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel
AME	- Associação dos Moradores de Encantadas
ANIMPO	- Associação dos Nativos da Ilha do Mel e da Ponta Oeste
BPFLO	- Batalhão de Polícia Florestal
CAGEPAR	- Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá
CG	- Conselho Gestor
CONAMA	- Conselho Nacional de Meio Ambiente
EEIM	- Estação Ecológica da Ilha do Mel
EMILHA	- União das Mulheres da Ilha
GCI	- Gerenciamento Costeiro Integrado
GESAMP	- <i>Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection</i>
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
ICAM	- <i>Integrated Coastal Area Management</i>
ITCF	- Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
MICT	- Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
NIMAD	- Núcleo Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento
OIUDSMA	- Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
OMT	- Organização Mundial de Turismo
ONG	- Organização Não- Governamental
PEIM	- Parque Estadual da Ilha do Mel
PNGC	- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMT	- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRTUR	- Paraná Turismo
SEDU	- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano
SEMA	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SISTUR	- Sistema de Turismo
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	- Secretaria de Patrimônio da União
UC	- Unidade de Conservação
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura



**SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b> .....	v
<b>ABSTRACT</b> .....	vi
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	vii
<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS</b> .....	vii
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	vii
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA, SOCIEDADE E TURISMO</b> .....	5
1.1 Do conceito de espaço aos campos de estudo da geografia .....	5
1.2 Definições de turismo e manifestações geográficas .....	10
1.3 Considerações sobre o meio físico e gestão da Zona Costeira ...	15
1.4 O turismo e transformações sociais .....	17
1.5 Os aspectos econômicos e o espaço turístico .....	19
1.6 A gestão territorial e o planejamento turístico .....	23
1.7 Aspectos da sustentabilidade .....	27
<b>CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS</b> .....	29
2.1 Procedimentos .....	29
2.2 Indicadores .....	30
2.3 Grupos representados .....	31
2.4 Entrevistas e resultados .....	32
2.5 Materiais .....	33
<b>CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL, PR</b> .....	34
3.1 Aspectos do meio físico .....	37
3.2 Ocupação e uso .....	39
3.3 Aspectos históricos e população local .....	45
3.4 Aspectos econômicos .....	47
3.5 Gestão .....	49
<b>CAPÍTULO 4 – A OPINIÃO DA SOCIEDADE NA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL: ANÁLISE E DISCUSSÕES</b> .....	53
4.1 Aspectos da sociedade .....	53
4.1.1 Organização e integração social .....	54
4.1.2 Conscientização ambiental dos habitantes .....	55
4.1.3 Manifestações culturais .....	56
4.1.4 Aculturação .....	56
4.1.5 Criminalidade e drogas .....	57
4.2 Aspectos de Infra-estrutura .....	58
4.2.1 Saúde .....	58
4.2.2 Educação .....	58
4.2.3 Poluição .....	59
4.2.4 Saneamento e fossas .....	60
4.2.5 Lixo .....	61
4.3 Aspectos da Economia .....	61
4.3.1 Turismo .....	62
4.3.2 Pesca .....	63
4.3.3 Artesanato .....	64
4.4 Aspectos de Gestão .....	64
4.4.1 Conselho Gestor .....	64

4.4.2	Prefeitura de Paranaguá .....	65
4.4.3	Estadual – IAP .....	65
4.4.4	Estadual – Secretaria de Turismo .....	66
4.4.5	Regularização fundiária .....	66
<b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>75</b>
<b>APÊNDICES .....</b>		<b>81</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a compreensão sobre a questão territorial de uma comunidade insular. Pretende compreender as relações sociais e ambientais que marcam esta unidade geográfica de análise, a Vila de Encantadas. Situada na Ilha do Mel, litoral do Paraná, essa é a uma localidade que possui população residente, e acentuados traços culturais ocasionados pelos impactos da exploração turística.

Os reflexos da miscigenação de culturas, entre habitantes tradicionais - os nativos - e os habitantes oriundos do continente, determinaram uma configuração característica para o local, em especial ao longo das últimas duas décadas. Hábitos, interesses e convívio entre os diferentes grupos sociais envolvidos transformaram o espaço habitado. Por outro lado, a influência do aparelho controlador do território se fez bastante interferente no processo de desenvolvimento desta vila. Em um primeiro momento, ao final da década de 1980 e década de 1990, pela ausência de medidas e ações controladoras efetivas, e posteriormente, nos últimos anos, pelo caráter regulador e controlador junto a praticamente todas as iniciativas de transformação do espaço referido.

Estes dois momentos bastante controversos acarretaram em questões que diretamente afetaram os habitantes do local. Uma comunidade acostumada com suas próprias leis sofreu impactos de habitantes externos, transformou-se e então passou a ser controlada pelo poder público, que tardiamente assumiu seu papel enquanto órgão regulador do território. Entre estes dois momentos ocorreu a verificação de impactos humanos acentuados nesta área de ocupação.

Relacionado a este período de ocorrência dos principais impactos humanos, esteve a exploração turística. Este fenômeno ocorreu espontaneamente, sem a determinação de um prévio controle. O então Plano de Manejo da Ilha do Mel que estabelecia algumas normas de uso dos setores de ocupação existia no papel, entretanto pela falta de ação controladora, conflitos de uso relacionados às transformações de uso e ocupação da terra e aos padrões de construção reproduziram-se.

O Estado, enquanto responsável pela gestão do território vem obtendo difícil tarefa de corrigir os problemas de cunho social e ambiental instalados. As ações variam de acordo com uma série de variáveis determinantes. A população atualmente habitante no local passa por uma competitividade regrada pelos diferentes interesses existentes. O

local é marcado por importantes questões ligadas à conservação da natureza e pela exploração turística.

A constatação deste fenômeno de exploração com impactos socioeconômicos e ambientais proporcionou a formulação do problema desta pesquisa. A busca em evidenciar esta problemática para o nível acadêmico e político, surge como estímulo às iniciativas em pensar um futuro promissor para a Ilha do Mel, baseado no desenvolvimento de um turismo mais humano, organizado e sustentável.

A relevância deste estudo é tida como fundamental para registro sobre a caracterização socioespacial do local neste momento. Assim como a Ilha do Mel, a Vila de Encantadas passa por um período de transição. A sociedade local sofreu impactos sérios com as mudanças durante as últimas décadas e vive hoje, de certa forma, insatisfeita com o quadro ambiental existente. Pretende-se a partir deste levantamento estar possibilitando oportunidades de melhor compreensão sobre os reais aspectos que configuram o território local.

Durante o ano de 2007 devem ocorrer importantes realizações políticas para a Ilha do Mel, existe a expectativa da implantação de um novo Plano de Uso para a ilha, além da elaboração do Plano de Manejo para o Parque Estadual. O estudo pela relevância temporal e por abordar o caso da Vila de Encantadas, importante comunidade local, em suas questões sociais, pode contribuir para o estabelecimento de diretrizes em gestão e estimular novas pesquisas.

As informações utilizadas para este estudo foram obtidas através de revisão de literatura, coleta de dados e realização de entrevistas. Alguns fatores limitantes, como a inexistência de informações mais precisas do objeto de estudo, foram determinantes frente aos objetivos do trabalho. Dificuldades na obtenção de informações primárias e secundárias, pessoais e de posse de instituições do Governo, foram constantes durante a pesquisa.

Com relação à informação gerada, foi estabelecido método de coleta qualitativo, procurando envolver diferentes pontos de vista no contexto da sociedade organizada. A abordagem com a sociedade também apresentou algumas dificuldades, exigindo maior complexidade no tratamento das entrevistas.

O objetivo principal da pesquisa consistiu em caracterizar e analisar a situação socioambiental da Vila de Encantadas, Ilha do Mel, através da visão de alguns dos atores sociais envolvidos.

Objetivos específicos:

- Caracterizar aspectos do Meio Físico;
- Caracterizar e analisar aspectos de Infra-Estrutura;
- Caracterizar e analisar aspectos Socioculturais;
- Caracterizar e analisar aspectos Econômicos;
- Caracterizar e analisar aspectos da Gestão;

Para a descrição das informações referentes a este trabalho, foi estabelecida uma estruturação em quatro capítulos, separando as etapas fundamentais do trabalho. Estes foram ordenados de modo a conduzir os aspectos teóricos, metodológicos e descritivos, bem como a apresentação dos resultados analisados, para então chegar às conclusões.

O primeiro capítulo traz a revisão de literatura utilizada. A bibliografia de suporte consistiu na sustentação em temas e conceitos de base teórica dentro da geografia, do turismo e áreas correlatas envolvendo aspectos sobre gestão, sociedade, economia e sustentabilidade. Parte inicialmente da discussão sobre o conceito de espaço, para então as devidas correlações. É relevante afirmar previamente que devido ao grau de generalidade dos objetivos deste trabalho, o direcionamento da revisão de teórica teve respectiva abordagem ampla, não se aprofundando demasiadamente em questões específicas.

No segundo capítulo estão caracterizados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Apresenta o método utilizado e descreve os procedimentos realizados, explicando o andamento das etapas de trabalho. Explica a obtenção das informações junto à sociedade, justificando a abordagem qualitativa e representatividade dos entrevistados.

No capítulo terceiro, está caracterizada a área de estudo. Foram revisados estudos sobre o local, como artigos, teses e dissertações, além de documentos oficiais existentes. Partiu da caracterização abrangendo questões do meio físico, sociedade, gestão e inserção regional. Os temas foram desenvolvidos de modo a caracterização da Ilha do Mel para então focar a área de estudo de maneira mais específica, a Vila de Encantadas. Informações para esta caracterização também foram geradas por fontes primárias, em razão da inexistência de conteúdo suficientemente atualizado e específico sobre o local. Este fato explica a ordem deste capítulo após as questões metodológicas.

O quarto capítulo traz a discussão dos resultados obtidos nas entrevistas. São analisados os diferentes temas trabalhados, considerando o discurso coletivo e individual, discrepâncias e similitudes a partir da interpretação das entrevistas. Assim

foram retratados os pontos de vista atualizados de atores sociais diversificados, representados de alguma maneira frente à sociedade local.

Ao final do trabalho estão dispostas as conclusões sobre o objeto de estudo. São comentados os temas analisados, destacando os resultados mais importantes relacionados aos objetivos específicos propostos inicialmente. São feitas descrições sobre questões verificadas, ressaltando algumas das principais problemáticas a partir do ponto de vista dos atores sociais entrevistados. São colocadas então, algumas considerações finais dentro do contexto do processo de desenvolvimento, sociedade e meio ambiente ligados à área de estudo.

## CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA, SOCIEDADE E TURISMO

A abordagem teórica desta dissertação busca discutir algumas correntes relacionadas à teorização do espaço e da sociedade enquanto elementos de análise dentro da geografia. Enfatizando fenômenos como a ocupação do espaço em virtude da exploração turística, dentro de um quadro focando questões ambientais, econômicas e sociais. A abordagem foi marcada por aspectos consideravelmente amplos, o que determinou o caráter interdisciplinar desta revisão de literatura.

O objetivo Geral de identificar os problemas referentes ao quadro ambiental instalado verificara-se de aspecto volátil sob o ponto de vista *strictu sensu*. Considerando a colocação de Zanoni e Raynault<sup>1</sup> (1994, citado por ANDRIGUETTO *et.al.* 2002) “o sistema social e o sistema físico-natural possuem lógicas específicas de funcionamento, sendo as dinâmicas ambientais as manifestações de suas tensões, contradições e conflitos”, e a consideração de Andriguetto Filho (op. cit., 2002) a respeito da abordagem destas realidades serem insatisfatório sob o ponto de vista do nível de generalidade, foi necessário a determinação de recortes temáticos para estruturar a investigação.

Dentro dos apontamentos sobre os dois sistemas acima mencionados – social e físico-natural - e o desenvolvimento desta revisão de literatura, pode-se considerar a predominância de enfoques humanos. A geografia foi enfocada em seus aspectos conceituais clássicos, como os enfoques sobre espaço, sociedade e território, principalmente. Esta característica e de utilizações teóricas baseadas em autores dentro de uma perspectiva humana dentro da geografia, corresponderam a uma abordagem inclinada para estes campos de atuação.

Nos aspectos sobre questões da atividade turística, foram levantadas algumas das relações entre esta e os campos de conhecimento mencionados. O turismo enquanto fenômeno considera a existência e o funcionamento das relações de interesse, a transformação do espaço e a tomada de decisões. Aspectos econômicos, sociais e territoriais ligados a este fenômeno estabeleceram o decorrer das discussões.

As colocações a seguir apresentadas pretendem, ao final desta revisão teórica, associá-las a aspectos ideológicos ligados ao conceito de sustentabilidade. Este conceito

---

<sup>1</sup> ZANONI, M. e RAYNAULT, C. « Meio ambiente e desenvolvimento : imperativos para a pesquisa e a formacao? Reflexos em torno do doutorado da UFPR”. Caderno de Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR/GRID, 1 (1):143-165, 1994.

conceitualmente paradigmático. O intuito é estabelecer uma discussão imparcial; circunstancial para a atualidade e contextualidade do objeto deste estudo.

### **1.1 Do conceito de espaço aos campos de estudo da geografia**

Desde as abordagens descritivas sobre a superfície da Terra, da Astronomia, Cartografia e Meteorologia, típicas de estudos da Antiguidade e Idade Média, passaram a ocorrer modificações na geografia com a advinda da Idade Contemporânea. Os estudos de cunho descritivo podem ser relacionados ao modo com que a geografia possuía de interpretar o espaço. As vertentes mais tradicionais da geografia do século XVIII e XIX descreviam a diversidade da superfície terrestre. Baseavam-se na representação e interpretação da realidade à época. (CLAVAL, 2002)

Com o aparecimento do Positivismo, surgiram explorações ligadas a interesses ideológicos e políticos, novas formas de exercer o conhecimento. Foram significativas as obras naturalistas e filosóficas de Humboldt e Ritter, respectivamente. Estes, considerados preconizadores da geografia moderna, consolidando como “uma ciência sintética, abrangente e total”, destacaram a questão metodológica e da conexão entre os fenômenos. (GOMES, 1997 p.18-19).

Vidal de La Blache trouxe uma contribuição à parte dentro das perspectivas ao século XIX. De acordo com CLOZIER<sup>2</sup>, citado por GOMES a “originalidade em uma forma de convergência; todos os traços, qualquer que sejam sua natureza, concorrem para precisar a fisionomia dos lugares”. A discussão de organismo, como introdução ao que viria a trabalhar posteriormente é uma das quatro principais idéias recorrentes em sua obra, similar aos geógrafos contemporâneos. As outras idéias seriam sobre meio, ação humana e gênero de vida. Estas linhas de discussão em muito contribuíram nos estudos vidalianos, fazendo de sua obra “variada e rica de influências que reflete o ambiente de seu tempo”. (GOMES, 2003, p.198-221).

A geografia política passava a estabelecer-se com a influência de Ratzel e Élisée Reclus. As relações entre sociedade e natureza, foram reconhecidas como campo e objeto desta ciência ao final do século XIX, como definições de seu objeto de estudo. De Martonne definiu como campo, a questão dos fenômenos humanos dentro da

---

<sup>2</sup> CLOZIER, R., Histoire de la géographie, Paris, P.U.F., 1967, 106-107



abordagem geográfica. Esta definição marcava a questão do reconhecimento da geografia chamada acadêmica (ANDRADE, 1987).

A pretensão deste pensamento totalitário passou a ser debatida. “A enorme massa das informações tornava difícil acompanhar o desenvolvimento de todos os campos sobre os quais haviam pretendido se ocupar”. Começava uma “certa orientação para a especialização e desenvolvimento de subáreas”. Esta questão trouxe a diminuição da criticidade e acarretou na valorização da descrição em si mesma. (GOMES, *op. cit.* p.20)

O período entre o final do século XIX e início do século XX marcou a aplicação do método regional na geografia. A geografia regional de acordo com HARTSHORNE<sup>3</sup> citado por CORRÊA “busca a integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Estes fenômenos apresentam um significado geográfico, isto é, contribuem para a diferenciação de áreas”. A geografia torna-se uma ciência de síntese e de caráter meramente descritivos dos fenômenos e lugares. As contribuições do método regional foram consideradas “muito limitadas”, gerando posteriormente enorme crítica. (CORRÊA, 1998, p.16)

Um próximo momento de grandes mudanças para a geografia foi o pós-guerra, que, conforme coloca Roberto Lobato Corrêa, acarretou em:

“Uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização e outras relações espaciais. (...) A ação humana, sob a égide do grande capital, destrói e constrói novas formas espaciais, reproduzindo outras. (...) Trata-se de uma mudança tanto no conteúdo como nos limites regionais, ou seja, no arranjo espacial criado pelo homem”. (CORREA, *op. cit.* p. 17)

A reconstrução de práticas desenvolvimentistas e disputas ideológicas marcaram influência nesta época de fase de expansão capitalista. Estabelece-se a nova geografia, como maneira de abordagem locacional. De acordo com CORRÊA “O espaço alterado resulta de um agregado de decisões locacionais.” Seu novo papel estabelece-se na interpretação da expansão capitalista, na perspectiva do desenvolvimento <e do subdesenvolvimento> e assumindo uma pretensa neutralidade científica. (CORREA, *op. cit.* 17-19)

Esta influência marcada pela imposição de uma nova maneira de se realizar a geografia também foi denominado corrente teórica. Modelos quantitativos passaram a

---

<sup>3</sup> HARTSHORNE, R. The nature of geography. In : *Annals of the Association of American Geographers*, 1939.

ser os principais meios de descrever as relações. A linguagem sofre uma restrição marcada pela necessidade da legitimidade que basicamente os modelos numéricos tinham a transmitir. Essa corrente possuiu importante influência em trabalhos ligados a estratégias econômicas e de Estado. Entretanto, era considerada limitada, pelos mesmos motivos. A explicação do espaço, enquanto campo de custos e informações funcionalistas, era considerada cinzenta. (CLAVAL, 2002)

Esta saturação dos modelos teórico-quantitativos culminou em outras formas de se estabelecer o pensamento geográfico. Os custos sociais e políticos do capitalismo, ao fim da década de 60 e início de 70 passaram a ser criticados, principalmente pelos países do Terceiro Mundo. Ficava evidenciado que o crescimento, em escala mundial, nacional ou local, não beneficiaria nem mesmo atenuaria as diferenças sociais. Sob estas circunstâncias, os geógrafos se viram em tempos de procurar novos caminhos, mais atidos aos acontecimentos reais da humanidade e do meio ambiente (ANDRADE, 1987).

Dentre outros campos da ciência geográfica, surgiam a geografia radical e a geografia cultural. A geografia radical passou a buscar na raiz dos problemas as causas da crise. A geografia do comportamento buscou novas diretrizes para compreender os caminhos da humanidade, e daria surgimento à geografia da percepção. As duas tendências se confrontaram, com e desenrolar de duas correntes que mais futuramente estariam a completarem-se ou chegar a algum consenso. (ANDRADE, op. cit.)

A geografia humanista estabelece-se em um momento onde a recusa aos principais modelos anteriores referenciados a esta ciência destaca-se. Contemporiza-se ao momento onde da chamada “crise do modelo científico” e das diferentes formas de diagnosticar tal realidade (GOMES, 2003 p.306). Esta vertente do pensamento geográfico resgata o subjetivismo, sugere uma aproximação entre ciência e arte, que permite um “novo horizonte de interpretação que apela para os sentimentos, para as projeções e representações individuais” (GOMES, op. cit. p.334). A geografia cultural ligada à perspectiva humanista e do comportamento se construiu em torno de

“três eixos necessários e complementares: primeiro, ela é parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e das dimensões simbólicas da vida”.(CLAVAL, 1997, p .92)

Em manifestação a outro modelo de atuação, a geografia crítica baseia-se na preocupação com os aspectos sociais. Possui na obra de Marx e outros autores do século

XIX, sobretudo quando formulam categorias científicas como os modos de produção e as formações econômico-sociais. Elaboram análises a respeito da luta de classes, as relações campo-cidade. (ANDRADE, op. cit.)

A proposta geossistêmica constitui uma nova concepção para a geografia. Trouxe a perspectiva de integração dos fenômenos e elementos. Em contrapartida às propostas vindas da geografia tradicional. De acordo com TROPMAIR, o objeto de estudo da geografia considera “o meio integrado e dinâmico, em que vivem os seres vivos, entre eles o homem, que se conectam e desenvolvem suas atividades” (TROPMAIR, 1985 p.125<sup>4</sup>, citado por TROPMAIR, 2000 p.35)

Sendo campo de interesse para a geografia a análise de fenômenos espaciais, a busca de compreensão vem desenvolvendo-se entre diferentes correntes de pensamento e influências filosóficas. A interpretação do espaço como suporte para os fenômenos permanece desde a discussão sobre uma perspectiva tradicionalista até considerações pós-modernas. Trouxe e permanece sendo uma reflexão fenomenológica e existencial.

A questão ambiental consiste na interação das variáveis sociedade e natureza, consistindo no tema que mais une os diferentes ramos da geografia – humana e física. Considerando-se que a relação Homem e Meio é o objetivo principal desta ciência e que esta determinação implica na sua principal problemática epistemológica e metodológica (MENDONÇA, 1992).

O olhar geográfico torna-se específico no sentido de “interpretar os diversos fenômenos que ocorrem à superfície da Terra, sob enfoque multidisciplinar, contudo sem se superpor a outros especialistas”. (GOMES, 1997, p.17)

Sobre o conceito de espaço e das relações existentes entre a geografia e outras disciplinas. MORAES (1986, p.31) coloca que “com a geografia convivem disciplinas que margeiam temas geográficos, observa-se uma complexização teórica”. Desta perspectiva, abre-se uma multifuncionalidade para a interpretação do espaço. Dentro da geografia outras áreas do conhecimento encontram bases conceituais complementares em suas buscas.

Considerando reflexões a respeito deste conceito e na busca por compreender a sua natureza, que de acordo com Milton Santos é

“(…) formado de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais

---

<sup>4</sup> TROPMAIR, H. “Geografia Física ou Geografia Ambiental? Modelos de Geografia Integrada” Simpósio de Geografia Física Aplicada. Bol. De Geografia Teórica, v.15, no 29-30. Rio Claro-SP.

que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”. (SANTOS, 1997, p.85)

É onde ocorrem relações naturais e sociais resultando em paisagens, entendidas por SANTOS (*op. cit.* p.83) “como conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. A caracterização da paisagem sendo modificada pelas atividades econômicas implantadas, transforma a naturalidade desta paisagem, e reflete em alguns resultados, os denominados impactos.

## 1.2 Definições de turismo e manifestações geográficas

O turismo possui diferentes maneiras de abordagem. Para Adyr Rodrigues “é, incontestavelmente, fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais”. (RODRIGUES, 1995, p.17) De acordo com a amplitude, nas palavras de Doris Ruschmann “constitui um conjunto de equipamentos muito diversificados de empresas e práticas cujos impactos sobre o meio ambiente diferem quantitativa e qualitativamente entre si e, por isso, necessitam ser avaliados isoladamente”. (RUSCHMANN<sup>5</sup>, citado por COSTA, TAVARES e RIBEIRO, 2004, p.34).

A partir da caracterização holística sobre o turismo, de Jafar Jafari como sendo “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos (...) geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora” (JAFARI<sup>6</sup> citado por BENI, 2004, p.38).

Mario Beni acrescenta a caracterização acima, afirmando ser uma atividade desempenhada a partir das ações humanas, considerando este elemento – o Homem – o sujeito do turismo, que a partir de seu desejo e sua necessidade, são originadas as várias atividades causadas pelo turismo. O mesmo autor ressalta a questão da atividade turística como um complexo fenômeno, por ser dotado de diversas ramificações. Em sua obra, propõe o SISTUR, associando o turismo com a Teoria Geral dos Sistemas, como explica a existência das diversas subdivisões dos elementos e características existentes no “Sistema de Turismo”, bem como as relações e as trocas ocorrentes entre os diferentes níveis de avaliação (BENI, 2004).

---

<sup>5</sup> RUSCHMANN, D. “Turismo e ambiente: reflexões e propostas” (1997, p.59)

<sup>6</sup> JAFARI, J. Não referenciado pelo autor citado.

Duas proposições de abordagem – a Social e a Econômica – consideram esta atividade enquanto fenômeno social que gera impactos ambientais nas áreas de destino; e outra que está ligado aos interesses econômicos, onde a perspectiva de exploração prevalece dentro o contexto da atividade, respectivamente. (RIBEIRO e FERREIRA, 1998; MATHIESON e WALL, 1982)

A primeira concepção comentada, da perspectiva social e ambiental atrelada ao turismo, enfoca os impactos que esta atividade proporciona nos espaços. Traz dentre suas perspectivas aspectos críticos quanto ao modo de exploração, e também, comumente se apóia em premissas do desenvolvimento sustentável como forma de buscar a conciliação entre uso e preservação. (RIBEIRO e FERREIRA, *op. cit.* p.308)

A segunda perspectiva, relacionada à avaliação dos potenciais de exploração, aponta como sendo uma atividade econômica. A atividade turística constitui-se em um fenômeno que está ligado à perspectiva da transformação territorial e como fator de impulso econômico.

O turismo constitui também em estratégia, ou ainda, em alternativa para o desenvolvimento, sendo uma atividade dotada de princípios, teorias e indicadores de aplicação. Consiste em uma alternativa de ação para a exploração territorial. De acordo com VERA “É reflexo e elemento estrutural do processo de globalização econômica da mundialização territorial em curso”. (VERA *et.al.* 1997, p.11)

A inserção do turismo como atividade econômica de massa no mundo, faz com que o entendimento do fenômeno turístico tenha significativa importância na atualidade. A partir, principalmente da década de sessenta que o estudo do turismo no âmbito da geografia ganha destaque, passando a executar fenômeno de desenvolvimento e atividade econômica com amplitude maior que outras atividades de ramos tradicionais da economia (COSTA, RIBEIRO, TAVARES, 2004).

O turismo constitui, indiscutivelmente, em modelo de desenvolvimento alternativo, e abertura de novas zonas econômicas, para países de economia emergente e países desenvolvidos, respectivamente (DACHARY e BURNE, 2002). No entanto, é preciso adaptar alguns enfoques sobre a questão do turismo, pois o é considerado como a alavanca para o processo de modificação da paisagem e das culturas tradicionais. Em alguns estudos sobre degradação socioambiental, verifica-se o turismo como fenômeno relacionado por esta ação em territórios.

Geograficamente, de acordo com MELLO E SILVA, as atividades econômicas podem ser consideradas pelo processo de periferização ao longo do espaço. Para

fomentar sua discussão, baseada na obra de CHRISTALLER<sup>7</sup> (1955, citado por MELLO E SILVA, 1996), colocou que “como princípio geral para a subdivisão do campo da geografia econômica, deveria ser analisado o lugar ocupado por qualquer tipo de atividade econômica na estrutura espacial das relações funcionais, o que destacaria sua geograficidade”. (MELLO e SILVA, 1996, p. 123-127)

Sendo assim, a relação entre a atividade econômica e o espaço turístico representa questões como a periferação destas atividades. Desta maneira, “um tipo de atividade econômica relaciona-se, de forma típica, com a periferia de uma área já densamente povoada, é a atividade do turismo, o que ressalta o papel da geografia do turismo para a plena compreensão da organização do espaço” (MELLO E SILVA, *op. cit.* 123-124).

CHRISTALLER (1955, *op. cit.*) destaca o turismo como setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais caracterizando como atividade que possui forças para combater a tendência à concentração. Esta parece ser a mais importante designação do papel da atividade turística no espaço. Por desenvolver-se sobre áreas remotas de ocupação do espaço, o turismo pode ser um fenômeno de atração demográfica, mesmo que em escala pequena ou até mesmo, somente sazonal, mas não deixa de ter esta importância.

Essa característica de promover o desenvolvimento em áreas remotas é analisada por MURPHY e ANDRESSEN (1988) que afirmam que a transferência de fundos exercida pelo turismo ajudaria a colocar as regiões periféricas dentro de correntes do desenvolvimento econômico.

O turismo constitui-se, portanto, em fenômeno diversificado. Desenvolve-se de acordo com a existência de interesses. Deixa ocorrer de acordo com as vontades dos sujeitos que admitem o uso exploratório dos territórios visados, os empresários e investidores; O turismo explora o espaço, estando ao mesmo tempo dependente e regulado por este. O turismo constitui-se como sendo fenômeno diverso e complexo, cujo caráter espacial confere pautas de consideração singulares. O espaço caracteriza-se em suporte, recurso e fator para o turismo. (VERA *et.al.* 1997)

Remy Knafou, em seu artigo “Turismo e Território: Por uma abordagem científica do Turismo” caracteriza três formas de relação entre estes dois aspectos. A primeira diz respeito dos territórios sem turismo, que constituem locais e/ou regiões

---

<sup>7</sup>CHRISTALLER, W. “Die zentralen Orte in Europe: The peripheral Regions – Underdeveloped Countries – recreation areas. In: Regional Science Association. XII Lun Congress. 1963

aonde não ocorre o turismo. De acordo com o autor, “há cada vez menos territórios sem turismo” devido a fatores como o progresso dos transportes e acessibilidade a áreas remotas. A segunda forma é relativa ao turismo sem território. Constitui em sítios ou lugares criados e/ou equipados, sem existir vínculos culturais com a região acolhedora, se denominam de “espaços receptáculos”, conforme o autor. A terceira forma refere-se aos “territórios turísticos”, locais onde ocorre a relação entre turistas e sociedade acolhedora. Devido a isso o autor caracteriza estes, constituídos por “problemas delicados de planejamento”. Podem ser relacionadas a estes territórios turísticos, as comunidades autóctones. (KNAFOU, 1999, p.72-73)

O turismo, a partir de suas manifestações em massa, repercutindo consideravelmente em escala mundial econômica e socialmente, a partir da década de 1950, foi caracterizado como turismo convencional massificado. Seus fins meramente comerciais, e riscos desconhecidos, marcados pela ação insensível dos turistas para com os destinos e populações receptoras, ensejaram as primeiras percepções para um turismo diferente. (PIRES, 2002)

Estas manifestações consideradas alternativas eram acompanhadas pelas iniciativas ambientalistas, marcando esta “relação simbiótica” entre os dois acontecimentos – ecoturismo e ambientalismo. Em recusa aos “impactos econômicos, sociais e culturais adversos imprimidos pelo turismo convencional de massas”, as primeiras práticas de ecoturismo passaram a associar “algumas características já constatadas nas primeiras experiências (...) e objeto, ainda de pura idealização”. (PIRES, *op. cit.* p.80)

Existem diferentes formas não-convencionais de turismo também considerados alternativos. O turismo ecológico, de aventura, rural, gastronômico são apenas alguns exemplos destas manifestações de modalidades. As características destes tipos de turismo variam de acordo com a demanda turística (ROCHA, 2006). Estas novas manifestações da atividade surgiram a partir da “crise do modelo de turismo convencional (...) que se enquadra numa grande transformação social, que assume como traços distintivos o resgate do individual e autêntico (...) incluindo a volta à natureza nessa busca de autenticidade” (DIAS<sup>8</sup>, 2003, p. 17; citado por ROCHA, *op. cit.* p. 233)

O modelo de turismo voltado para as áreas naturais e pautado no interesse das preocupações ambientais, existindo certa consciência dos danos ecológicos que a

---

<sup>8</sup> DIAS, R. “Turismo Sustentável e Meio Ambiente”. São Paulo, Atlas. 2003

atividade pode provocar, e “do valor da vida natural e dos interesses das populações locais” determinam o turismo ecológico ou ecoturismo (FERRETTI, 2002, p.116).

A conceituação utilizada pelo grupo interministerial para o ecoturismo, do Governo Federal, de 1994, explica como sendo “segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação, busca a formação de uma consciência ambientalista, promovendo bem estar das populações envolvidas.” (Diretrizes para uma Política Nacional de ecoturismo, MICT/MMA, 1994).

Atualmente, há uma tendência pelo errôneo uso do termo ecoturismo, associando quaisquer atividades ligadas a destinos naturais. Esta vulgarização do termo pode acarretar em aspectos negativos para a atividade. Constantemente estes usos estão atrelados à promoção e marketing dos operadores turísticos. Autores chamam atenção para esta questão. (SERRANO, 2000; FERRETTI, *op. cit.*)

Ao exemplo da atividade turística de uma maneira geral, o ecoturismo também apresenta taxas de crescimento no mundo. O turismo deste aspecto possui uma relação com o lugar em que este se instala. Cada lugar possui um conjunto de formas e relações que varia de acordo com as condições sociais e ambientais implicantas. A relação do ecoturismo está associada ao perfil comunitário de uma localidade, a lugares de valor dispostos em questões naturais, paisagísticas e culturais. (OMT, 1995 citado por SILVEIRA, 1998).

O segmento do ecoturismo além de considerado como alternativa econômica, mesmo que de baixo e/ou demorado retorno de investimentos, pode ser um redutor dos impactos causados pelo turismo tradicional. Dentre as perspectivas desta atividade, está o retorno do lucro gerado para fontes financiadoras de ações que visam a preservação dos recursos naturais e o seu uso racional. (FERRETTI, *op. cit.*)

Depende também, das condições ambientais das áreas de destino. Possui ainda, o que se denomina de comprometimento com a natureza e cultura local, estando ligado aos “programas de educação ambiental e de uso controlado dos recursos naturais” (SCHACKLEFORD<sup>9</sup> citado por SILVEIRA, 1998 p. 139). A responsabilidade social consiste em importante aspecto neste segmento do turismo. A comunidade local deve estar em evidência no que se refere às práticas da atividade, como “sócios e beneficiários” (FERRETTI, *op. cit.* p.117).

---

<sup>9</sup>SCHACKLEFORD, P. “Ecoturismo: Realidade ou fantasia” UNESCO, 1995.



### 1.3 Considerações sobre o meio físico e gestão da Zona Costeira

A Zona Costeira caracteriza-se pela influência dos meios físicos: ar, terra e mar. As paisagens litorâneas abarcam sistemas oceânicos e terrestres em dinâmica evolução. A definição de ANGULO bem menciona os ambientes costeiros, como sendo “extremamente dinâmicos, neles convergem processos terrestres, oceânicos e atmosféricos, que alteram constantemente suas características. Extremamente dinâmicos significa que mudanças significativas podem ocorrer em períodos de dias, meses ou anos.” Os processos físico-naturais e sociais que ocorrem nestes espaços, possuem caráter “complexo, diversificada e gera numerosos conflitos” (ANGULO, 2004 p.175-176).

Os sistemas naturais costeiros possuem diferentes aspectos se considerada sua distribuição geográfica ao redor do globo terrestre. Aspectos como clima, salinidade, correntes oceânicas entre outros, constituem a formação das bordas continentais, originando as paisagens costeiras.

Algumas das principais características da Zona Costeira podem ser caracterizadas de acordo com as descritas no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, plano que institui normas para este território. De acordo com este documento, a caracterização da Zona Costeira admite uma série de modos de interpretação, as quais estão ligadas à especificidade de questões que vão desde aspectos de propriedades físico-químicas, ecossistemas envolvidos, concentração demográfica, interesses econômicos e questões administrativas. Estas normas estão mais especificamente escritas nas preliminares do PNGC<sup>10</sup> (PNGC, 1988).

A complexidade destacada pela influência do Homem, caracteriza a Zona Costeira aonde ocorrem diferentes processos, sobretudo ambientais; de relações sociais e naturais e interesses econômicos e estratégias de gestão pelo uso dos recursos existentes. Estes recursos variam de acordo com a forma, escala e momento do processo produtivo, podendo ser: Extrativistas (petróleo, recursos pesqueiros), culturais (agroprodução e maricultura) e cada vez mais nítidos, os usos relacionados à atividade turística.

---

<sup>10</sup>Em “Preliminares” do Plano, de 1998, estão definidas as questões tratadas neste parágrafo. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro publicado em 1990, sob os cuidados da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, foi oficialmente aprovado em 21 de Novembro de 1990 em Brasília, Distrito Federal. Foi elaborado pelo Grupo de Coordenação definido no Decreto 99.213, de 18 de Abril de 1990, e submetido à audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em sua 251ª Reunião Ordinária

O turismo no litoral possui características próprias que levam as considerações sobre o processo de desenvolvimento desta atividade. As praias são por natureza, atrativos turísticos de grande expressividade. A zona costeira é procurada pelos turistas devidos, principalmente, às praias. Estas características podem ser consideradas como patrimônio territorial e classificadas como naturais, socioculturais e econômicos (FÜSTER, 1991).

Alguns aspectos sobre as “comunidades marítimas” (DIEGUES, 1998, p.53) devem ser ilustrados como embasamento na questão que vem sendo discutida. As ilhas oceânicas, em particular, possuem uma grande riqueza em termos culturais e do imaginário. Ao longo de todo o planeta culturas e misticismo, crenças e hábitos estão ligados às sociedades insulares. Conforme coloca Antonio Carlos Diegues, em estudo sobre as ilhas e mares, nome de sua publicação.

“Muitas sociedades existentes em ilhas, sobretudo oceânicas, desenvolveram uma relação particular com o mar, vendo nele ora uma barreira ora uma via de contato com outras sociedades. Para elas, o mar não é meramente um espaço físico, móvel, mutante, mas lugar de seu trabalho, de sua sobrevivência e sobre o qual dispõem de grande conhecimento acumulado.” (DIEGUES, *op. cit.* p.53)

DIEGUES observa que as populações viventes nas ilhas, constituem pela maritimidade, sendo essa, uma relação construída historicamente (DIEGUES, *op. cit.*).

Uma questão que vem sendo constatada como fato comum em comunidades tradicionais de locais propensos ao turismo, particularmente em ilhas litorâneas, é a da inserção da atividade turística de maneira repentina. Estes locais contam com recursos naturais e culturais frágeis, justificando porque o turismo se instala e se atende de tal forma. Tal evidencia ocorre com a inserção do turismo como nova atividade econômica para as comunidades. Estas ocorrem em rápida transição, proporcionando novos estágios, e sendo práticas de exploração e não de aproveitamento. (DIEGUES, *op. cit.*; NIEVES, 2003)

Proposta de gerenciamento específica para as questões da Zona Costeira, o Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) surgiu como proposta de continuidade em se aperfeiçoarem as técnicas e os procedimentos para busca de resultados práticos a respeito do processo de desenvolvimento da zona costeira brasileira. Baseia-se em métodos de investigação sobre os recursos costeiros e de integração de diferentes aspectos de abordagem dos elementos físicos e bióticos, bem como os socioeconômicos (POLETTE e SILVA, 2003).

Os modelos em que se apóia são os denominados GESAMP (*Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection*), Icam (*Integrated Coastal Area Management*) e dos instrumentos do PNGC (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro). A principal meta do GCI é melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas que dependem dos recursos costeiros, levando em consideração a manutenção da diversidade biológica e a produtividade dos ecossistemas costeiros (POLETTE e SILVA, *op. cit.*).

Um dos instrumentos de gestão para o desenvolvimento e conservação da zona costeira é o Projeto Orla. Este parte de uma escala de ação que trata de uma estreita faixa da região costeira, que é a orla marítima, onde as ações estão traduzidas numa escala de 1:5.000 e de 1:2.000 (ZAMBONI, 2002). O mesmo autor prossegue “os principais objetivos ou diretrizes deste projeto são, a inovação na gestão patrimonial e ambiental, por meio da descentralização de decisões para gerenciar este espaço”. Sendo para tanto, necessária articulação entre os níveis institucionais levando em consideração os critérios físicos de uso e ocupação, causadores de conflitos, a fim de se minimizarem ou solucionarem estes conflitos encontrados na orla marítima (ZAMBONI, p.168).

#### **1.4 O turismo e transformações sociais**

O espaço passou a ser palco de transformações sociais. Estas transformações, com o transcorrer da história das sociedades, permanecem em constante evolução e configuram modificações na natureza. A adaptação do homem ao meio e este constante e cumulativo relacionamento com a natureza, fez com que o homem criasse um acervo e técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhes permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. Este processo passou a ser construído historicamente pelas sociedades. (MORAES, 1986)

A perspectiva espacial enquanto instância da sociedade considera, de acordo com Milton Santos, que, este “contém e é contido pelas demais instâncias” como a “economia, o político-institucional e o cultural-ideológico”. Desta maneira “a essência do espaço é social”. (SANTOS, 1992 p. 02).

Organizadas espacialmente dentro do fenômeno da sociedade, e devidamente expressados através das relações com o meio e com a própria humanidade, constitui-se a “materialidade social” como sendo objeto desta evolução. Esta dimensão histórica da

totalidade espacial criada e recriada pelas sociedades, é a própria ‘sociedade espacializada’ ou a organização espacial. (CORRÊA, 1998, p. 53)

Não há, de acordo com ZIMMERMANN<sup>11</sup> (citado por SOUZA, 1997, p. 63) “sistema mais complexo do que a sociedade” essa caracterização evidente ao relacionar questões sociais dentro de um enfoque sistêmico, a própria concepção da sociedade como sistema é problemática (SOUZA, *op. cit.* p. 61), configura-se como uma “contradição dialética” diferentemente do que se atribui ao modelo de sistemas físicos, químicos ou biológicos. Esta alta complexidade de sistemas sociais é relacionada por ZIMMERMANN (*op. cit.*) como de difícil interpretação, sendo que “na mesma proporção que cresce a complexidade de um sistema, diminui a capacidade de fazer afirmações precisas sobre seu funcionamento”.

O sistema social fragmentado pode ser caracterizado, de acordo com SOUZA

“Dentro do Sistema Capitalista existem subsistemas (grupos e classes sociais) interessados na estabilização e manutenção do Sistema; alguns outros subsistemas podem ter um objetivo latente ou mesmo consciente em sua destruição enquanto tal.” (SOUZA, *op. cit.* p. 61)

Tal concepção avalia algumas questões existentes na sociedade pós-moderna, configurando esta como uma sociedade fragmentada no que cerne aos valores e estímulos, atribuídos às diferentes culturas, classes sociais, etc. Tamanha é esta dificuldade de assimilação, que conforme *op. cit.* alguns subsistemas sociais possuem tendência destrutiva dentro de seu modo de existência, encaminhando para multiplicação de divergências e desentendimentos comuns, cada vez menos baseado em uma forma de vida cooperativa. A disparidade no preparo intelectual, fuga de diálogo e as diferenças individualistas apontam para uma forma autofágica de vida coletiva. Devido a isso, também, é afirmável de acordo com SOUZA (*op. cit.*) que não é possível falar em equilíbrio na sociedade capitalista.

Aspectos relacionados às formas de transformação cultural como consequência pela influência de novos atores sociais no contexto da comunidade receptora também elucidam uma forma de análise dos aspectos sociais de espaços turísticos. O conceito de aculturação pode ser utilizado para estas equiparações. Considerando a colocação de Berry (1980) citado por Mota, Franco e Motta (1999) como "um processo de contato, conflito e adaptação intergrupala", e a partir desta definição sendo detalhados quatro modos alternativos potenciais de aculturação: assimilação, integração, separação e

---

<sup>11</sup> ZIMMERMANN, H.J. “Prinzipien der Fuzzy Logic“. Spektrum der Wissenschaft, Heidelberg, 1993.

marginalização. Estes modos refletem diferentes dimensões, sendo consideradas negativas (assimilação e marginalização) ou evolutivas sem maiores danos ou perdas (integração e separação).<sup>12</sup>

A incorporação técnica implica num importante indicador social e econômico do espaço. As técnicas, enquanto variáveis, mudam através do tempo formando um contínuo. A organização espacial dimensionada tem fundamental relação com a renovação técnica, a que está condicionada.

O processo de modernização numa organização espacial está condicionado à variação das mudanças técnicas. De acordo com BERNARDES deve haver uma “coerência entre renovação tecnológica, estrutura produtiva, estrutura social e adequação espacial” em determinada estrutura espacial para que haja continuidade no processo de modernização. É quase inevitável inserir esta concepção dentro da sociedade pós-industrial<sup>13</sup> a que nos aproximamos. Mesmo enquanto países do terceiro mundo na economia mundial, verificamos em algumas organizações espaciais a renovação técnica tendenciada pela (des)ordem do processo de modernização global. (BERNARDES, 2003, p.241)

Em uma organização social em desequilíbrio, é necessário, de acordo com BERNARDES (*op. cit.* p.241) “identificar os elementos geográficos que oferecem resistência ao adequado desempenho das técnicas aplicadas a averiguar as causas” deste desequilíbrio. Esta questão é de suma importância para a compreensão de fatos atuais de transformações dos modos de vida e as conseqüências imbricadas nas sociedades.

Tais transformações, manifestadas pela renovação técnica influem nas sociedades, em grau relativo a questões culturais e de magnitude dos impactos das novas atividades. O aspecto do impacto social do turismo em comunidades naturais receptoras ilustra este processo, muitas vezes acarretando em problemáticas sociais. De acordo com Luzia Coriolano “massas turísticas em muitos lugares tem destruído identidades culturais e sociais de pólos receptivos, tem provocado desvios sociais graves, tem aumentado a prostituição e o uso de drogas” (CORIOLANO, 1998, p.115)

---

<sup>12</sup> Para maiores detalhes a respeito das diferentes formas de aculturação, ver [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721999000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000100008) entre outros artigos relacionados à psicologia social.

<sup>13</sup>De acordo com Daniel Bell, *apud* Cevoli, In: “A sociedade pós industrial” de Domenico De Masi (1999) a menção ao termo sociedade pós industrial caracteriza o estado de desenvolvimento de cada país, com base em sua tipologia que caracteriza efeitos e causas em alguns segmentos econômicos e formas produtivas. Bell (1999, p.154) “(...) escolhe como indicador da passagem de uma economia de caráter industrial, baseada na produção de bens, para a pós-industrial, baseada na produção de serviços, os deslocamentos ocorridos no setor ocupacional”.

A participação da sociedade em ambos os processos observados, é de fundamental importância para que exista maior entendimento sobre as maneiras de ordenamento do território. Sendo papel social a preservação do patrimônio natural e cultural, bem como da manutenção das culturas locais e regionais.

### **1.5 Os aspectos econômicos e o espaço turístico**

O espaço turístico agrega as interferências de ação e decisão dentre sujeitos de modificação do espaço compreendido, sendo palco das tomadas de decisão. Seu uso é configurado por formas para que gere benefícios estipulados pelos articuladores de maior poder através de normas. Hoje, reafirmando, o poder de decisão passa por discussões do poder público, contudo dentro das aspirações do poder corporativo empresarial.

Ambos os agentes mencionados atuam na transformação do espaço, através da materialização de projetos, intermediada pela negociação política. Sendo assim, estes modos de produção e reprodução do espaço obedecem à dominação de algumas classes. Considerando as normas estruturadoras da realidade, o território se torna resultado dessa “harmonia forçosa entre lugares e agentes nele instalados” (SANTOS, 1997, p.184).

A dinamização da atividade turística representa a realidade a ser imbricada nos espaços turísticos, em grau e gênero. Está diretamente associada ao que pode ser chamado de oferta turística. MONFORT *et. al.*<sup>14</sup> citado por IVARS afirma que a “oferta turística se concebe como um conjunto de ofertas de bens e serviços de grande diversidade cujo denominador comum é sua orientação ao consumo da demanda turística”. Esta variedade nos sujeitos envolvidos permeia uma gama de interesses que podem estar ligados direta ou indiretamente ao produto turístico propriamente dito. (IVARS, 2003, p.27)

Por recurso turístico, entende-se “todo elemento natural, atividade humana ou todo resultado desta atividade <humana> que pode mover e gerar um deslocamento por motivos de lazer”. São a base sobre a qual se desenvolvem as atividades ligadas ao turismo. É importante ater-se em quais os atrativos de determinado destino que podem gerar interesse entre o público (VERA, *op. cit.* p.61).

---

<sup>14</sup> MONFORT, V., MORANT, A. e IVARS, J. “Oferta turística” in. PEDRENO, A. (dir.) “Introducción a la economía del Turismo em Espana”. Civitas, Madrid. 1996.

Já por produto turístico, entende-se o conjunto de bens e serviços, dentro de uma realidade integrada, que capta a demanda turística. Não compõe de um só elemento e “percebe ou utiliza o visitante durante sua viagem e estadia nos destinos, para satisfazer suas motivações de lazer e de férias” (BOSH<sup>15</sup> In. VERA, *op. cit.*).

A oferta turística resulta na e da ação de diversos meios de promoção e uso da imagem do local para a venda de pacotes, que é de interesse de grupos diversos, empresários, e até mesmo políticos. Cada vez mais, a sociedade consome imaginários turísticos (NIEVES, 2006<sup>16</sup>)

O lobby representado pela imagem e venda de um destino turístico representa movimentação econômica e arrecadação em setores indiretamente afetados entre outras questões. Tais interesses representam o impulso de uma série de relações e podem ser caracterizadas pela ação dos denominados operadores do turismo.

Os operadores turísticos geralmente representam atores do setor privado. As empresas que se beneficiam da movimentação econômica gerada pela atividade. Estes operadores possuem, de acordo com IVARS (2003 p.65) “grande capacidade de influência sobre a demanda”. São os promotores do desenvolvimento da atividade turística, que usam os espaços turísticos para aquecer diversos setores de interesse.

Nas considerações de VERA, *op. cit.* (1997) ao relacionar espaço e turismo, caracteriza aquele como sendo suporte e fator por sua condição geográfica. Completa considerando que tal condição varia de acordo com atributos de caráter qualitativo de valor intrínseco – naturais ou culturais. Ao descrever a variação qualitativa, afirma que esta “pode derivar da valoração social a que o espaço é conduzido” o que significa afirmar que existe um processo de “adequação dos recursos ou atrativos, e assim a sua conversão em produto e oferta, objeto de venda e consumo turísticos” (VERA, *op. cit.* 1997, p. 61).

Algumas reflexões de IWAND consideram a questão da qualidade do espaço turístico ofertado, associando as novas dinâmicas de mercado e questões ambientais como determinantes, em especial nos casos do turismo litorâneo. Este autor identificou uma lacuna entre duas questões que influenciam na atividade turística ligada ao meio ambiente: a consideração ecológica sobre as expectativas e experiências do turista, e a

---

<sup>15</sup> Bosch, R. “Turisme i medi ambient: la relació entre els agents del sector i l’administració pública” em *Perspectives del medi ambient als municipis del litoral*, Barcelona, Diputació de Barcelona, Estudis i Monografies, 1993.

<sup>16</sup> NIEVES, S. Palestra realizada pelo pesquisador. VI Congresso OIUDSMA. 17 de Novembro de 2006.

consideração ecológica entre o setor privado e público. (IWAND<sup>17</sup>, citado por IVARS, 2003)

De acordo com o mesmo autor, existe uma nova concepção ligada ao modelo de turismo litorâneo, que enfoca questões mais diversas, além das comumente citadas, o “sistema de produção turística avançado” (IWAND citado por IVARS, p.64). Consiste na mudança de fatores determinantes para o desenvolvimento da atividade turística nestes espaços. O que antes era sol, mar e areia (*sun, sea and sand*), hoje é auferido a outros fatores: segurança, aspectos sanitários, e satisfação (*security, sanitation and satisfaction*) (IVARS, 2003).

A questão determinante sobre qualificação e/ou desenvolvimento do turismo, está atrelada a fatores que respondam às expectativas do turista. Ao considerar segurança, satisfação e aspectos sanitários, estão relacionados questões sobre a estes elementos, que proporcione uma experiência satisfatória de acordo com as perspectivas prévias por parte dos turistas. (IVARS, 2003)

AZEVEDO (1998) ressalta a importância do patrimônio enquanto recurso de grande significância para a exploração do turismo. Trata-se de concepção, de acordo com a autora, que constitui uma tendência mundial e repercute em assuntos como o resgate cultural e caracterização de perfis e realidades diferenciadas aos lugares e populações.

Patrimônio, para a autora, “é um conjunto de bens herdados, construídos e/ou em construção que mescla temporalidades diferentes – presente, passado e futuro”. Associado a este conceito, a cultura pode ser caracterizada como “geradora de patrimônios” e “revela a identidade dos povos”. Sendo assim, o turismo constitui-se em “veículo de divulgação cultural, instrumento de reafirmação de culturas e patrimônios singulares” (AZEVEDO, 1998, p.148-151).

Estes três conceitos constituem em variáveis interativas, e o “desconhecimento dessa articulação, a não compreensão da amplitude dessas variáveis tem ocasionado descaracterização de propostas turísticas, as vezes irreversível”. A oportunidade de se explorarem os recursos pode significar em importante maneira de “caracterizar perfis e realidades diferenciadas, além de proporcionar retorno econômico quando utilizados para fins turísticos e é também instrumento de exercício de cidadania, podendo servir de recuperação da auto-estima das populações tradicionais” (AZEVEDO, p.149-151).

---

<sup>17</sup> IWAND: Conferencia dictada en la ITB de Berlin, 1999. Em [www.tui-environment.com](http://www.tui-environment.com)



Estas colocações permitem afirmar que a questão da Cultura e do Patrimônio deve ser mais atentada por todos os atores sociais que constituem determinado espaço marcado pela exploração turística. Tanto a questão do patrimônio natural como o cultural e o construído, devem ser corretamente explorados e suportados por planos de manejo e revitalização, principalmente no que diz respeito a questão cultural.

A dinamização da atividade turística está condicionada a estes diferentes aspectos, conduzidos pelos atrativos e pela promoção estabelecida pelos operadores de turismo. Os espaços turísticos estão condicionados a estas questões. Cada lugar pode gerar o interesse destes promotores, ou de proprietários de terrenos, os quais possuem direta relação com o desenvolvimento do turismo nos locais. Como especuladores, constituem em ameaças aos destinos. Suas decisões frente à transformação do espaço turístico influenciam diretamente no desenvolvimento desta atividade.

## **1.6 A gestão territorial e o planejamento turístico**

Reconhecidas as transformações relacionadas às novas tendências de funcionamento territorial, onde a vontade econômica de grupos empresariais cada vez mais participa na regulação das normas antes exercidas exclusivamente pelo Estado, como na época dos Estados modernos<sup>18</sup>. A dinâmica do território pode ser entendida conforme coloca Wagner Costa Ribeiro pela “materialização de projetos políticos. O Estado é um dos agentes que materializa tais projetos (...)”. Não é apenas o Estado que materializa projetos, exerce também esta função “os agentes privados, produzindo-o ou reproduzindo-o”. Cabe ao Estado, disciplinar esta ação, fiscalizando o cumprimento das normas estabelecidas para norteá-la. (RIBEIRO, 1990, 94-95)

O uso da terra é regulamentado por Leis, denominadas leis de zoneamento. Estas definem as atividades que legalmente podem ser desenvolvidas em uma determinada área. O zoneamento, conforme coloca SOUZA (2002) foi concebido como uma ferramenta para o planejamento. O planejamento diversifica-se de acordo com a vocação do território relacionado. A partir das atividades potenciais em instalação, ou já evidenciadas num dado território verifica as capacidades de instalação e demandas socioeconômicas para então resolver que planejamento está mais evidenciado ao caso.

---

<sup>18</sup> Nos Estados modernos, o território está associado ao conceito de soberania sendo a soberania “uma atribuição do Estado em relação ao controle exclusivo de um território definido” (Arroyo, 2000, p115).

Atualmente existe a emergência de novas vertentes do planejamento, como o planejamento ambiental, planejamento turístico entre outros. Muitas vezes o planejamento é realizado, contudo não possui aplicação eficiente, estando vulnerável a demais condicionantes das dinâmicas sociais, de modificação da paisagem e dos demais processos existentes em um dado território.

Do planejamento à questão sobre o desenvolvimento, existem questões importantes a serem consideradas. Inicialmente é importante discutir o próprio conceito do termo desenvolvimento.

Compreender o significado do termo desenvolvimento, sugere buscar em suas variadas concepções os enfoques a ele atribuídos. Estas teorias surgem no pós Segunda Guerra Mundial, sugerindo uma era para recuperação e avanços, tendo como modelo as medidas de decisão estadunidenses, sobretudo. O modelo de desenvolvimento vivenciado no período pós-guerras permitiu verificar, dentro das práticas produtivas, a implantação de um modelo *fordista* aplicado aos países centrais. Baseado no crescimento industrial sem limites e sustentado por um processo de urbanização acelerada, evidenciou-se em fator de maior risco para o meio ambiente, particularmente nos países subdesenvolvidos (NICOLAS, 2003; CORIOLANO, 2003)

A idéia de desenvolvimento considera o homem como fator de transformação dos contextos social e ambiental em que está inserido e também de si mesmo.. Entretanto, dentre as implicações sociais e as contradições a que este conceito está subjugado, passou a ser considerado o subdesenvolvimento, enquanto conceito correlato. (CORIOLANO *op. cit.*)

Os problemas de ordenamento do território ligados a aspectos de gestão e autonomia passaram a justificar a necessidade de se atentar mais especificamente para o planejamento. Analisar e valorizar uma série de fatores que contribuem a explicar os processos e modelos de gestão territorial passou a ser considerado necessário em busca de obter uma visão aplicada e participativa dos componentes que influenciam nas formas de uso, baseado na racionalização e gestão dos recursos.

Os processos de gestão e planejamento não podem restringir-se a inventários descritivos, e sim considerar todos os elementos que condicionem ou venham a ter influência a partir do processo de transformação e articulação do território em virtude desta atividade. Em especial para a atividade turística, a gestão participativa é considerada um modelo eficaz para atingir um modelo de gestão que congrega os

esforços da comunidade, e constitui em uma tendência buscada mundialmente. (SANTANA, OLIVEIRA e BERENSTEIN, 2002)

A gestão participativa deve ser entendida como um instrumento fundamental envolvendo todos os atores sociais envolvidos no processo turístico. Para tanto, estes devem assumir seus papéis, considerando suas respectivas atribuições determinadas pelos benefícios e responsabilidades. O processo baseia-se na idealização de um turismo responsável, onde o desenvolvimento territorial em face da atividade turística é considerado processo ideal a ocorrer na perspectiva de longo prazo. (GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003)

Dentre os benefícios potenciais acerca do desenvolvimento do turismo em determinado território, podem ser caracterizados como: a arrecadação de impostos por parte do poder público; aumento da lucratividade por parte da iniciativa privada; melhora na qualidade de vida na comunidade através de oportunidades de trabalho e geração de renda. Com relação às responsabilidades apontadas, salienta-se algumas como implantação de políticas e infra-estrutura por parte do poder público, conscientização em face aos aspectos naturais e culturais enquanto recursos para a iniciativa privada e da necessidade do envolvimento ativo da comunidade nas tomadas de decisões. (GANDARA, SILVEIRA e TORRES, 2005)

A participação da comunidade local na gestão participativa, aspectos referentes às reivindicações e os benefícios, representados pela vontade deste grupo social são importante consideração a ser relevada. Em locais aonde a comunidade local não “participa e palpa com relação aos benefícios do turismo, não estão seguros nem os turistas, nem a área de entorno, nem a atividade turística.” (POON<sup>19</sup>, citado por GANDARA, 2003, p. 113)

Desta maneira, a inserção dos habitantes locais nas atividades econômicas desempenhadas pelo turismo, deve ser tida como prioridade, bem como o incentivo à qualificação, controle de pequenas empresas de turismo, melhoria na infra-estrutura e serviços gerais para a comunidade, estímulo a aspectos culturais, que possibilitem ao turista a interação nestas atividades (dança, música ou teatro), preservando as tradições locais e estímulo à produção e consumo de produtos locais. Em caso contrario tornar-se-

---

<sup>19</sup> POON, A. “Participacion de las comunidades locales en el desarrollo turístico e incidência econômica em los pequenos estados insulares em desarrollo”. In: Ponencia presentada em la Conferencia Internacional sobre Turismo Sostenible em Pequeños Estados Insulares em Desarrollo y Otras Islas. Organizacion Mundial del Turismo. Lanzarote, 1998.

é difícil o desempenho de empresariado no local e o desenvolvimento turístico será resultado de um processo imperialista-colonialista. (OMT, 1999; GANDARA, 2003)

Entretanto, algumas questões fogem a toda esta idealização baseada na formalidade e articulação previsível de um território. A partir daí VERA *et.al.* atenta para especial atenção ao papel dos atores sociais locais e as relações existentes entre esferas de administração. Consiste em estar participando diretamente na decisão sobre o futuro de um território, assim devendo aceitar o compromisso desta transformação baseada no turismo. (VERA *e outros*)

Dentro da realidade brasileira, os programas ligados ao planejamento do turismo que estão relacionados com as premissas instituídas anteriormente, são verificados em programas institucionais, tais como o Plano Nacional de Municipalização do turismo, o PNMT. O PNMT tem como propósito descentralizar a gestão da atividade turística e fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios. Objetiva implantar um novo modelo de gestão da atividade turística de forma conjunta com estados e municípios. Baseia-se em uma forma participativa e descentralizada para maior eficiência da administração da atividade. (PAIVA, 2001)

## **1.7 Aspectos da sustentabilidade**

O termo sustentabilidade, amplamente considerado na atualidade particularmente pela relevância nos contextos ambientais, possui uma série de princípios que pregam um modelo de práticas gerais pelo dito desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito totalizador, e as partes e a forma que o constituem ainda são desconhecidas, tornando complicada a sua compreensão integral. (MARTÍNEZ e HIRABAIASHI, 2003)

De acordo com Mello, o conceito é antropocêntrico e possui a dimensão crítica da necessidade do ser humano co-evoluir com as demais formas de vida. O autor menciona a contribuição de Fritjof Capra<sup>20</sup> sobre a necessidade da “alfabetização ecológica da humanidade”. Esta necessidade consiste em uma prática educativa transdisciplinar, precursora de um novo ser humano, que possua “consciência da

---

<sup>20</sup> Capra, F. “A Teia da Vida”. Ed. Cultrix, 1996.

interdependência entre os sistemas bióticos e abióticos em seus vários níveis de relações”. (MELLO, 2000, p.105)

As referências mais explícitas à noção do conceito estão sistematizadas nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de ecodesenvolvimento. Sachs propunha uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social. (SACHS, 1986)

A sustentabilidade tem sido discutida por alguns acadêmicos, com relação à sua aplicabilidade e conduta de uso. Possui de acordo com MARTINEZ e HIRABAISSHI (2003) idéias positivas pela condição de equilíbrio entre questões ambientais, sociais e econômicas. Entretanto, está conectado às questões da política e das sociedades e seus problemas, bem como da economia e do meio ambiente.

A colocação acima bem frisa o hiato entre o discurso e a prática sobre o termo analisado. A associação entre as chamadas idéias positivas, representadas em colocações como “as mais nobres intenções de sustentabilidade” de Paulo Pires (2002, p.250) e os problemas da sociedade e da política, colocadas pelo autor anteriormente citado, caracterizam o termo sustentabilidade e suas variações, como algo presente em aspectos utópicos. Luzia Coriolano bem retrata essa condição ligada ao imaterial, ao desejável, quando afirma “a busca de uma sociedade sustentável (...) para tentar criar alternativas (...) carregadas de esperanças que consiga romper desafios” (CORIOLANO, 1998, p.120)

As maneiras de interpretar a utilização deste conceito variam sob o enfoque precisado. Sob um aspecto comentado por JIMENEZ, citado por MARTINEZ e HIRABAIASHI (2003) alguns documentos<sup>21</sup>, enfatizam os aspectos ambientais e deixam de lado aspectos sociais relevantes para a conceituação precisa do tema da sustentabilidade.

Por não estar em um estágio avançado na prática, como o está na discussão, o planejamento turístico com vistas ao desenvolvimento sustentável não efetiva em modelos ideais a serem implantados. As recomendações feitas em trabalhos referentes ao turismo sustentável constituem filosofias de conduta que em muitos casos

---

<sup>21</sup> De acordo com os autores, o exemplo colocado representa a definição da OMT de 1999 (*apud* MARTINEZ e HIRABAIASHI, p.42). OMT, “Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sustentável. Turismo y medioambiente” OMT, Madrid, 1999.p221

distanciam-se da realidade. De acordo com MARTINEZ e HIRABAIASHI (2003), a abordagem analítica do conceito <sustentabilidade> e seus problemas constituem-no em complicada compreensão integral e aparente paradigma para o Século XXI.

Considerando as questões relacionadas, é pertinente questionar sobre a aplicabilidade deste termo. Rejeitá-lo pode significar a perda oportuna de adequá-lo aos aspectos reais que se manifestam ao longo dos territórios, com suas diferentes problemáticas e vocações. Da mesma maneira que utilizá-lo como simples menção de um objetivo não palpável, pode significar o despreparo no estabelecimento das diretrizes que se almejam para o desenvolvimento, particularmente no turismo.

Apresenta-se como um rótulo utilizado por determinados setores do governo, do setor privado e de ONGs, para promoção mercadológica, resultando unicamente em fins relacionados às empreitadas que sustentam os objetivos de seus utilizadores. O conceito de sustentabilidade necessita passar por reflexões acerca de sua utilização e esclarecimentos frente à sociedade em geral.

## CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS DO TRABALHO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Procedimentos

O trabalho realizado para esta dissertação caracterizou-se pela abordagem interdisciplinar. A partir de considerações acerca do espaço, foram discutidos temas como o meio ambiente, sociedade, economia e turismo como áreas complementares à análise espacial da área de estudo. Esta interação entre os campos tornou-se necessária para suprir a pesquisa em seus objetivos geral e específico.

Inicialmente, a base metodológica teve referência na proposta de Andriguetto Filho *et. al.* sobre os estudos realizados pelo Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento do NIMAD/UFPR<sup>22</sup> que teve como área de estudo o Litoral do Paraná. Na parte sobre a Metodologia de um diagnóstico preliminar, de capítulo de mesmo nome, os autores relacionam estes procedimentos. (ANDRIGUETTO *et. al.* 2002)

À exemplo da proposta mencionada, o presente trabalho partiu da elaboração de um “diagnóstico sobre as questões aparentes dos sinais de tensão entre homem e natureza estabelecidos no espaço específico de estudo”, pretendendo a “determinação de temáticas que venham a contribuir para a melhoria do conhecimento, suscitando respostas para o desenvolvimento regional”. A escala de análise, entretanto referiu-se a abordagem local. (ANDRIGUETTO FILHO *e outros. Apud*)

A partir de breve consideração a respeito de questões epistemológicas dentro da ciência geográfica, explorando campos de conhecimento dentro perspectiva humana e física é realizada uma abordagem da geografia socioambiental.

Esta determinação culminou na definição dos temas que demandavam claramente uma melhoria do aprofundamento metodológico e que suscitasse nas questões relativas à justificativa da pesquisa. Foram estabelecidos tópicos mais específicos como o de associar os problemas do meio ambiente com a questão social.

A busca de informações específicas da área de estudo culminou na caracterização das questões ambientais e sociais. A partir de então foram feitas análises fundamentadas na opinião de alguns representantes sociais específicos. Estas análises

---

<sup>22</sup> NIMAD/UFPR : Núcleo Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

foram interpretadas de acordo com os discursos individual e coletivo ao término das entrevistas, e seguiram a classificação proposta de temas principais.

A abordagem com a componente social, passou por duas etapas neste trabalho. Primeiramente foi realizada abordagem experimental, com aplicação de questionários-teste. Esta abordagem serviu de fase preparatória apontando o método a ser seguido. Baseado na afirmação de Santos<sup>23</sup> (citado por RODRIGUES, 1999, p. 21) sobre a subjetividade das ciências sociais, A abordagem qualitativa foi estabelecida como forma metodológica para esta pesquisa.

“Tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação (...) qualitativos em vez de quantitativos, com vista de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético”. (SANTOS, citado por RODRIGUES, 1999, p.21)

Visando identificar as características essenciais, os significados, as convergências e divergências dos conteúdos das entrevistas, utilizou-se a análise dos conteúdos que segundo Laille e Dionne (1999; p.214-215) “permite abordar atitudes, valores, representações, mentalidades e ideologias” (LAILLE e DIONNE, 1999).

As informações obtidas foram interpretadas, resumidas e organizadas em um quadro relacionando os entrevistados e os temas abordados<sup>24</sup> (Apêndice 2). Desta maneira foram feitas análises, associativas, (LAILLE e DIONNE, 1999). Os resultados das análises e o relacionamento com os aspectos teóricos, trabalhados na Revisão de Literatura (capítulo 1) são apresentados em Discussão dos Resultados, (capítulo 4).

## 2.2 Indicadores

Os indicadores desta pesquisa possuíram duas fontes: primárias e secundárias. Foram utilizadas estas informações para a caracterização da área de estudo e para a análise da visão de alguns elementos da sociedade sobre as questões socioambientais do local. Socioambientais pelo fato de abranger questões sociais, como aspectos políticos e

---

<sup>23</sup> SANTOS, B. S. “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”. In: Estudos avançados, 2(2): 46-71. São Paulo, USP 1988.

<sup>24</sup> Neste quadro estão colocadas as informações e os temas, de acordo com cada entrevistado. O nome dos entrevistados em relação às suas colocações foi mantido em sigilo.



econômicos; e ambientais por tratar também, de aspectos do meio natural, sociedade e cultura, caracterizando a complexidade da abordagem.

As informações primárias foram obtidas através de coletas de informações em trabalho de campo, de modo empírico e aplicação de entrevista aos sujeitos de interesse da pesquisa. Estes denominados atores sociais. Houve entrevistas específicas para a obtenção de informações utilizadas na caracterização da área de estudo.

Ao longo do período da pesquisa foram realizadas diversas visitas a campo. Este período possibilitou o reconhecimento em campo das manifestações aparentes das problemáticas ambientais e de gestão desta unidade geográfica de análise. Informações também foram obtidas *in locu* durante período de trabalho e vivência no local, quando contratado temporariamente junto ao Instituto Ambiental do Paraná, nas atribuições de coordenação das tarefas da “Operação Verão”<sup>25</sup>.

As informações secundárias foram obtidas junto a informações existentes nas instituições públicas e também em artigos, relatórios e estudos entre outros documentos específicos sobre a área de estudo.

### **2.3 Grupos Representados**

A sociedade local foi considerada sistema social, marcado por particularidades e dotada de relações internas específicas. Dentre os grupos que participam da organização social representados nas entrevistas, foram considerados os que possuem uma compreensão diferenciada dos elementos que compõem a realidade local, e legitimidade política em relação à sociedade, seja pelo poder público representado, seja pela sociedade civil organizada. Estes constituíram a fonte de informação para a análise dos temas, sendo devidamente caracterizados quanto à sua representatividade na sociedade local e/grupos de poder relacionados (Quadro com a relação de entrevistados e representatividade: Apêndice 2).

Parte dos entrevistados foi determinada a partir da composição do Conselho Gestor da Ilha do Mel, (Apêndice 3) pelo fato desse Conselho atribuir aos membros componentes, representatividade politicamente relevante. Dentre os membros do

---

<sup>25</sup> A “Operação Verão” é um programa desenvolvido durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro no litoral do Paraná, pelo governo do Estado, através das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Turismo. O programa visa a conscientização ambiental e o atendimento turístico para a região do litoral, através de contratados temporários e tarefas específicas executadas durante estes meses.

Conselho Gestor – titulares ou suplentes – foram entrevistados aqueles que tivessem ligação com a Vila de Encantadas, deste modo alguns dos integrantes não participaram das entrevistas por representar grupos sociais referente a outras comunidades na Ilha do Mel<sup>26</sup>.

Por representarem segmentos importantes, não representados no Conselho, também foram entrevistados presidente da associação local e representante de veículo de informação de circulação local, funcionárias municipais nos segmentos saúde e educação. Com relação aos operadores turísticos que trabalham com a Ilha do Mel, foram entrevistadas as responsáveis por empresa de turismo que possuem conhecimento sobre o local. Também foram ouvidos atores governamentais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que possuíam vínculo com a gestão da Ilha do Mel.

## **2.4 Entrevistas**

A entrevista foi realizada com base num roteiro (Apêndice 4), e cada entrevistado fez as declarações de acordo com seu grau de conhecimento, posição ideológica e representatividade social. A aplicação de entrevista consistiu em parte fundamental dentro das variáveis do trabalho. Realizada com o intuito de obterem indicadores sobre os temas trabalhados, foram metodologicamente estabelecidas a fim de levantar informações junto a representantes públicos. Foram exploradas questões gerais e específicas através de perguntas abertas, organizadas em quatro temas principais: Aspectos da Sociedade; Aspectos de Infra-Estrutura; Aspectos da Economia; e Aspectos de Gestão, (Apêndice 2).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Setembro de 2006 a Fevereiro de 2007. Foram feitas diretamente entre o pesquisador e o entrevistado. Algumas entrevistas foram gravadas na íntegra, outras acompanhadas de anotações. Tiveram duração de quarenta minutos até duas horas. Foi realizada com o apoio do roteiro,

---

<sup>26</sup> Constituem estes grupos sociais:

ANIMPO – Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Ponta Oeste. Esta Associação representa os nativos da Praia Grande, Vila do Farol, Nova Brasília, Fortaleza e Ponta Oeste. A AME – Associação dos Moradores de Encantadas possui esta representatividade na área de estudo.

ACTURIM – Associação dos Comerciantes e do Turismo da Ilha do Mel. Esta Associação representa estes setores (comercio e turismo) na Vila do Farol e Nova Brasília. A Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel, Encantadas representa esta representatividade na área de estudo.

anteriormente mencionado (p.32). O desenvolvimento das entrevistas foi adaptado de acordo com o nível de compreensão de cada entrevistado.

Existiram duas entrevistas em especial que complementaram a caracterização da área de estudo, realizada junto à Coordenação da Ilha do Mel, no Instituto Ambiental do Paraná com Ângela Soares, e junto à Secretaria de Patrimônio da União, através de conversa por telefone, com Hέλvio Guerra. Estas ocorreram no intuito da obtenção das informações específicas necessárias à complementação da caracterização da área de estudo, sobretudo.

## **2.5 Materiais**

Foram utilizados para a o trabalho: literatura específica, máquina fotográfica digital, figuras, dados e informações retiradas da internet e material para as entrevistas (prancheta, roteiros de entrevista e gravador).

A área, objeto de estudo, merece um capítulo a parte, a seguir colocado, em função da necessidade de uma melhor caracterização para análise. Foram utilizados para esta caracterização, dados primários obtidos nos levantamentos referidos anteriormente. Também foram utilizadas informações secundárias.

### **CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL, PR**

Este capítulo traz a caracterização da área de estudo referida deste trabalho. Esta explicação busca através dos diferentes itens trabalhados, descreverem os aspectos relativos à Ilha do Mel e também, trazer informações específicas sobre a Vila de Encantadas, sempre nesta ordem. As informações utilizadas para tanto foram baseadas em dados primários e secundários.

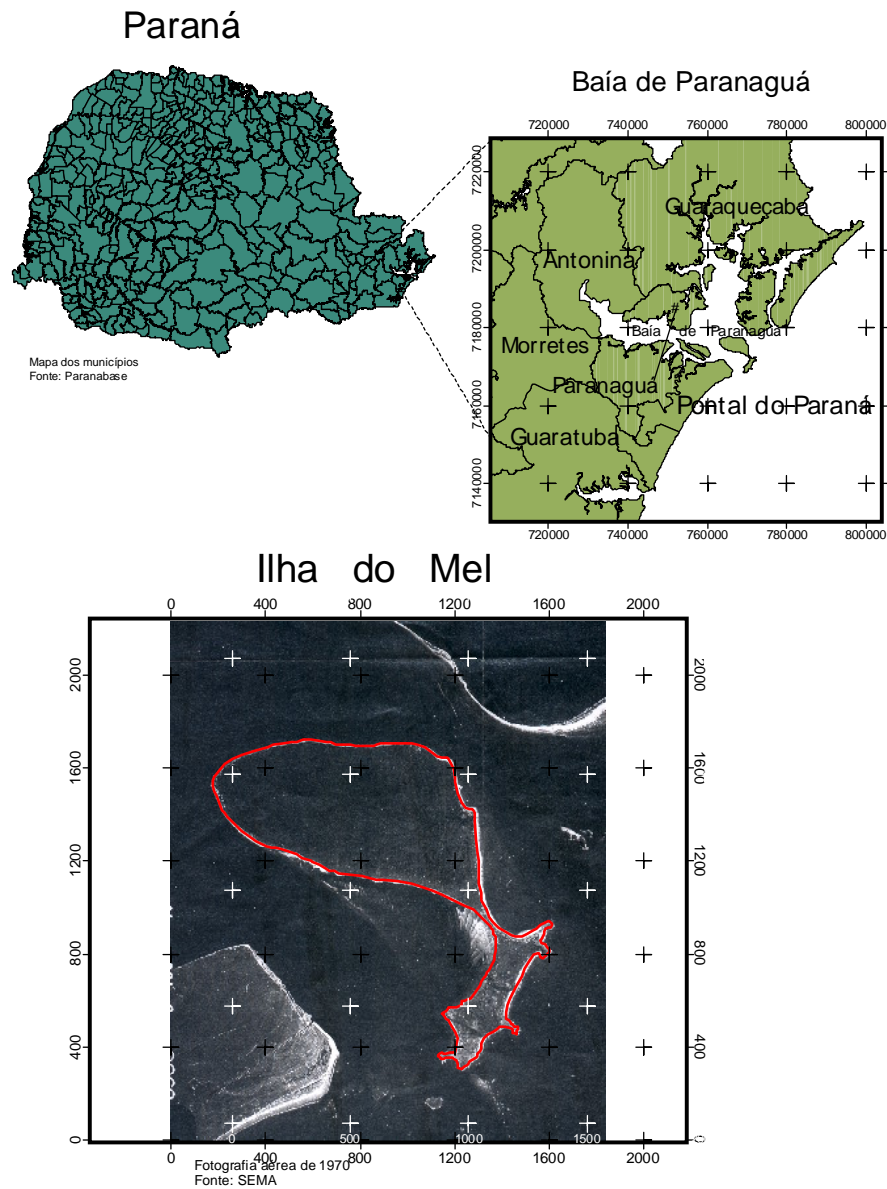
A Ilha do Mel está situada na desembocadura do complexo estuarino da Baía de Paranaguá (Figura 1). É um local representado por riquezas naturais e culturais. Gerações de visitantes vêm conhecendo-a, freqüentando-a e acompanhando suas mudanças. Possui extensa área da qual a grande parte é protegida e preservada. Possui também alguns setores de ocupação humana, tradicionalmente ocupados por pescadores e antigos habitantes e mais recentemente também por pessoas de fora. Possui história e cultura passadas pelas gerações.

É dividida em Setores de Ocupação e duas Unidades de Conservação. Possui uma área de aproximadamente 2.762 hectares e perímetro de aproximadamente 35 quilômetros (PARANÁ, 1996). Está situada na desembocadura da Baía de Paranaguá, separando esta e o Oceano Atlântico, entre Pontal do Sul (município de Pontal do Paraná) e a Ilha das Peças (município de Guaraqueçaba), entretanto pertencente ao município de Paranaguá. (Foto 1)

De acordo com a antiga definição de Figueiredo (1954) “tem o formato de um grande oito mal traçado, dividindo-se em duas partes bem definidas, Sul e Norte”. Entre estas partes existe uma estreita faixa emersa denominada istmo, área onde a ilha foi separada há alguns anos, e que hoje possui estreita faixa de areia separando as águas da baía e o mar de fora.

A face Leste da Ilha do Mel está voltada para o Oceano Atlântico, sendo influenciada pelas condicionantes físicas que esta condição lhe proporciona, como as correntes, ondas e marés, que possuem alta capacidade de modificação na paisagem natural de praias. À Oeste, a ilha está voltada para o continente, tendo contato com o ecossistema de mangues e, também, do canal da Galheta.

## Localização da Ilha do Mel:



**Figura 1:** A localização da Ilha do Mel no Estado do Paraná em sistema de referência UTM SAD 69. Organizado por Daniel H. Q. Telles - 2004

A Vila de Encantadas constitui-se em um setor de ocupação dentro da Ilha do Mel. É o objeto de estudo desta pesquisa. Algumas caracterizações basearam-se em informações obtidas nas entrevistas realizadas. Esta busca de informações foi necessária para melhor caracterizar o objeto de estudo. As fontes de informações secundárias, como referências bibliográficas e documentos oficiais, possuem parte das informações necessárias para a caracterização específica do território e ambiental local.



**Figura 2:** Cartograma dos setores de Ocupação da Ilha do Mel. Em destaque a localização da Vila de Encantadas

Fonte: <http://www.ilhadomelpreserve.com.br/a%20ilha%20do%20mel-localidades%20da%20ilha.htm>

Está situada no extremo Sul da Ilha do Mel (Figura 2), ao longo de quase toda a linha de praia voltada para o continente (a Oeste), denominada originalmente como Prainha pelos habitantes. Á Oeste está o limite das Encantadas com o canal de acesso à navegação ao porto de Paranaguá. Ao Norte a área ocupada acompanha a base do morro do Miguel, ou Bento Alves, o maior e mais elevado de toda a Ilha. Ao Sul, situam-se os morros do Caragatá e o Morro do Encantado como limite geográfico. À Leste, em direção ao Oceano Atlântico, limita-se com o Parque Estadual da Ilha do Mel, onde estão situados morros, praias e a gruta. (Fotos 2 e 3)

**A Ilha do Mel é uma área tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná.** (16/05/1975)  
*Ilha do Mel is an area nominated by the Historical, Artistic, and Natural Heritage Institute of Paraná. (16/05/1975)*


---

Área da Ilha: 2.762 ha (Island Area) / 27,6 km<sup>2</sup> - Perímetro: 35 km (Perimeter)  
 Área de Estação Ecológica: 2.240 ha - 22,4 km<sup>2</sup> - 81,16% (Ecological Station Area)  
 Área do Parque Estadual: 337,84 ha - 3,37 km<sup>2</sup> - 12,21% (State Park Area)


---

Distância e tempo aproximados para viagens em barcos regulamentados:  
*Distances and average traveling time on regulated boats:*

Paranaguá - Brasília: 21 km / 1:30 h  
 Paranaguá - Encantadas: 20 km / 1:20 h  
 Pontal do Paraná - Brasília: 6 km / 40 min  
 Pontal do Paraná - Encantadas: 4,5 km / 30 min



**Postos policiais e de saúde em Encantadas e Brasília.**  
 Não há farmácias na Ilha do Mel.  
*Police Stations and Health Centers at Encantadas and Brasília. There are no pharmacies on Ilha do Mel.*




---


**Passeios e roteiros na Ilha do Mel** *Sites and trails on Ilha do Mel*

Distâncias e tempos de caminhada aproximados *Approximate walking distances and times*


Brasília - Encantadas: 4,8 km / 2 h 30 min	Encantadas - Farol: 6,4 km / 3 h
Brasília - Farol: 1,6 km / 30 min	Encantadas - Fortaleza: 8,8 km / 3 h 30 min
Brasília - Fortaleza: 4 km / 1 h	Encantadas - Gruta: 0,6 km / 15 min



*Lighthouse*  
**Farol das Conchas**



*Fort*  
**Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres**



*Grotto*  
**Gruta das Encantadas**

**Foto 1:** Painele de informações da Ilha do Mel. Ponto de embarque, Pontal do Sul, PR.

Foto: Daniel H. Q. Telles – Outubro de 2006



**Foto 2:** A Vila de Encantadas vista do Morro do Encantado. Ao fundo a Baía de Paranaguá, a Serra do Mar e a Unidade de Conservação Parque Estadual da Ilha do Mel

Foto: Daniel H. Q. Telles – Outubro de 2006

### 3.1 Aspectos do Meio Físico

A Ilha do Mel representa uma única unidade espacial, cercada pelas águas do mar e do estuário. Devido à sua situação geográfica, sofre a influência dos sistemas costeiro, oceânico e estuarino. As interferências destes dois sistemas influem no espaço emerso da ilha e o caracteriza por constante dinâmica.

A posição geográfica da Ilha do Mel proporciona a esta ilha influências biofísicas complexas. Desta maneira a caracterização ambiental consiste em um sistema natural peculiar, de influências climáticas, oceânicas e bioquímicas.

O clima da região<sup>27</sup> é classificado como tropical de transição, com muita umidade, sem estação seca e com temperatura média entre 18°C e 22°C. Durante a maior parte do ano predomina o anticiclone do Atlântico Sul (BIGARELLA, 1978; MAACK, 1968)

A geologia da ilha caracteriza-se pela existência de morros do Embasamento Cristalino, terraços Pleistocenos e Holocenos, cordões dunares e praias. Os morros constituem as partes emersas mais antigas quando do nível do mar acima do atual, que formavam um arquipélago. Estes foram ligados por faixas de material sedimentar após o máximo da transgressão do Holoceno, quando da última diminuição do nível do mar. Sobre os terraços, a planície constitui-se pelo acúmulo de sedimentos, os cordões dunares. A altura destes cordões geralmente varia entre 3 e 5 m. No entanto em certas áreas da Ilha do Mel, como por exemplo, entre os morros do Miguel e do Meio, apresentam uma exceção, atingindo altitudes de mais de 20 m sobre o nível do mar, por estarem sobre um terraço de aproximadamente 6 m. (BIGARELLA, 1978; ANGULO, 1992)

A rede hidrográfica superficial da Ilha está inserida nas depressões dos feixes de restinga. É em grande parte impedida, originando faixas alongadas de terrenos úmidos e pantanosos. Alguns pequenos córregos deságuam no lado oceânico, outros no Mar de Dentro. (SEMA/IAP, 1996; ESTEVES, 2004)

De acordo com a divisão de seu sistema hidrográfico colocada por Cláudio Esteves, a ilha divide-se em duas bacias, marcados pela divisão do abastecimento da água na ilha. Estes dois sistemas são: Sistema Hidrográfico Sul e Sistema Hidrográfico Centro-Norte. Tais sistemas são divididos pelo divisor de águas do morro Bento Gonçalves com 160 metros de altitude, o ponto mais alto da ilha, que está situado ao Norte da Vila de Encantadas, em área do Parque Estadual da Ilha do Mel. (ESTEVES 2004 p.203 e 204)

---

<sup>27</sup> O clima predominante na faixa costeira paranaense é o Af(t) - Tropical Superúmido, quente e chuvoso, segundo a classificação de Köppen (Maack, 1981). Por receber a influência das massas de ar de origem atlântica - Tropical e Polar – recebe constantes ventos alísios de Sudeste, fortes precipitações durante o verão e quedas de temperatura durante o inverno, de uma maneira geral. Os ventos são condicionados, além da influência das massas de ar, pelo diferencial de temperatura entre terra e mar ao longo do dia.



Com relação à vegetação da Ilha do Mel, SILVA e BRITZ (2005, p.49) caracterizam três formações principais representativas. As formações campestres, arbustivas e florestais. De acordo com os autores, estes grupos possuem diferentes influências do Meio físico justificando suas particularidades. Estas influências manifestam-se basicamente pelo grau de cobertura, regime de inundação e localização. (SILVA e BRITZ, 2005)

Aspecto característico do setor de ocupação da Vila de Encantadas consiste em estar situado entre morros e a Unidade de Conservação (PEIM), proporcionando-lhe um caráter de “isolamento”. Está situada sobre a planície arenosa que existe entre os morros que a cercam. A altitude não ultrapassa 5 metros acima do nível do mar. (PARANÁ, 1996b v.2 p.79). Com relação à drenagem da Vila de Encantadas, esta não apresenta grande densidade, sendo formada por pequenos cursos d’água, que deságuam na Baía de Paranaguá. (ESTEVEZ, p. 71, 2002)

### **3.2 Ocupação e Uso**

A Ilha do Mel é pertencente ao município de Paranaguá. É tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº. 1.211/53). Está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob forma de aforamento (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982). Esta transferência passou do S.P.U. (Serviço do Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Fazenda, para o governo do Paraná a responsabilidade, que por sua vez direcionou aos poderes do ITCF (Instituto de Terras e Cartografia) autorização para outorgar concessões de uso na Ilha (Decreto nº. 4.964/85), Passando então para a responsabilidade de gestão ao Instituto Ambiental do Paraná , dos poderes para a fiel execução da gestão no local. (PARANÁ, 1986; PARANÁ 1996)

A ocupação da Ilha do Mel consiste basicamente em áreas de Unidade de Conservação e Setores de Ocupação. São atualmente reconhecidas oficialmente, duas áreas de Unidade de Conservação e quatro Setores de Ocupação. As Unidades de Conservação são: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM). Os Setores de Ocupação são: Fortaleza, Nova Brasília, Farol, e Vila de Encantadas. Os setores de ocupação da Ponta Oeste e da Praia Grande não são reconhecidos oficialmente pelo Estado (SOARES, informação verbal, 2006)

Dentre estas áreas de Unidade de Conservação e Setores de Ocupação, cada qual possui uma configuração característica sob o ponto de vista ambiental, que resulta de todo o processo histórico de ocupação destes locais e da dinâmica dos ecossistemas costeiros atuantes. O reconhecimento e oficialização destas áreas, por parte do poder público, ocorreram em épocas distintas, e o uso é configurado pelo processo de ocupação, que através da história foi sendo marcado por questões sociais, políticas e econômicas nos contextos de cada época. Observa-se que na ilha, a principal determinante na atual configuração do uso do solo nos setores de ocupação, o fenômeno turístico principalmente a partir da década de 80 do século passado.



**Foto 3:** A Vila de Encantadas, o Parque Estadual da Ilha do Mel e as praias do Mar de Fora, da Bóia e da Gruta de Encantadas  
Foto: Daniel H. Q. Telles – Outubro de 2006

Todas as áreas de ocupação humanas dentro da Ilha do Mel estão em zona de amortecimento das Unidades de Conservação<sup>28</sup>. Estão, portanto, condicionadas aos termos existentes na Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000a). De acordo com Silveira em estudo sobre o turismo na Ilha do Mel, já indicava elevado grau de impacto ambiental nas áreas de maior concentração turística (1998)

A Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) é uma Unidade de Proteção Integral localizada na parte Norte da Ilha do Mel. Foi criada oficialmente pelo Decreto 5454 em 21 de Setembro de 1982. Possui área de 2.241 hectares. O Plano de Manejo desta Unidade de Conservação foi concluído em 1995, e está prevista sua reestruturação e revisão para ser concluída logo após a elaboração do plano de manejo do Parque Estadual.

---

<sup>28</sup> Área no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

O Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM) é a área de ocupação que abrange o entorno da Vila de Encantadas, ao Sul da Ilha, e estende-se para o Norte, até a área de ocupação de Nova Brasília. Abrange morros, planícies vegetadas, praias (Foto 4) e aflorações rochosas. Esta UC foi criada pelo Decreto 506 de 22 de Março de 2002, e corresponde à antiga área de Reserva Natural. O Plano de Manejo desta UC está prestes a entrar em licitação pública para sua realização, e deve ser concluído no ano de 2007. Os termos de referencia para esta UC estão prontos, e estabelecem diretrizes sobre o direcionamento de seu conteúdo. Uma destas determinações estabelece da participação das comunidades de entorno na participação do mesmo, o que destaca a importância da mobilização social atual e o interesse em lutar por suas reivindicações.



**Foto 4:** Praia do Miguel e trilha do morro do sabão. Parque Estadual da Ilha do Mel.  
Foto: Daniel H. Q. Telles – Outubro de 2006

De acordo com documento Diagnóstico para Comissão de Elaboração do Plano de Instruções Básicas para a Ilha do Mel, Paraná (1999), a Vila de Encantadas possui área de 199.285m<sup>2</sup>, dos quais 87% estão ocupados (PARANÁ, p.3/9). É um dos quatro povoados oficialmente existentes na Ilha do Mel, de acordo com a classificação do Estado atual sobre as áreas de ocupação<sup>29</sup>.

De acordo com PARANA<sup>30</sup> citado por ESTEVES (2004, p.84) a Vila de Encantadas é o setor de ocupação da Ilha do Mel que apresenta o maior número de problemas em relação à ocupação. Problemas os quais determinaram numa baixa qualidade ambiental por questões de suporte físico e estrutura de serviços de infraestrutura básica.

A ocupação da área ocorreu sem acompanhamento de ordenamento territorial. Isto caracterizou a configuração do parcelamento do solo dotado de irregularidades. A

<sup>29</sup> Os setores de ocupação da Ponta Oeste e da Praia Grande não são oficialmente reconhecidos. Estes focos de ocupação estão dentro de áreas de preservação ambiental e devem ser oficializados após a realização da Regularização Fundiária (Fonte: informação verbal, SOARES, 2006)

<sup>30</sup> PARANÁ, “Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel - PR”. IAP e SEMA, 1996.

multiplicação dos lotes, subdivididos em inconformidade com o previsto pelo plano de uso de 1982, acarretou em alta concentração de propriedades, proporcionando um adensamento da ocupação e alteração da paisagem, característicos ao processo de urbanização. (TELLES, 2004)

A falta de fiscalização, acompanhamento e orientação acarretaram no que se tornaria um quadro de parcelamento do solo adensado em proporções acima do previsto no então Plano de Manejo da Ilha do Mel, de 1982. Este plano previa algumas restrições no que considera a área dos lotes, a área permitida para construção e altura destas construções.

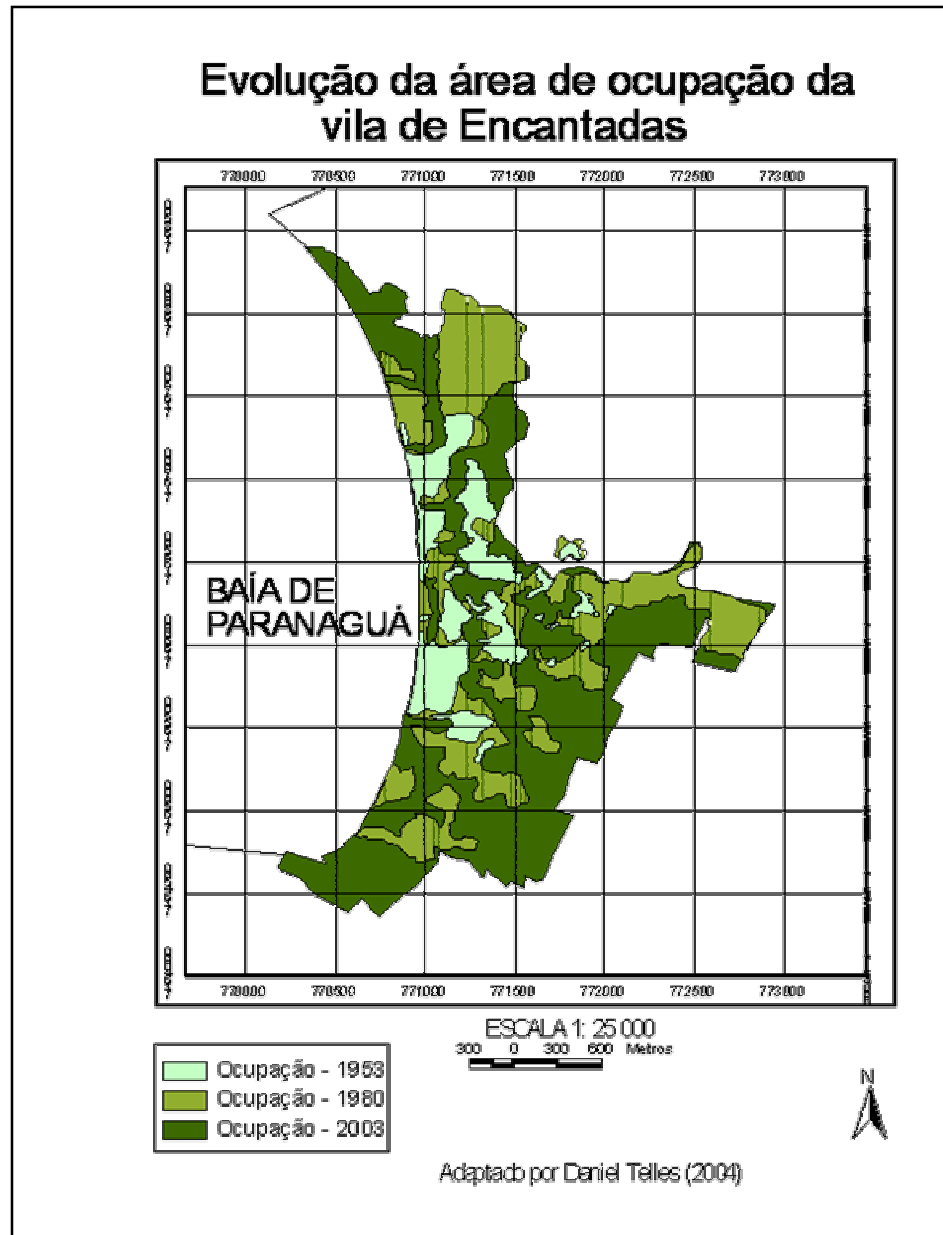
Ocorrendo tais práticas pelo decorrer de quase duas décadas, a vila sofreu impactos paisagísticos, ambientais e culturais bastante significativos. Esta manifestação consistiu no aproveitamento do espaço para a exploração do turismo. Este aproveitamento, no entanto, se procedeu de maneira descontrolada, ou seja, os empresários e comerciantes construíram seus empreendimentos, em muitos casos, sem estarem dentro de um padrão de regularização acompanhado pelo órgão gestor responsável.

O processo de ocupação marcado pela exploração imobiliária foi evidente e acarretou num desenvolvimento desordenado e fortemente influenciado por pessoas de fora. Essa realidade marcou numa série de problemas atualmente verificados. Esse processo de crescimento concentrado a partir da década de 1980 pode ser entendido na carta de expansão da área de ocupação da vila. (Figura 3) (TELLES, 2004)

A procura do setor de ocupação por pessoas externas, passou a ocorrer principalmente a partir da década de 1980. Alguns interessados e frequentadores obtiveram terrenos adquiridos junto aos habitantes, passando a ser os proprietários destes imóveis. A comercialização dos lotes foi tida pelos habitantes locais, como uma oportunidade econômica.

“De acordo com a carta de ocupação mostrada a seguir, no ano de 1953, a presença da ocupação do homem estava próxima à orla do mar de dentro, onde existiam casas de pescadores nos moldes dos habitantes da época. Os primeiros terrenos ocupados localizavam-se na parte central da praia. Já em 1980, pouco antes da época em que ocorreu a acelerada expansão da área de ocupação da vila, a área destinada ao uso antrópico observada na fotografia aérea aumentou em quase 150%. A área ocupada expandiu-se pela faixa da praia para Norte e para Sul. Alguns focos mostram a tomada de espaços área adentro- à Leste- inclusive com a presença de uma área mais afastada a praia de dentro com dimensões de um campo de futebol. De fato consistia em um campo de futebol, o qual existe atualmente no mesmo local. Decorridas duas décadas, entre 1980 e 2003, o crescimento da área de ocupação observado foi de mais de 100%. Esse aumento

gradativo da expansão se deu principalmente ao fato da inserção turística como principal atividade econômica na vila.” (TELLES, 2004, p.208-209)



**Figura 3:** Análise sobre o crescimento da área de ocupação da Vila de Encantadas diagnosticada através da fotointerpretação  
Organizado por: Daniel H. Q. Telles - 2004

A questão da poluição das praias também constitui num aspecto negativo conseqüente da ocupação e exploração no local, principalmente durante os meses de alta temporada. O que permite associar este fator ao fluxo turístico. Isso ocorre devido à inexistência de um sistema de saneamento básico adequado no local. O tratamento destes rejeitos não ocorre, e as fossas instaladas nas casas e estabelecimentos comerciais

em geral são feitas inadequadamente para o tipo de solo do local. (GAZETA DO POVO, 2006, Anexo 1)

Devido ao fluxo de pessoas<sup>31</sup>, impulsionados pela questão do turismo, a qualidade da água nos córregos do local apresentam altos índices de coliformes totais e fecais durante os meses de verão. Milhares de turistas estabelecem-se na Vila de Encantadas durante esta época do ano, e o que comumente ocorre são o excesso de substancias despejadas nas fossas, fazendo estas transbordarem, contaminando o solo e o lençol freático; “existem conexões hidráulicas com as águas do lençol freático” que de maneira direta despejam o esgoto nos corpos de água. ESTEVES (2004, p.149).<sup>32</sup> Estes rios, por desaguiarem no mar, carregam toda esta poluição para as praias, agravando a condição ambiental das mesmas.

Esteves realizou medição da qualidade da água no rio da Ponte, que desemboca no meio da Prainha das Encantadas. Esta medição foi feita durante dois períodos distintos, datadas de 26/06/2003 e 04/01/2004. Os resultados apontaram presença de coliformes totais e presença de coliformes fecais em ambas as coletas. Como de se esperar, os resultados, ainda, apontaram para um significativo aumento desta contaminação no Sistema Hidrográfico Sul da Ilha do Mel na segunda medição em relação à primeira. De acordo com o pesquisador “é possível afirmar que a influência do universo humano no qual o sistema se insere é maior quando existe um grande fluxo de turistas”. E mais, durante a segunda medição, “constatou-se a presença de lixo degradável e não-degradável, tanto na água como na areia, além de um leve odor próximo ao local de encontro do Rio da Ponte com o mar”. (ESTEVES, 2004, p.151 - 204)

O monitoramento da qualidade das águas para banho é de responsabilidade do IAP. É o denominado teste de balneabilidade. O resultado das medições é determinante nos pontos de apropriação da água para banho. De acordo com CONAMA (RESOLUÇÃO Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005) “Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências”. (CONAMA, 2005)

---

<sup>31</sup> Informações sobre o fluxo turístico da Ilha do Mel na página 48, em aspectos econômicos da área de estudo.

<sup>32</sup> Durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2006, havia fiscalização nos rios da Vila de Encantadas. Diariamente fiscais caminhavam ao longo das propriedades e dos rios procurando por ligações diretas entre os esgotos sanitários e os corpos d'água.

Por aumentar o fluxo de turistas e pessoas, ocorre maior contaminação dos pontos de coleta, sendo colocado avisos de desapropriação de locais para banho. Este aspecto da apropriação das águas para banho constitui em grave problema ambiental local. Este aspecto é resultante da falta de estrutura de saneamento básico para a área de ocupação humana.

### **3.3 Aspectos Históricos e População local**

O quadro demográfico que compõe atualmente a Ilha do Mel compreende-se pela interação entre três componentes predominantes, como explica PARANÁ

“a Ilha do Mel apresenta dois grupos sociais distintos e bem definidos de moradores fixos: nativos e pessoas de fora. Os nativos são pessoas nascidas na ilha ou nas imediações, geralmente conservam o biótipo característico das populações litorâneas do Estado, além de ainda apresentarem laços culturais e relações de parentesco marcantes. O segundo grupo é denominado como os de fora, pessoas não nascidas na ilha que ali se estabeleceram, principalmente em busca de sossego e com a finalidade de trabalhar no comércio (bares, pousadas e restaurantes). Cita-se ainda um terceiro grupo social na ilha, representado pelos veranistas com casa na ilha, que freqüentam o local esporadicamente.” (PARANÁ, 1996, p. 69)

Os habitantes tradicionais da região eram os índios Carijós, que habitaram o litoral sul brasileiro desde a Lagoa dos Patos até Cananéia. (PARANÁ, 1996 p.22) Os sambaquis localizados no Sul da ilha, área correspondente à vila das Encantadas, datam da existência dos indígenas há cerca de 6.000 anos (FIGUEIREDO citado por PARANÁ, 1996 p. 85).

A miscigenação de raças, entre os índios e os europeus, ocorreu quando da ocupação portuguesa na região litorânea do Paraná. De acordo com Martins, citado por Paraná (1996 p.61) o motivo dessa ocupação seria a procura por metais preciosos e a escravização de indígenas. Existem ainda, nos relatos arquivados nas coletâneas sobre a Ilha do Mel, em Paraná (1996 p.23) hipóteses de que mesmo antes dos portugueses, haviam passado pela região embarcações de diversas origens européias, francesas, castelhanas e portuguesas, que buscavam descanso e frescor no caminho das Índias. Esta resultante cultural culminou no tipo mameluco, que retrata a característica racial da maioria dos habitantes nativos da Ilha do Mel, mistura de índios carijós e brancos, principalmente portugueses. A inserção dos habitantes externos marcou uma mudança na composição étnica, social e cultural da ilha.

A área das Encantadas e adjacências possui particularmente um rico passado histórico, tendo sido freqüentada por indígenas, piratas, missões jesuíticas e escravos. Em meados do século XX passou a consolidar-se como a vila dos pescadores. O aspecto geográfico, formando um grande arco voltado para o continente provavelmente proporcionou esta preferência por diversos ocupantes e freqüentadores ao longo da história. (ESTEVES, p. 83).

A Vila de Encantadas é composta atualmente por habitantes tradicionais, nativos, filhos de nativos e de pessoas de fora, comerciantes, empresários e moradores de segunda residência que passam períodos na ilha, chamados veranistas. A composição da sociedade local está marcada, genericamente por moradores e comerciantes.

Nas últimas décadas do século XX os impactos do turismo passaram a interferir mais intensamente na realidade da vila. Segundo informações secundárias e primárias, a configuração fundiária inicial da vila estava sob o domínio de três famílias que detinham grande parte das terras para o uso agrícola entre outras atividades. A partir dessa condição, prevaleceu a premissa do direito a terra para os nativos. Dessa maneira, a área de ocupação humana da Vila de Encantadas expandiu-se de acordo com a quantidade de habitantes locais que passaria a compor o quadro demográfico da vila. Existem dentre os moradores na Vila de Encantadas, os nativos e os considerados “de fora” ou imigrantes, que são aqueles habitantes que estão no local há algum tempo, fazendo parte do contexto social, entretanto que não têm ligação familiar com os habitantes tradicionais. A inserção dos moradores provenientes de outras regiões na Vila de Encantadas marcou uma mudança na composição étnica, social e cultural da vila. O desnível educacional e de poder aquisitivo muitas vezes acarreta em conflitos advindos principalmente da concorrência pelas atividades comerciais de exploração do turismo. (KRAEMER, 1978; PARANÁ, 1996)

Alguma destas transformações no âmbito social é considerada sério problema no local. Até alguns anos atrás, a predominância de turistas de perfil e expectativas diferentes dos atuais, relacionadas à imagem da Ilha do Mel, marcaram o local por “transformações nos modos de vida da população local como o abandono de atividades tradicionais, mudança de comportamento dos jovens, consumo de drogas e alcoolismo” (SILVEIRA, 1998, p.144)

As associações são entidades que representam alguns dos grupos sociais, em prol de objetivos, reivindicações, benefícios e responsabilidades. Mediam a relação dos



indivíduos e dos órgãos superiores (Governo), no intuito de promover o benefício dos seus representados. Habitantes em geral unem-se para a formação das associações, geralmente com objetivos comuns, buscam fortalecerem-se no conjunto para obterem maior expressividade perante questões de interesse. As principais associações da Ilha do Mel possuem caráter deliberativo, com representação no Conselho Gestor da Ilha do Mel. Parte da população não possui interesse em participar das associações, sendo assim, alguns grupos não estão representados diretamente nem sequer indiretamente junto à comunidade local. Esta questão foi notada por SILVEIRA (1998, p.144) “A participação dos residentes na discussão dos problemas locais e na elaboração de projetos governamentais propostos para a área é limitada, bem como é fragmentada sua representatividade política junto às associações de moradores existentes na área”. Os pescadores artesanais e os “carreiros”, são exemplos. Estes grupos sociais devem procurar a Associação dos Moradores de Encantadas, quando tem interesse em reivindicar e participar das ações comunitárias.

O atendimento de saúde para a população é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, do município de Paranaguá e do Governo do Estado. Existe um Posto de Atendimento na vila que está localizado ao lado da Escola Municipal. O atendimento médico é realizado regularmente por pediatra, clínico geral, oftalmologistas e ginecologista. O programa é acompanhado pelo administrador da Prefeitura na comunidade. Atendimento odontológico, fornecimento de remédios e vacinação também ocorrem ao longo do ano, e estes serviços são mantidos pela prefeitura municipal.

Com relação à educação, na vila, existe uma escolinha municipal, a qual atende alunos de 1ª a 4ª series do Ensino Básico, Escola Rural Municipal Teodoro Valentim. Atualmente estão estudando 52 alunos regulares, e são realizados dois turnos de ensino, pela manhã 3ª e 4ª series, e à tarde 1ª e 2ª series. Programas de educação ambiental ou outras formas de capacitação para serviços e conhecimento específicos relacionados às questões reais do local, são fundamentalmente necessárias para a formação das crianças e jovens, sobretudo, no local. Em relação a esta perspectiva, principalmente sobre o esclarecimento das áreas protegidas, ATHAYDE e TOMAZ (1995<sup>33</sup>) e ATHAYDE e BRITTEZ, (2005) ressaltaram tal aspecto.

---

<sup>33</sup> ATHAYDE, S.F e TOMAZ, L.M.. In Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR Brasil. Nerítica, 9(1-2):49-91. 1995.

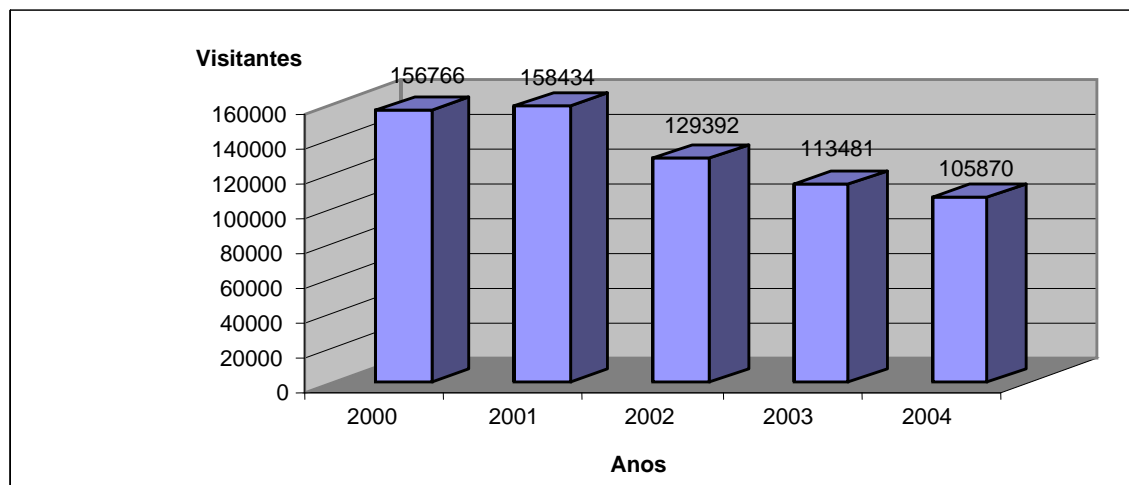
### 3.4 Aspectos Econômicos

Existem na ilha serviços e atividades como educação, atendimento à saúde e coleta de lixo. A fiscalização Ambiental, o comércio e a pesca também constituem atividades empregatícias. Estas, entretanto, possuem significância pouco representativa em circunstância da atividade turística, que influi diretamente e indiretamente na ocupação de grande parte da população. Estas atividades ocorrem de maneira a explorar do turismo, a geração de renda. Existem atividades formais e informais.

Com relação à pesca são poucos habitantes que ainda praticam esta atividade. A extração pesqueira ocorre de maneira comercial e artesanal. Os pescadores que ainda praticam a pesca tecem suas redes e utilizam canoas para fazer o processo de colocação e retirada das mesmas.

Atualmente a Ilha do Mel possui no turismo a sua principal atividade econômica. O fluxo de turistas na Ilha do Mel vem diminuindo ao longo dos últimos anos (Gráfico 1). Especula-se que esta diminuição esteja atrelada aos problemas ambientais da Ilha do Mel, e que estes estejam ocorrendo em função da própria atividade de turismo. (SPERB e TEIXEIRA, 2006)

**GRÁFICO 1 – TOTAL DE VISITANTES A ILHA DO MEL - 2000 A 2004**



FONTE: Ecoparaná, 2005

Esta realidade já pode ser considerada como principal razão das transformações socioambientais implicadas durante as últimas décadas. Tais transformações desenvolvem-se pela inserção de um grupo social representado pelos empresários e comerciantes no local e também a partir da caracterização do local como destino

turístico de massa, durante o verão. Marcos Silveira identificou tais aspectos em seu estudo, com relação à primeira constatação colocou que “a distribuição dos lucros gerados pelo turismo é desigual entre a população local, ficando na mão de pessoas de fora, moradores que não são nativos”. (SILVEIRA, 1998, p. 144)

A alta procura pela Ilha do Mel durante o verão é o bastante para torná-la um local que possui dois modos de vida distintos, caracterizados pelos meses de alta temporada e o resto do ano, o “turismo sazonal é hoje a principal atividade econômica na ilha”. O autor prossegue caracterizando o perfil da demanda turística, como sendo “composta por uma clientela cujo perfil em termos de idade, sexo e renda mensal, é bastante diversificado”. (SILVEIRA, op. cit. p. 143)

Em estudo mais detalhado a respeito do perfil dos visitantes na Ilha do Mel, Inge Niefer relacionou diversas características. A média de idade dos visitantes durante o período levantado pela autora é de 26,55 anos. Existe um número significativo de estudantes entre os visitantes. A proveniência estadual dos turistas e visitantes no período de Abril a Junho de 2000, foi composta em sua maioria (66,84%) por paranaenses, seguida por paulistas (16,07%), catarinenses (6,89%) e estrangeiros (6,12%). Visitantes de outras localidades representaram 4,1% (NIEFER, 2002).

O acesso à Ilha do Mel é controlado a partir dos pontos de embarque em Paranaguá e Pontal do Sul, aonde existem postos de acesso e controle de fluxo turístico. Ao adquirir a passagem de barco para a o local, são cobradas taxas de visitação, e preenchidos controles de acesso, com o intuito de arrecadar fundos para serviços e obras na Ilha e controlar o número de visitantes. Os valores diferem de acordo com o local de embarque (Foto 5).

<b>ABALINE INFORMA</b>	
A partir do dia 01/09/2006 a passagem Pontal do Sul / Ilha do Mel e Paranaguá/Ilha do Mel terão reajuste.	
<b>Pontal do Sul/Ilha do Mel:</b>	
Passagem barco Ida e Volta:	R\$: 16,00
Taxa de visitação(IAP):	R\$: 2,00
Taxa Eco Paraná:	R\$: 1,00
Taxa Pref.Mun. Pontal do PR:	R\$: 1,00
<b>Total:</b>	<b>R\$: 20,00</b>
<b>Os moradores pagam Ida R\$ 5,00 e Volta R\$ 5,00</b>	
<b>Paranaguá/ Ilha do Mel</b>	
Passagem(barco)Ida :	R\$ 12,00
Passagem(barco)Volta:	R\$ 12,00
Taxa Eco Paraná :	R\$ 1,00
<b>Total:</b>	<b>R\$ 25,00</b>
Passagem morador Ida	R\$ 3,00
Passagem morador Volta	R\$ 3,00

**Foto 5:** Informativo da ABALINE. Valores cobrados para transporte e taxa de visitação  
Foto: Daniel H. Q. Telles - Outubro 2006

A Vila de Encantadas constitui-se em um local de atrativos significativos dentro do contexto do turismo. As suas qualidades paisagísticas, culturais e oferta de entretenimento e lazer vêm sendo exploradas como recurso para o desenvolvimento da atividade turística. A atividade turística constitui atualmente a principal atividade econômica no local. Responsabiliza pela modificação da paisagem e trouxe o remodelamento territorial em virtude do consumo do ambiente natural existente no local.

O principal atrativo turístico do local é a questão natural, mas também elementos atrelados à cultura, lazer e história locais. A ilha toda possui praias, morros, áreas de vegetação conservadas (mata atlântica) que oferecem opções de caminhadas, apreciação das paisagens naturais, pesca, vôos livres (asa-delta e *paragliding*), surfe, mergulho, corridas de aventura, além de passeios de barco, entre outros esportes e modalidades de aventura. Nas vilas, encontram-se pousadas, *campings*, bares, restaurantes como opções de lazer fora dos roteiros de aventura. Configura-se assim num lugar de opções variadas para o turista, não estando associada a uma única questão que lhe caracterize um modo específico de segmento turístico. Abrange principalmente o turismo de massa para a época de alta temporada, nos meses de verão, e turismo de baixo impacto ao longo do ano todo, além de ser freqüentada por moradores de segunda residência.

Esta nova configuração dos espaços de concentração dos chamados equipamentos turísticos (restaurantes e pousadas, principalmente) acarreta em custos ambientais e sociais, e tende cada vez mais ao atendimento das necessidades do turista urbano. De acordo com Silveira impactos oriundos desta atividade acarretaram em “transformações nos modos de vida da população local (abandono de atividades tradicionais, mudança de comportamento dos jovens, consumo de drogas e alcoolismo), cujas causas principais são a falta de ocupação, a influência dos turistas e as restrições no uso do solo da área”. (SILVEIRA, op. cit. p.138-151)

### **3.5 Gestão**

A Ilha do Mel é área de domínio da União, e tem atualmente no Instituto Ambiental do Paraná, seu principal órgão gestor, o qual estabelece as restrições e está incumbido em controlar o uso e a ocupação do solo em toda a ilha. As medidas controladoras e o gerenciamento desta ilha estão ligados a importantes aspectos legais predominantemente vinculados às Leis ambientais de Unidades de Conservação

A gestão municipal está aos cuidados do município de Paranaguá, constituindo assim as responsabilidades quanto aos serviços públicos. Os setores de ocupação humana, portanto, são administrados nas questões de saúde, educação fundamental, coleta de lixo e saneamento, pela prefeitura municipal.

O Conselho Gestor da Ilha do Mel é de caráter normativo e deliberativo, instituído pelo Decreto n.º 3502, de 03 de setembro de 1997. Tem por objetivo gerenciar as questões administrativas e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas na Ilha do Mel. Foi criado para finalidade de gerenciar as obras e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas no imóvel. Este Conselho tem como objetivo atuar em conjunto com o IAP nas questões administrativas de interesse público do imóvel. (Regimento Interno Conselho Gestor, 2000. Anexo 2)

É atualmente constituído por quatorze cadeiras (em anexo nomeação e representatividade dos conselheiros atualizados), as quais são constituídas por representantes de entidades governamentais e não governamentais. De acordo com a Portaria de número 087 do Instituto Ambiental do Paraná, de 19 de Maio de 2005, em seu artigo 2º, o Conselho Gestor da Ilha do Mel é constituído da seguinte forma a partir da data de publicação (IAP, 2005):

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
- Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel;
- Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME;
- Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Paraná Turismo – PRTUR;
- Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE;
- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Brasília e Encantadas);
- Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO;
- Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO;
- União das Mulheres da Ilha – EMILHA.

A presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor são cargos determinados pelo Estado, sendo representantes do IAP e /ou SEMA.

Como finalidade deste Conselho, consiste a de representar as reivindicações da sociedade da Ilha do Mel junto ao poder público, em virtude de suas necessidades e realizações de planos de governo e projetos pelo bem comum da comunidade. Tem como intuito gerir em administração participativa, “tendo a responsabilidade de negociar interesses diversos, e por vezes conflitantes, e dirimir divergências, a fim de

tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais local.” (ALEGRIA e SILVA, 2006)

De acordo com Loureiro<sup>34</sup> (2003) citado por Alegria e Silva (2006)

“o Conselho gestor é um espaço público jurídico-institucional, com representação de órgãos governamentais e não-governamentais, onde todas as demandas são legítimas por princípio, revendo-se canais de confronto e interpelação democrática entre os projetos sociais, a fim de se constituir alternativas viáveis e o mais inclusivas possíveis.”

Dentre as atribuições do Conselho Gestor está a aprovação de projetos comuns propostos durante as reuniões. Entretanto é sabido que na Ilha do Mel a destinação dos recursos para obras de infra-estrutura básica e projetos votados por este Conselho é assunto controverso. Silveira apontou esta questão em seu estudo no local, ao afirmar que “os recursos para financiamento e criação de novas infra-estruturas turísticas na área, assim como para capacitação profissional são escassos e mal direcionados” (SILVEIRA, 1998, p.143)

A Ilha do Mel constitui-se em unidade espacial dotada de territorialidades. Possui em suas duas Unidades de Conservação, importante área destinada à preservação ambiental e controlada rigorosamente neste sentido, o que explica a importante função natural de seu ecossistema. É conhecida pela atratividade de suas paisagens naturais e biodiversidade, tendo com isso grande potencial turístico.

O estabelecimento da Ilha do Mel como território independente e de administração autônoma foi por um tempo debatido entre sociedade e poder público. Houve rumores no sentido de emancipar o território da Ilha do Mel, que foi de acordo com a Gerente Administrativa da Ilha do Mel, Ângela Soares, proposta que existiu junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU). Esta proposta não foi aprovada, contudo culminou no novo plano de uso para a ilha, que está prestes a ser aprovado. (SOARES, 2006<sup>35</sup>)

---

<sup>34</sup> LOUREIRO, C. F. *et al.* Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: IBASE / IBAMA, 2003.

<sup>35</sup> Informação verbal, vide entrevista Coordenação da Ilha do Mel –IAP, 2006.

## **CAPÍTULO 4 - A OPINIÃO DA SOCIEDADE NA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL: ANÁLISE E DISCUSSÕES**

As informações geradas nesta pesquisa foram caracterizadas e utilizadas para a interpretação e análise. Para auxiliar esta análise, as informações foram resumidamente anotadas e ordenadas em quadros constando os entrevistados e os temas (Apêndices 2, 3, 4 e 5 p.83-86). É importante ressaltar que estas informações contidas não são as informações integralmente obtidas, e que a tabela serviu como instrumento de apoio para as análises discutidas neste capítulo. A partir de então, foi possível discorrer sobre os temas, a partir da visão dos entrevistados.

Além da análise, em alguns momentos estão associadas caracterizações da área de estudo relacionadas aos temas analisados, bem como são resgatados aspectos teóricos trabalhados anteriormente na pesquisa. Os resultados da análise foram formatados, tendo sido alguns dos temas juntados, devido à convergência das informações obtidas, possibilitando uma melhor compreensão.

As opiniões foram analisadas de maneira imparcial, observando-se as principais características relacionadas ao Discurso Coletivo e algumas eventualidades sobre o Discurso Individual. As semelhanças e discrepâncias foram consideradas e a partir da visão do conjunto das informações externas chegou-se a descrição dos resultados. Estes aspectos remetem ao capítulo 2, “Aspectos Metodológicos e Procedimentos” da pesquisa. Todas as colocações a seguir possuem base nas informações obtidas nas entrevistas.

### **4.1 Aspectos da Sociedade**

A composição da sociedade na Vila de Encantadas é relativamente complexa. Existem componentes que determinam como a sociedade está caracterizada. Os grupos sociais enfocados nesta pesquisa foram os atores sociais governamentais representados no Conselho Gestor, associações e representantes junto à administração pública de serviços como saúde e educação. Alguns grupos não foram representados diretamente. Os pescadores, carreteiros entre outros não são representados separadamente junto a uma espécie de organização, portanto não existindo representatividade direta destes grupos. Estes atores sociais utilizam a Associação dos Moradores para suas questões políticas e interesses.

A tentativa de caracterizar a sociedade deve ser amparada de algumas colocações discutidas na revisão de literatura desta pesquisa. O caráter da sociedade enquanto instância entre o Espaço e as questões econômicas, político-institucionais e cultural-ideológicas, ressalva a magnitude deste elemento de análise. Esta complexidade social é parelha à conceituação de sistema social, criador e transformador da organização espacial, e sistema de caráter de análise equivalente à sua complexidade. Questões discutidas na revisão teórica (SANTOS, 1985; SOUZA e ZIMMERMANN, 1997; CORREA, 1998).

A sociedade local da Vila de Encantadas, conforme caracterizado no terceiro capítulo, é marcada pela miscigenação de culturas e interesses ligados aos grupos sociais. Com o passar das últimas décadas, esta complexidade se consolidou, marcando a população local por traços de divergências entre opinião e pontos de vista sobre diferentes aspectos. De acordo com a opinião de parte dos entrevistados, a influência dos forâneos<sup>36</sup> descaracterizou a antiga relação de integração entre os habitantes tradicionais. Isto acarretou uma relação de desconfiança por parte dos nativos, consolidando o aspecto da segmentação da sociedade.

#### **4.1.1 Organização e integração social**

A política interna da Vila de Encantadas é organizada através da ação política de Associações. A principal destas é a Associação de Moradores das Encantadas (AME), que de acordo com seu estatuto representa a comunidade como um todo, frente às suas decisões e reivindicações. Existem outras associações como a dos comerciantes, das mulheres da ilha, entre outras, sendo estas as mais diretamente ligadas à comunidade.

As opiniões dos entrevistados se dividem quanto à questão do funcionamento da política interna no local. Existe uma representatividade maior com relação às críticas a este assunto. Alega em sua maioria a predominância de interesses individuais ou de alguns grupos isolados, resultante da atual segmentação da sociedade. Alguns grupos sociais não têm interesse em participar das reuniões e de inserção política, representando uma baixa perspectiva com relação a mudanças. Estas características, analisadas correspondem às afirmações de SILVEIRA (1998) sobre a participação e

---

<sup>36</sup> Forâneo *adj* (*lat foraneu*) Que é de terra estranha; estranho, forasteiro. In: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.



representatividade política dos residentes junto às associações de moradores na discussão dos problemas locais serem fragmentada.

A maneira como os antigos habitantes possuíam suas relações familiares e sociais, foram perdendo expressividade em razão da interferência dos novos habitantes. Este processo por ter sido durante certo período, favorável economicamente para alguns nativos, causou aquilo que uma minoria afirmou nas entrevistas como sendo “excesso de fraternidade” para com os habitantes locais. Devido à premissa do “direito a terra” estes habitantes se submeteram a comercialização do espaço que possuíam quase que exclusivamente. É possível identificar a relação entre as causas de exclusão social e criação de conflitos, colocado por SERRANO (2000), com os processos de movimentação econômica e politização dos atores sociais na área de estudo.

De acordo com a análise do discurso da maioria dos entrevistados, a integração social aparece como um tema acentuado negativamente. Existem divergências e competitividade em diversos níveis socioeconômicos, segregando pontos de vista e gerando conflitos e resultando em maiores dificuldades no sentido de um objetivo maior comum a todos. Relacionados a esta realidade, está a colocação de SOUZA (1997) discutida anteriormente, sobre a autofagia das classes sociais, visto do local ser composto por diferentes grupos sociais, cada qual ligado a seus interesses unos e possuidores de seus hábitos.

Estas observações a respeito da integração dos atores sociais está relacionada à participação abordada na revisão teórica no item 1.6 (p.25-26). (POON, 1998; SANTANA, OLIVEIRA e BERENSTEIN, 2002; GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003; GANDARA, SILVEIRA e TORRES, 2005) Os aspectos referentes aos benefícios e às responsabilidades dos diferentes grupos sociais na área de estudo podem ser considerados indefinidos, ou inexistentes. Esta falta de clareza quanto à participação e a importância desta questão em todo o processo de desenvolvimento turístico pode ser amplamente relacionada às razões do estado atual de insatisfação e problemáticas por parte dos habitantes, comerciantes, barqueiros e habitantes em geral, que em sua grande maioria dependem do turismo.

#### **4.1.2 Conscientização Ambiental dos Habitantes**

Este aspecto foi marcado pela neutralidade das opiniões. As colocações permitiram analisar que a sociedade local tem se adaptado às questões ambientais nos

últimos anos. A importância e necessidade de praticarem hábitos ecologicamente corretos estão sendo absorvidas pela população. Isto, entretanto, é consequência de tempos onde não havia praticamente nenhuma consciência com relação a estes aspectos.

Sobre o esclarecimento da população às Unidades de Conservação e suas reais implicações dentro da Legislação Ambiental e o papel destas para a Humanidade, está pouco claro no local. Assim como a diferença entre as funções, objetivos e diretrizes de “Plano de Uso” e “Plano de Manejo”. Estes esclarecimentos remetem à necessidade de constante e permanente direcionamento na educação ambiental dos habitantes. Em estudos realizados (ATHAYDE e TOMAZ, 1995; ATHAYDE e BRITZ, 2005) alguns atores já diagnosticaram esta necessidade de programa específico para a população local com relação às áreas protegidas.

#### **4.1.3 Manifestações Culturais**

Colocado como um dos elementos do patrimônio territorial para o turismo litorâneo (FUSTER, 1991), as manifestações culturais significam importante aspecto para mais da metade dos entrevistados. Os hábitos culturais da sociedade foram citados pelos depoimentos como sendo aqueles acontecimentos típicos que acontecem na Vila de Encantadas. Existem iniciativas que são reconhecidas e elogiadas pela maioria das opiniões sobre o assunto. É o caso do grupo de teatro “Arteiros da Ilha”, grupo de artistas que apresentam peças baseadas em roteiros criados pelos próprios habitantes e pelo grupo, em temas relacionados à Ilha do Mel e à Vila de Encantadas. Sobre este aspecto, segundo Diegues (1998), há uma grande riqueza cultural em comunidades marítimas, em especial nas sociedades habitantes em ilhas oceânicas, como o caso da Vila de Encantadas. Este autor ressalta também as riquezas do imaginário, como culturas e misticismo, crenças e hábitos relacionados às comunidades insulares. Para estes habitantes “o mar não constitui-se meramente num espaço físico (...) mas o lugar de seu trabalho, de sua sobrevivência e sobre o qual dispõem de grande conhecimento acumulado” (DIEGUES, 1998, p.53).

Além do teatro, existe a pesca artesanal, festas religiosas, o futebol na praia, a pesca da Tainha, a mariscada, o lambe-lambe (prato tradicional) e o bastante apreciado pelos habitantes e turistas, forró. Estas constituem, de acordo com os depoimentos, as principais manifestações culturais ocorrentes.

#### 4.1.4 Perda da cultura tradicional

Foram relacionadas algumas questões que influenciaram negativamente no aspecto das manifestações culturais locais: a constante presença de turistas, visitantes e imigrantes, somado à proximidade da ilha com o continente passou a descaracterizar a população tradicional de seus hábitos. As influências culturais do estereótipo urbano trazidos à ilha contaminaram a rusticidade da população local. Silveira já apontou manifestação da ocorrência deste fato em 1998. Desde a vinda da luz elétrica pelo canal, isto se acelerou profundamente, resultando na perda de um dos maiores bens dos habitantes. DIEGUES (1998) e NIEVES (2003) ressaltam a fragilidade dos recursos culturais entre comunidades tradicionais. Diegues aprofunda esta relação, ao caracterizar as peculiaridades existentes em comunidades insulares e sua relação com o mar e aspectos da natureza.

Atualmente, conforme analisado, parte representativa dos entrevistados afirma que iniciativas de resgate são quase inexistentes, fato preocupante para a maioria dos grupos sociais envolvidos. De acordo com algumas colocações, as famílias possuem grande parcela de responsabilidade neste aspecto. Os hábitos ainda existentes são praticados pelos mais velhos, contudo não ocorrendo transmissão do conhecimento para os descendentes destes. Principalmente em relação à pesca artesanal, mas também a outros costumes tradicionais. As ações incentivadoras por parte de ONGs, sociedade civil, alguns empresários, comunidade entre os demais grupos sociais são vistas como pouco eficientes para alguns entrevistados. Para estes, o modo de implantação destas iniciativas deve ser especificamente preparado para o local, através de estímulos a pessoas ligadas à comunidade para realização de oficinas, grupos, etc.

Este tema é um dos principais problemas que vem ocorrendo na comunidade ao longo das últimas décadas. A assimilação e marginalização enquanto dimensões da aculturação, discutidos no capítulo 2, implicam em pontos de vista negativos com relação à miscigenação cultural entre habitantes tradicionais e novas culturas.

A atenção aos aspectos sobre o patrimônio cultural, constitui em algo negligenciado pelos diferentes grupos sociais. Grande parte da população não promove estímulos para o resgate cultural na Vila de Encantadas de acordo com a opinião de alguns entrevistados. De acordo com as colocações de Júlia Azevedo (1998), a importância em estimular o resgate do patrimônio cultural em comunidades tradicionais é fundamental para a sociedade e para o turismo.

#### **4.1.5 Criminalidade e Drogas**

A questão da criminalidade na Vila de Encantadas é considerada pelos entrevistados pouco alarmante. Não se trata de um problema sério, tendo no quesito “drogas” maior preocupação, aspecto também relacionado por SILVEIRA (1998). Para os que opinaram, existem duas posições divididas. Um grupo afirma ser um problema que vem melhorando, ou seja, diminuindo, pela ação da polícia no local e pela mudança no perfil do turista, e outro grupo afirma que o problema ainda impera, sendo necessário a geração de empregos e opção de atividades para os jovens, principalmente devido ao problema do “crack”.

O problema das drogas está associado, segundo alguns entrevistados, com a existência de pequenos furtos. Outras manifestações, pouco significativas, porém relatadas por discursos pontuais, foram a da existência de indícios de “turismo sexual” na ilha. Este, associado à prostituição infantil, sendo um grave problema se chegar a desenvolver-se no conceito do local. CORIOLANO (1998) destaca esta questão em comunidades receptoras despreparadas para o turismo, explicando exatamente este surgimento de desvios sociais graves relacionados à prostituição e ao uso de drogas.

#### **4.2 Aspectos da Infra-estrutura**

Este grupo corresponde aos serviços básicos fornecidos para a comunidade bem como as condições estruturais do espaço físico do setor de ocupação da Vila de Encantadas. Por se tratar de uma área consideravelmente modificada, as implicações relacionadas à estrutura básica e serviços públicos foram consideradas. Aspectos como poluição sonora e visual também foi analisada, de acordo com as colocações.

Conforme caracterizado no terceiro capítulo, a área de estudo possui algumas particularidades e é marcada pelo adensamento de ocupação humana. Os dois problemas citados nesta caracterização, relacionados ao parcelamento do solo e à questão do saneamento se consolidam como aspectos da infra-estrutura local, comprovados através de pesquisas, e considerados pela maior parte da população, como problemas.

##### **4.2.1 Saúde**

As informações relacionadas a este tema foram colocadas por menos da metade dos entrevistados. De uma maneira geral o discurso entre os opinantes considera o serviço de saúde como sendo bem administrado nos últimos anos. Colocam que houve melhora de uma maneira geral, sendo um aspecto positivo da gestão municipal para a comunidade. Há uma única discrepância a ser considerado, que afirma que durante os meses de inverno ocorre a falta de médicos, devido à demanda da população local e a disponibilidade destes profissionais no atendimento.

#### **4.2.2 Educação**

Houve diferentes colocações, o que caracterizou relevante para a presente análise. De acordo com um depoimento relevante, as crianças tinham um déficit de aprendizado há alguns anos atrás. Alunos estavam na terceira e quarta séries e não eram alfabetizados, em razão de naqueles tempos o processo de ensino ter sido serial (com turmas de diferentes séries mistas) que comprometia a qualidade das aulas. Houve um processo de reaprendizado para estas crianças, no intuito de melhorar o problema.

Ainda há déficit de aprendizado para estas crianças. As disciplinas oferecidas são o Português e a Matemática, como prioridade de ensino para a leitura, escrita e cálculo. Outras como: Geografia, Estudos Sociais, História e Ciências, não são lecionadas para as crianças, pela falta de professores.

Da quinta a oitava séries os alunos necessitam deslocar-se até Nova Brasília. O Segundo Grau só existe no continente. Atualmente a Prefeitura de Paranaguá fornece o transporte de barco para estes alunos. Entretanto existem casos de desistência após o término do primeiro grau, visto da dificuldade para mobilização diária dos alunos no horário noturno e da disponibilidade de vagas nas escolas do continente.

De acordo com alguns entrevistados existe infra-estrutura para ocorrerem aulas e demais iniciativas para a educação na Vila de Encantadas, entretanto pode ser considerado ainda um problema sério, pela falta de professores ao ensino básico. Também seriam apropriados conteúdos específicos para a comunidade. Concepções relacionadas a Leis e questões ambientais, turismo e preparo para futuros ensinos de capacitação e línguas são fundamentais e devem ser aplicados no ensino no local.

Com relação à educação ambiental e capacitação para o turismo, vem ocorrendo recentemente iniciativas por parte do governo do Estado em parceria com outras

instituições para serem desenvolvidas capacitação de guias e condutores. Entretanto ainda são iniciativas novas e não atendem a toda a comunidade.

#### **4.2.3 Poluição**

Os aspectos sobre poluição foram percorridos ao longo das entrevistas de maneira variada, abrangendo a poluição sonora, poluição visual, poluição do meio (solo, águas e ar) e aspectos sobre a coleta de lixo. No geral as colocações concentraram-se no tema Saneamento, o qual será discutido separadamente a seguir.

Com relação à poluição sonora, há discordância entre as opiniões. Os que afirmam estar sendo bem controlada e os que dizem que não é um problema totalmente resolvido. Vale ressaltar que a fiscalização tem sido considerada positiva neste quesito, nos últimos anos. A fiscalização e controle realizados pelo IAP e BPFLO<sup>37</sup> têm representado maior disciplina por parte dos estabelecimentos, após os horários estabelecidos.

Sobre a poluição visual, houve poucas colocações queixando-se de não haver padrões paisagísticos no local, pelo contrário, algumas construções constituíram em aspecto negativo no que diz respeito ao turismo. Este tema foi pouco discutido durante a realização das entrevistas e constitui em importante aspecto a ser trabalhado mais detalhadamente.

#### **4.2.4 Saneamento e Fossas**

O tema é apontado como o maior problema na Vila de Encantadas. O discurso coletivo é unânime pelos opinantes, como problema de maior destaque no local. Há, por parte dos entrevistados críticas severas à postura do Estado/IAP, enquanto órgão ambiental e administrador da Ilha do Mel, em relação ao problema do esgoto. Argumentações sobre a falta de critérios na fiscalização, que mesmo ocorrendo não atentar-se aos principais geradores de resíduos de esgoto. Parte significativa dos entrevistados acusa os estabelecimentos comerciais como principais agentes poluidores.

Para os entrevistados, o esgoto reflete numa péssima reputação do local para o turismo e qualidade de vida. Responsável pelo aumento das enfermidades durante os

---

<sup>37</sup> O IAP é responsável pela fiscalização sonora dos estabelecimentos. Para tanto, trabalha em conjunto com os policiais do Batalhão de Polícia Florestal na abordagem, ordem ou autuação.

meses do verão e prejudicial à biota local, interfere também negativamente nos recursos pesqueiros. A população local, em virtude do atual quadro da poluição gerada pelos esgotos na Vila de Encantadas, vive em grande expectativa pela implantação de medida solucionável para este problema.

Relativas ao Saneamento, as fossas são consideradas uma questão mal esclarecida segundo alguns depoimentos. Estas possuem potencial de amenizar os problemas da poluição, entretanto, o poder público não apresentou em hipótese alguma, para a Ilha do Mel, modelos alternativos de implantação, confirmando a colocação de SILVEIRA (1998) da escassez de recursos para financiamento e criação de infraestrutura. Não existe sequer um padrão alternativo proposto ao local, que, ao menos amenizem a contaminação do solo e das águas.

O IAP fiscaliza as fossas e multa aquelas que apresentam irregularidades, ou quando ocorrem ligações diretas nos córregos ou rios. Os fiscais multam e solicitam adequação, mas não esclarecem ao certo como se deve proceder para isto. O governo não se preocupa em estabelecer parâmetros para diminuir o problema. Os principais poluidores, estabelecimentos comerciais, pouco dirigem suas preocupações para este problema. Uma minoria destes estabelecimentos faz e/ou vem realizando experimentos para o tratamento do esgoto que geram.

Importante colocação por um depoimento resume a questão das fossas, requer fiscalização mais séria, além de iniciativas à parte do poder público, de tratamento, por menor que seja. Principalmente por parte dos comerciantes. Já diminuiria o problema.

#### **4.2.5 Lixo**

Dentre os entrevistados há parte dos que consideram positivamente, uma parcela que aponta prós e contras e uma discrepância sobre o assunto. Dentre os que se colocam positivamente, os argumentos seguem a idéia de que é uma questão não atenta há alguns anos atrás pela comunidade e que vem com o decorrer dos anos sendo absorvida nos hábitos domésticos. A seleção vem ocorrendo parcialmente, e esta é a maneira considerada ideal para a solução ou diminuição deste, que até poucos anos atrás era um sério problema no local.

Dentre os aspectos negativos estão argumentações sobre a não colaboração de alguns dos atores sociais, dentre os quais, turistas. O principal problema é a não colaboração na separação dos resíduos na fonte por parte de alguns geradores. Falou-se

também do aspecto estético do centro de triagem, localizado em um bonito canto da Prainha.

### **4.3 Aspectos da Economia**

As questões econômicas da Vila de Encantadas podem ser baseadas na prática do turismo. O turismo encarrega-se, de acordo com a maior parte dos entrevistados, pela principal atividade de geração de renda para os habitantes. Esta manifestação exprime a questão da vocação dos territórios discutida na revisão teórica. A atividade turística representa, de fato, para o local, a principal atividade econômica, relacionada ao potencial de exploração constituído.

A pesca ocorre enquanto atividade para poucos habitantes. Existem também serviços públicos, que empregam uma parcela baixa dos habitantes, como a coleta de lixo, por exemplo. O artesanato é considerado uma atividade que capta renda, em pequena representatividade.

Esta questão das atividades preponderantes no setor da economia, é fato colocado na revisão teórica. As colocações sobre a sociedade capitalista e as funções e necessidades da produção na organização espacial podem ser associadas a partir da revisão teórica. As discussões a respeito da sociedade capitalista manifestam-se através do desempenho das técnicas, enquanto atividades sociais ligadas ao modo de vida. A necessidade de adequação entre os diferentes fatores influentes discutidos, para o processo de modernização ocorrer em determinada estrutura espacial. (MORAES, 1986; SANTOS, 1996; BERNARDES, 2003)

#### **4.3.1 Turismo**

As informações obtidas sobre as questões da atividade turística foram variadas, pela razão de ser um tema bastante amplo. Em aspectos gerais é possível considerar alguns pontos que marcam um discurso coletivo, os quais estão a seguir colocados.

O turismo é responsável pelas principais atividades econômicas. Serviços diretos e indiretos, formais e informais ocorrem oportunizando emprego para os trabalhadores locais. Existe certa crítica por parte dos entrevistados, de o fato de os comerciantes e/ou empresários – externos – utilizar mão de obra de pessoas de fora para trabalharem em seus estabelecimentos. Isso representa uma reclamação por parte da comunidade. A



justificativa de isto ocorrer está no argumento de que o habitante tradicional não possui preparo adequado para serviços de uma maneira geral.

O turismo na ilha vem apresentando mudanças qualitativas, no que diz respeito ao padrão de serviços oferecidos. Isto se estabeleceu entre outras razões, pela mudança de perfil do turista no local. A taxa de visitação é um aspecto que vem acarretando neste aspecto. A cobrança da taxa é considerada positiva pela maioria dos entrevistados. A maior parte dos entrevistados considera que a Ilha do Mel deva estabelecer o turismo de qualidade. Na análise de SILVEIRA (1998) foram constatadas ainda mais questões críticas com relação a esta atividade - turismo, sendo possível afirmar discretas melhorias com relação à amenização de questões problemáticas pontuais. São comparações qualitativas sobre os mesmos aspectos no período de nove anos.

Dentre os aspectos negativos, está a gestão do turismo no local. Por ser considerado um turismo espontâneo, sem planejamento prévio, existem aspectos de ilegalidade e informalidade bastante representativos. Desta maneira não existe um mecanismo de acompanhamento ou avaliação sobre gastos, nem tampouco estratégias de competitividade entre as empresas. Minoria dos empreendimentos está cadastrada no Ministério do turismo, de acordo com informação relevante. Este controle, ou acompanhamento deveria existir a partir da aproximação entre autarquias estaduais dos segmentos gerenciadores da Ilha do Mel: meio ambiente e turismo, o que não ocorre.

Com relação ao ecoturismo, o discurso coletivo afirma ser um dos atrativos da Ilha do Mel como um todo. O principal deles. Alguns discursos colocam que ocorre no local uma mistura de ecoturismo com turismo de massa.

A análise permite afirmar que existe um desejo pelo ecoturismo, mas que este conceito não está bem esclarecido quanto aos seus princípios e significados para a maior parte dos entrevistados. Esta questão da indefinição do entendimento deste termo ocorre na sociedade local, e segue a colocação de SERRANO (2000) e FERRETTI (2002) como conceito utilizado erroneamente pela vulgarização do termo.

#### **4.3.2 Pesca**

De acordo com os depoimentos sobre a pesca no local, trata-se de uma atividade tradicional da comunidade, que ao longo dos anos passou a sofrer depreciação. Os pescadores não tiveram estímulos por parte do governo como cooperativas ou qualquer outra oportunidade para desenvolverem a pesca de maneira rentável e equilibrada.

Tornou-se, para os entrevistados mais representativos neste quesito, inviável para o pescador viver da pesca, ocorrendo mudança de ocupação da classe, para atividades ligadas ao turismo.

Esta questão da mudança de atividades, devido à evolução dos padrões de consumo e produção, corresponde ao que BERNARDES (2003) coloca como renovação técnica. Este fenômeno marca a manifestação do processo de modernização, ocorrendo nas chamadas “organizações sociais em desequilíbrio”, como reflexos de uma tendência global.

Alguns entrevistados caracterizaram a situação da pesca na área de estudo. Atualmente não há recursos pesqueiros em abundância como no passado, que garantam a pesca como uma atividade econômica promissora. Ocorrem casos pontuais, de pescadores que sofrem com as variações que a atividade representa. O grau de tecnificação da pesca é de baixa escala, semelhante à pesca artesanal. Uma discrepância nas informações nega a existência da pesca artesanal no local, afirmando ser atividade comercial concentrada na mão de poucos.

#### **4.3.3 Artesanato**

O artesanato original da Ilha do Mel tem em raros habitantes, prática e significância enquanto atividade econômica para a população local. Um discurso individual alega falta de vontade por parte dos habitantes em promover o artesanato tradicional como ocorre em Paranaguá. Considerando a maioria das entrevistas concedidas sobre o assunto, esta atividade ocorre de maneira comercial, por vendedores ambulantes de produtos oriundos de outras regiões ou localidades.

A mudança de padrões de produção e consumo regido por tendências econômicas segue a mesma teoria colocada no item anterior, relativo à questão da pesca. A questão da Renovação técnica.

#### **4.4 Aspectos de Gestão**

Os resultados obtidos nas entrevistas relacionados à gestão na Ilha do Mel, em específico na Vila de Encantadas, permitiram analisar que este é atualmente um ponto altamente acusado de acatar os problemas sociais e ambientais existentes no local. A gestão é um problema histórico. Desde a concessão da administração para o Estado do

Paraná, em 1982, e com maior evidência a partir do final dos anos 1980 e década de 1990, a falta de atuação por parte dos órgãos controladores na Ilha do Mel acarretou em sérios e danosos impactos na paisagem construída, em especial na Vila de Encantadas.

#### **4.4.1 Conselho Gestor**

Considerando as metas do Conselho Gestor, a sociedade pode-se dizer, está insatisfeita com a gestão. Este conselho é considerado por alguns líderes comunitários como uma “vitrine” ou “testa de ferro” do Estado. Serve apenas para absorver as reivindicações sociais, não realizando maiores decisões. Trata-se de uma antiga esperança da sociedade em aproximar-se do poder público e participar das medidas e implantação de planos e projetos para a Ilha do Mel, hoje considerada uma decepção. De acordo com a caracterização das incumbências deste comitê, colocado por ALEGRIA e SILVA, as necessidades sociais locais e a participação da comunidade nas decisões políticas de ação para a comunidade de Encantadas não ocorre da maneira esperada.

Alguns entrevistados, não acusam o Conselho com grandes críticas, mas entendem que este não realiza mudanças significativas para o local. Afirmam que a centralidade das decisões está em poder do IAP, podendo esta instituição vetar projetos aprovados pelo próprio Conselho.

Uma minoria afirma que o Conselho Gestor atualmente está mais preparado do que vinha sendo. Existem aqueles que não acreditam mais, os que não comentam e os que são confiantes no Conselho. Diretamente à Vila de Encantadas, há um discurso maior pela falta de credibilidade no CG.

Uma das principais críticas avaliadas é a da utilização da verba da taxa de visitação. Esta taxa deveria ter fim único para a Ilha do Mel, em seus constantes projetos e necessidades. Entretanto existe uma barreira burocrática na utilização e repasse desta verba, que tramita pelo Governo do Estado, estando à mercê do posicionamento de decisões superiores hierarquicamente. Fato criticado por parcela dos entrevistados, inclusive dos membros deste conselho.

#### **4.4.2 Prefeitura de Paranaguá**

A Gestão municipal da Ilha do Mel cabe ao município de Paranaguá, quanto aos serviços básicos de Educação, Saúde, Lixo, e também vinculado à Companhia de Águas de Paranaguá (CAGEPAR) aspectos de Saneamento Básico. Cerca de metade dos entrevistados se contrapõe à gestão municipal na Vila de Encantadas. Caracteriza esta como problemática e alega que esta deveria sintonizar-se ao Estado no que diz respeito à Ilha do Mel. Esta questão remete à contrariedade do que PAIVA coloca (2001) como objetivo do PNMT de um “novo modelo de gestão da atividade turística de forma conjunta com estados e municípios”.

Um discurso isolado caracteriza esta gestão como positiva, e que deveria ter maior autonomia quanto à gestão da Ilha do Mel. São pontos de vista opostos sobre a participação da Prefeitura de Paranaguá no gerenciamento da Ilha do Mel.

#### **4.4.3 Estadual /IAP**

De acordo com a maior parte dos entrevistados a argumentação se baseia no fato da existência de centralidade de poder do IAP. Com relação às responsabilidades deste Instituto quanto à preservação das Unidades de Conservação, há manifestações positivas sobre os trabalhos do IAP, de cuidar das áreas de proteção. Ainda parte dos entrevistados manifestou-se no sentido de que o IAP “faz o que pode”. Esta colocação representa, de acordo com alguns dos entrevistados, que a Instituição passa por escassez de Recursos Humanos para gerenciar um local como a Ilha do Mel.

Em questões relativas aos aspectos da sociedade e aspectos de infra-estrutura ligados às áreas de ocupação de uma maneira geral, são colocadas discordâncias com relação à administração do IAP para a Ilha do Mel. Para alguns entrevistados, o instituto não está preparado para tais questões no nível gerencial de administração pública. Além destas colocações, de acordo com uma parte menor dos entrevistados, os fiscais – do IAP - que trabalham – e vivem - na ilha acabam misturando-se com a comunidade, ficando limitados quanto a questões supostamente mais enérgicas que possam surgir.

#### **4.4.4 Estadual/ Secretaria de Turismo**

As críticas sobre o aspecto da gestão são basicamente em função da questão social. As colocações refletem a problemática relacionada à articulação dos níveis institucionais, uma das diretrizes para o Gerenciamento Costeiro colocado por

ZAMBONI (2002). Os diferentes segmentos institucionais do poder público estão pouco articulados. No caso das decisões referentes à Ilha do Mel, ocorre ausência da Secretaria de turismo nas tomadas de decisão quanto às questões ligadas ao turismo, como atendimento, estrutura e outros. Há com isso, insatisfação da sociedade e rejeição ao IAP, que tenta resolver questões sociais e econômicas sem a aproximação daquela Secretaria. Dentre a funcionalidade do PNGC, enquanto instrumento de ação para o gerenciamento da Zona Costeira brasileira, está ressaltada a necessidade de articulação entre os níveis institucionais, para a minimização e/ resolução dos conflitos existentes na Zona Costeira (ZAMBONI, 2002; POLETTE e SILVA, 2003).

#### **4.4.5 Regularização Fundiária**

Este é um tema pouco claro para parte da comunidade, ou evitado, segundo as análises. Considerado um problema evidente, o da ocupação e uso da terra, é também assunto pouco compreendido. O fato de estar ligado à legalização das posses, pode representar ameaça para parte da população, que mal esclarecida quanto a esta questão, não se manifesta, ou diz pouco.

Parte dos entrevistados afirma ser uma questão prestes a ser resolvida, quando assinado o novo Plano de Uso da Ilha do Mel. Mais uma expectativa em cima deste documento, ainda desconhecido por parte sociedade, inclusive alguns membros do Conselho Gestor, conforme afirmado pelos entrevistados.

A oficialização das propriedades permitiria cobrança de tributos pela ocupação da terra. Isto seria, para alguns dos entrevistados, algo positivo, se da reversão deste fundo diretamente no local. Outro grupo não se manifestou neste aspecto. Isto podendo representar ameaça ou desconfiança quanto ao gerenciamento do bem público, fatos compreensíveis dentre a comunidade local.

A regularização dos imóveis é um projeto necessário e prioritário para a Vila de Encantadas. Somente desta maneira uma gestão poderia ser cobrada de suas ações de controle e fiscalização eficazes. Dentre os objetivos colocados pelo Projeto Orla, na revisão de Literatura, citado por ZAMBONI (2002) está a minimização de conflitos, que por sua vez está diretamente relacionado à ocupação e uso dos espaços habitados. Estas questões estão nos planos de gerenciamento costeiro, constituem fatores estruturalmente necessários para a implantação de planejamento e gestão adequados para a Zona Costeira. São temas ligados à gestão do território, que de acordo com VERA (1997),

influenciam nas formas de aproveitamento turístico, baseados na racionalização e gestão eficiente dos recursos.

As análises e interpretações das entrevistas proporcionaram importantes caracterizações sobre a área de estudo e seus componentes ambientais. A partir destas informações obtidas e de outras informações constatadas em material bibliográfico, o trabalho pôde ser concluído, buscando sua relevância social e procurando evidenciar a realidade existente sobre as problemáticas sociais e ambientais.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou expor a situação atual de diferentes aspectos que constituem o processo evolutivo territorial. A partir da discussão teórica foram realizadas diferentes etapas de busca de informações para evidenciar o real quadro socioambiental e das questões correlatas, na Vila de Encantadas. Deste modo tem-se a considerar:

O estudo permitiu compreender mais sobre o posicionamento da sociedade deste local, frente às condições sociais e ambientais atualmente verificadas. Quais são os aspectos envolvidos na complexidade dos problemas existentes, e de que maneira a população vem trabalhando suas reivindicações ou suas atitudes para a reversão deste quadro.

A Vila de Encantadas é uma localidade onde existem relações sociais e espaciais fortemente influenciadas pela transformação dos modos de vida, marcadas pela influência cultural de novos atores sociais, fato este que teve influência mais destacada concomitantemente com o crescimento da exploração turística. Esta exploração condiciona as principais variáveis que interferem nas diferentes relações espaciais. Desde os aspectos da paisagem construída até as práticas de gestão e de participação da sociedade.

A partir da década de 1980, o turismo manifestou seus impactos mais representativos no local. Considerando-se a modificação da paisagem e dos recursos, este fato estabeleceu a vocação desta localidade para esta atividade econômica. Este processo, entretanto, ocorreu sem atuação de fatores norteadores no que diz respeito à gestão do território. Desta maneira, os atores sociais transformaram o espaço de acordo com suas próprias vontades, sobretudo os responsáveis pelos empreendimentos comerciais. Isto ocasionou em impactos na paisagem do setor de ocupação, nas áreas protegidas de entorno e na sociedade.

Atualmente configurada por diferentes elementos sociais, a população local é marcada por traços culturais indefinidos. Fato que representa a dificuldade em assumir alguns aspectos, como opinião frente às transformações, reivindicações e atitudes pelo bem comum. Estes aspectos predominam no plano dos interesses individuais e ações coletivas pouco efetivas, ou provisórias.

O relacionamento entre os diferentes grupos sociais que convivem no local está marcado por considerável divergência no âmbito da perspectiva de mudanças e dos interesses. É possível identificar aspectos de fragmentação e ausência de articulação. Desde o poder público, passando pelos empresários e os habitantes locais, esta característica foi constatada. Predominam características como o individualismo, a disputa de interesses, aspectos que levam a dificuldade de desenvolvimento e superação de conflitos e realização de projetos sociais.

A fragmentação da coletividade tornou a sociedade local vulnerável à tomada de decisões externas, e com dificuldades para resolver os problemas investigados. Tal aspecto representa a fragilidade cultural de um território frente às transformações da sociedade atual. As manifestações culturais de gerações antecessoras praticamente sumiram, no período de cerca de duas décadas. A rusticidade e o modo de vida de antes não predominaria mais nas famílias e na comunidade, e as atividades econômicas voltadas ao atendimento do turismo passava a determinar o modo de vida da população local. Boa parte dos habitantes tradicionais teve que adaptar-se a tarefas menos rentáveis da economia ligada aos serviços turísticos, como opção economicamente viável. Os habitantes passaram a perder sua auto-estima, proporcionalmente ao passo que migrantes externos instalavam-se e modificavam a paisagem de antes. O impacto da miscigenação cultural, entre outros fatores, influenciou os habitantes a cada vez mais identificarem-se com o alcoolismo e uso de drogas.

A questão da educação pôde ser avaliada como uma precariedade para a sociedade local. Ao longo dos anos, a qualidade do ensino no local foi marcada por fatores limitantes para a formação escolar da população. Estes aspectos constituem uma condição desigual dos habitantes locais frente aos forâneos. O aspecto da formação escolar, bem como das formações técnicas e orientação educacional não tiveram manifestação dentro do período de formação dos habitantes, acarretando déficit no preparo educacional por um período considerável.

O caso da Vila de Encantadas constitui-se na exploração de um destino turístico com vistas ao benefício econômico competitivo. Constitui-se em campo de disputa envolvendo diferentes grupos sociais, dentre sociedade civil, poder público e poder privado. Alguns comerciantes e empresários que mais se beneficiam com a atividade do turismo são os principais promotores da modificação do espaço. Observou-se que vêm sendo também os principais agentes a interferir no meio, através de falta de padrão nas



obras e construções, fato que influencia na configuração da infra-estrutura da área ocupada.

As condições de infra-estrutura estão marcadas por uma série de irregularidades no local. O uso da terra em múltiplos casos é conflituoso desde as questões fundiárias quanto aos padrões de construção. Isso gera uma série de problemas, dentre os quais o principal é o da questão do saneamento básico. Aspectos secundários, ligados ao paisagismo, estrutura básica para o fluxo de pessoas, sinalização e atendimento turístico evidenciam a necessidade de um planejamento integrado para as questões estruturais desta área de ocupação, considerando-se o fenômeno turístico.

Conforme foi possível constatar nesta pesquisa, a respeito da exploração econômica na área de estudo, existe uma minoria de beneficiados está representada por predomínio de empresários externos. Tais atores sociais possuem uma representatividade marcante no local, devido a esta situação de domínio dos lucros gerados pela atividade turística. Estes, dificilmente investem proporcionalmente na questão da estrutura básica do local, tampouco em aspectos relacionados à cultura ou à natureza, considerados principais recursos turísticos da Vila de Encantadas. Uma característica a ser notada relevando a questão da responsabilidade social das empresas e da própria atenção deste grupo com as preocupações de melhoria e/ou recuperação das condições ambientais do local.

Com relação aos aspectos de gestão propostos à análise, é possível identificar uma prática de centralidade de poder e de ausência da participação na tomada de decisões relativas à Vila de Encantadas. A atual gestão do território da Ilha do Mel é marcada pela centralidade de poderes nas responsabilidades do IAP. O instituto tem aval para barrar decisões votadas pelo conselho gestor, que é presidido por representante do Poder Público, evidenciando a autonomia de poder nas mãos do Estado. Esta autonomia representa limites à sociedade, que durante décadas teve responsabilidade às ações internas, dentre aspectos benéficos e maléficos no processo de desenvolvimento no local.

A participação da sociedade local não constitui em um instrumento para a interferência nos aspectos da gestão. A centralidade de poder existente aos poderes do IAP significa, entre outros aspectos, da falta de articulação e organização entre os diferentes grupos sociais. As iniciativas coletivas da sociedade não se evidenciaram e, tampouco de outras entidades que pudessem interferir neste processo.

A interferência do poder público no processo de mudanças socioeconômicas no local, passou a existir de maneira significativa tardiamente, quando aspectos ligados a questões ambientais ligadas às áreas de preservação passaram a agravar-se. A legislação incidente às UCs, os planos de articulação e gerenciamento territorial, o poder público estadual e municipal formam um conjunto de elementos, ligados aos aspectos governamentais, pouco articulados. Desta maneira acarretando em uma situação de desconhecimento das reais necessidades existentes, sobretudo sociais.

Foi possível identificar a partir deste trabalho, a existência de particularidades e diferenciações de aspectos políticos, de infra-estrutura, sociais e até mesmo econômicos específicos da Vila de Encantadas em relação aos outros setores de ocupação da Ilha do Mel. Estas constatações permitem levantar a hipótese desta localidade se configurar em um território a parte dentre as diferentes zonas de toda a Ilha, marcado por características, potencialidades, problemáticas e vocações específicas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conscientização de que a sociedade está atualmente segmentada, com objetivos divergentes baseados em interesses individualistas existe dentro do contexto da sociedade. Entretanto a articulação e a organização em busca de mudanças devem de alguma maneira ser trabalhados buscando convergir prioridades em prol do bem comum. Os grupos sociais necessitam adequar seus discursos, esclarecerem suas manifestações e reivindicações. Para isso devem organizar-se e utilizar este recurso, a participação. Buscar unidade para que se possa existir ao menos expectativa de mudanças, atualmente não existente no local. A sociedade, para tanto, deve preparar-se em alguns aspectos. O poder público deve aproximar-se da sociedade, viabilizando as reivindicações e apoiando a consolidação de uma sociedade reguladora, responsável e qualificada.

O turismo atualmente em regiões desenvolvidas, é um dos instrumentos de regulação e ordenamento territorial eficientes. Consiste em aproveitar-se dos recursos, utilizando-se da mão de obra local, resgatando cultura e preservando o meio ambiente. Para tanto o Estado deve proporcionar condições para esse processo viabilizar, com a participação dos agentes privados. As comunidades tradicionais necessitam de atenção especial e orientação específica.

É necessário por em prática um modelo de gestão participativa específico para o local. Problemáticas estruturais devem ser resolvidas durante os meses de baixa estação. A legitimação das posses, a regulamentação dos padrões de construção, e a aproximação entre Estado e Sociedade para adaptação de aspectos irregulares no local. Empresários, sobretudo externos, devem estar comprometidos com o retorno social de seus empreendimentos para com o local.

Trata-se de um momento historicamente importante para o futuro da Vila de Encantadas, bem como de toda a Ilha. A maior autonomia do conselho gestor, com participação efetiva de todas as representações de interesse da sociedade deve ser considerada. Bem como a inserção de outros segmentos que venham a contribuir para o conhecimento sobre o local, como um comitê com representantes das universidades e da comunidade científica, grupos de pesquisa em prol do aproveitamento do potencial existente e do estímulo a realização de novos levantamentos, sobretudo humanos.

O envolvimento da comunidade acadêmica pode contribuir a estabelecer a afirmação de uma identidade para o turismo para a vila de Encantadas, e também para a Ilha do Mel. Essa identidade deve buscar em suas manifestações culturais, adaptando-se à atualidade e baseando-se na qualidade de vida da população e de um turismo de baixo impacto, ou ao menos, controlado.

A partir do estabelecimento de uma identidade para o turismo, podem-se buscar formas alternativas para a recuperação socioambiental e de proporcionar um modo mais organizado para a comunidade em suas atribuições. O potencial ecoturístico deve ser praticado desde as suas definições, necessitando para tanto, esclarecimento dos propósitos desta prática. Os incentivos a resgate das manifestações culturais, valorização do conhecimento sobre os bens e recursos naturais locais e uso controlado das Unidades de Conservação para recreação e esportes da natureza são pontos fortes a serem trabalhados com a comunidade de Encantadas.

O artesanato, a pesca, entre outras questões, são patrimônios culturais mal explorados no local. O turista que vai à Ilha do Mel passa a querer estes tipos de atrativos. Estas colocações permitem afirmar que a questão da cultura e do patrimônio deve ser mais atentada por todos os atores sociais que constituem a sociedade local em seus segmentos governamentais e não-governamentais. Tanto a questão do patrimônio natural como o cultural, deve ser especialmente considerada e orientada quanto à exploração, pelos planos (de Uso e de Manejo) reguladores a serem implantados.

Algumas das principais necessidades da população local consistem na qualificação técnica. A vulnerabilidade em relação à forma como o turismo vem procedendo, sugere um plano educacional específico para a população local. Há a carência de planos por parte do poder público para este enfoque social. Os serviços demandados pela atividade turística – diretos e indiretos – induzem à forma como o quadro social pode melhorar se implantado projetos contínuos de conscientização e educação específica para estes habitantes. Havendo melhoria nestes quesitos, considerada a questão social, os problemas ambientais tenderiam a diminuir representativamente.

Trata-se de trazer como recomendação para o caso da Vila de Encantadas, o fortalecimento da identidade e da autonomia para a população local. Orientar, esclarecer e qualificar os habitantes para proporcionar maior policiamento frente ao processo de modificação que vem ocorrendo. Diferentes planos incidentes, restrições legais e demais pontos considerados por diferentes representações governamentais e não-governamentais, devem confluir. O que significa que não se podem resolver os problemas unicamente a partir de um poder centralizado de ações. As instituições precisam, antes de tudo, estarem preparadas para realizar um planejamento estratégico e agir pelo benefício atual e futuro.

Recomenda-se também estudos futuros específicos:

Com relação às territorialidades dentro da área de estudo, e de toda a Ilha do Mel, no sentido de fortalecer a identidade cultural dos habitantes e ampliar o conhecimento das relações espaciais;

Sobre aspectos culturais da população local, considerando-se as diferentes formas resultantes do processo de aculturação que ocorreu e vem ocorrendo nas comunidades da ilha;

A viabilidade de realização de um plano de gestão participativa para as Encantadas e para a Ilha representa outra recomendação a ser estudada com maior grau de especificação. Designar com grau de detalhamento: os grupos sociais, as relações, os conflitos, os benefícios e responsabilidades e associar a estes diferentes elementos e aspectos, os respectivos benefícios e responsabilidades para a realização de cada fase do processo de gestão participativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.C. “Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico” São Paulo, Atlas, 1987.
- ANDRIGUETTO FILHO, J.M. *et. al.* “Metodologia de um Diagnóstico Preliminar” In: Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade. Ed UFPR, Curitiba, 2002
- ALEGRIA, M. F. e SILVA, H. P. “Refletindo sobre a dimensão coletivista do Conselho Gestor” II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Programa EICOS-IP/UFRJ. Disponível em:  
<http://www.ivt-rj.net/sapis/pdf/MariaFernandaAlegria.pdf>
- ANGULO, R. J. “Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná”. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1992.
- ANGULO, R. J. “Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos” In. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 175-185, jul./dez. 2004. Editora UFPR
- ATHAYDE, S. F. e BRITTEZ, R. M. de “As unidades de Conservação”. In: História Natural e Conservação da Ilha do Mel”. Org.: Marques, M.C.M. e BRITTEZ, R.M. Ed. UFPR. Curitiba, 2005.
- ARROYO, Mônica. A regulação do território no contexto da globalização. In. Paisagem, Território e Região: Em busca da identidade. Edunioeste. Cascavel, 2000.
- AZEVEDO, J. “Turismo, Cultura, Patrimônio” In: Turismo com Ética. Org: CORIOLANO, L.N.M.T. Ed. Funece, Fortaleza, 1998
- BENI, M. C. “Análise Estrutural do Turismo”. São Paulo: SENAC, 2004.
- BENITO, E. C. “Descentralización y concertación: las estrategias de desarrollo local”. Andalucía, 2005.
- BERNARDES, J. A. “Mudança Técnica e Espaço: Uma Proposta de Investigação”. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS. RIO DE JANEIRO: EDITORA BERTRAND BRASIL, 1995
- BIGARELLA, J. J. “A Serra do Mar e a porção Oriental do Estado do Paraná” Curitiba, PR, 1978.
- BRASIL/ MICT/ MMA “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” Brasília, 1994.
- BRASIL. Lei 9985, de 18 de Julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação a Natureza e dá outras providências. <http://www.lei.adv.br/9985-00.htm>

CLAVAL, P. “As abordagens da Geografia Cultural” In. Explorações Geográficas: percursos no fim de século. *In*: Explorações Geográficas: Percursos no fim do século/ Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (org.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. As revoluções pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOSEL, Salette (Org.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CONAMA, RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005.

CORIOLOANO, L.N.M.T “Os limites do desenvolvimento e do turismo” In. O turismo de inclusão e o Desenvolvimento Local. Org. Coriolano, L.N.M.T. Ed. Premium, Fortaleza, 2003.

CORRÊA, R.L. “Região e organização espacial” Ed. Ática, 6ª Edição, São Paulo, 1998.

COSTA, M.A.F; RIBEIRO, W.O; TAVARES, M.G.C; “O turismo enquanto espaço de análise geográfica: tres perspectivas de abordagem” Mercator, REVISTA DE Geografia da UFC, Fortaleza, 2004

DE MASI, D. “A Sociedade pós-industrial”, Ed. Senac, São Paulo, 2ª Edição, 1999

DACHARY, A. C. e BURNE, S. M. A. “Globalización, Turismo y Sustentabilidad”. Universidad de Guadalajara - Centro Universitario de la Costa. Puerto Vallarta, Jalisco, México, 2002.

DIEGUES, A.C. “Ilhas e Mares – simbólico e imaginário” Ed. Hucitec, São Pulo, 1998.

ECOPARANÁ. Número de visitantes da Ilha do Mel – 2000 a 2004. Pontal do Sul, PR, 2005.

EMBRATUR/IBAMA, “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, MICT, Brasília/DF, 1995.

ESTEVEVES, C. J. O. “Degradação Ambiental e Turismo na Vila de Encantadas – Ilha do Mel PR : um enfoque a partir da água”. Trabalho de Monografia – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002

ESTEVEVES, C. J. O. “Turismo e qualidade da água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)” Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FERRETTI, E. R. “Turismo e Meio Ambiente: Uma abordagem integrada” Ed. Roca, São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, J. C. “Contribuição para a Geografia da Ilha do Mel”. Curitiba, 1954.

FÜSTER, L. F “Geografia general del turismo de massas”. Alianza Universidad textos, Madrid, 1991.

GANDARA, J. M. G. “La sostenibilidad de los destinos turísticos urbano” In. Organizaciones del Tercer Sector em el Turismo. MOLINA, S. (org.) 2003

GANDARA, J. M. G. TORRES, E. e LEFROU, D. “A participação de todos os atores no processo turístico” In: Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. U.C.S. Caxias do Sul, 2003.

GANDARA, J. M. G. SILVEIRA, C. E. e TORRES, E. “Os atores envolvidos e sua importância no desenvolvimento de destinos/produtos turísticos sustentáveis e competitivos” In: Anais IX ENTBL, ISSN: 1808-9755, Recife, 2005.

GAZETA DO POVO. Notícia veiculada na edição impressa de 20/02/2006. Fonte: <http://canais.ondarpc.com.br/gazetadopovo/impressa/verao/conteudo.phtml?id=538637> Site visitado em Novembro de 2006.

GOMES, P.C.C. “Geografia *fin-de-Siècle*: O discurso sobre a Ordem espacial do mundo e o fim das ilusões” In: Explorações Geográficas: Percursos no fim do século/ Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (org.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

GOMES, P.C.C. “Geografia e Modernidade” 4ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003

GOUVEIA, Y. G “A Lei 7.661 e o II PNGC” In.: Anais do ENCOGERCO – “A qualidade ambiental da zona costeira brasileira”, Santos, SP. 2002.

IAP 2005 “PORTARIA IAP No. 087, de 19 de Maio de 2005”.

IVARS, J. A. “Planificacion turística de los espacios regionales em Espana”. Ed. Sintesis, Madrid, 2003.

KRAEMER, M. C. “Malhas da Pobreza : exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Antropologia , PUC SP. São Paulo, 1978.

KNAFOU, R. “Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo” In: Turismo e Geografia: Referenciais teóricos e enfoques regionais. Adyr Rodrigues (org) Ed. Hucitec, 1999.

LAVILLE, C. e DIONNE. J. “A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas” Porto Alegre Ed. Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

MAACK, R. “A Geografia Física do Estado do Paraná” Curitiba, 1968.

MACHADO, M. e VILLASBÔAS, P.P. “A necessidade do gerenciamento costeiro integrado na Ilha de Santa Catarina: estudo de caso para o Saco Grande” In Revista de Estudos Ambientais, V.2 N.º 2 e 3. Blumenau, 2000.

MARTINEZ, A. J. e HIRABAIASHI, Y. “De la teoria a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitária: uma propuesta metodológica” In Desarrollo Turístico y Sustentabilidad, Guadalajara, 2003

MATHIESON, A. e WALL, G “Tourism: economic, physical and social impacts” Longman, Londres, 1982.

MELLO, R. F. L. “Complexidade e Sustentabilidade” In: Revista de Estudos Ambientais. V2, n. 2,3. Ed. FURB. Blumenau, 2000.

MELLO E SILVA, S. C. B. M. “Geografia, Turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia” In: Adyr, A. B.. (Org.). Turismo e Geografia: reflexos teóricas e enfoques regionais. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MENDONÇA, F. A. “Geografia Física: ciência humana?” 3.ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, A.C.R. “Geografia – pequena história crítica”. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.

MORAES, A.C.R. “Ideologias geográficas” Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.



MOTA, E.L.A; FRANCO, A.L.S; MOTTA, M.C. “Migração, estresse e fatores psicossociais na determinação da saúde da criança” In: Psicologia, reflexão e crítica V12, N01. UFRGS, 1999.

MUEHE, D. “O Litoral brasileiro e sua compartimentação” In. Geomorfologia do Brasil/ Sandra Baptista da Cunha e Antonio José Teixeira Guerra, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 1998.

MICHAELIS “Moderno Dicionário da Língua Portuguesa”. Melhoramentos, São Paulo, 1998

NICOLAS, D. H. ”Turismo y sustentabilidad: crisis de paradigmas y nuevas orientaciones” In. Desarrollo turístico y sustentabilidad – Nieves, S. G. Universidad de Guadalajara, Mexico, 2003.

NIEFER, I. A. “Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel: Marketing como instrumento para um Turismo Sustentável”. Tese de Doutorado, Depto. Engenharia Florestal, UFPR. Curitiba, 2002.

OMT, 1999 OMT, “Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sustentável. Turismo y medioambiente” OMT, Madrid, 1999.

PAIVA, S. M. C. “Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico” In <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OsProgramasGovernamentais.pdf>, 2001.

PARANÁ, “Coletânea da Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel”. IAP, 1986.

PARANÁ, “Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel - PR”. IAP e SEMA, 1996.

PARANA, “Ilha do Mel- Análise da expansão urbana”. Comissão para elaboração do plano de instruções básicas. Curitiba, 1999.

PIRES, P. S. “Dimensões do Ecoturismo”. Ed. SENAC, São Paulo, 2002

POLETTE, M. e SILVA, L. P. “GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado”. *Cienc. Cult.* [online]. Oct./Dec. 2003, vol.55, no.4 [cited 16 January 2007], p.27-31. Disponível em Endereço

eletrônico: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0009-67252003000400017&lng=en&nm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0009-67252003000400017&lng=en&nm=iso)>. ISSN 0009-6725.

RIBEIRO, W.C. e FERREIRA, S.R.B. “Turismo e Desenvolvimento Sustentável” In: Turismo com ética CORIOLANO, L.N.M.T. (org) UECE, 1998.

ROCHA, J.M. “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo: uma perspectiva de conciliação – o caso do município de Guaraqueçaba – PR, Brasil”. In Turismo em Análise. V.17 N.2, 2006.

RODRIGUES, A. B. “Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais”. São Paulo, Ed, Hucitec, 1995.

SACHS, I. “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir”. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M. “Espaço e método” 3.ed. São Paulo, Ed. Nobel. 1992.

SANTOS M. “A Natureza do espaço – Técnica e tempo razão e emoção” 2ª Edição, Ed. Hucitec. São Paulo, 1997.

SEABRA, G .F. “Pesquisa científica: o método em questão” Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

SERRANO, C. (Org). “A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental” Ed. Chronos, São Paulo, 2000.

SILVA, C. G. ; PATCHINEELAM, S. M. ; BAPTISTA NETO, J. A. ; PONZI, V. R. A. “Ambientes de Sedimentação Costeira e Processos Morfodinâmicos Atuantes na Linha de Costa” In: José Antônio Baptista Neto; Vera Regina Abelin Ponzi; Susanna Eleonora Sichel. (Org.). Introdução à Geologia Marinha. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

SILVA, S. M. e BRITTEZ, R. M. “A vegetação da planície costeira” In: História Natural e Conservação da Ilha do Mel. Ed. UFPR, Curitiba 2005

SILVEIRA, M.A. “Ecoturismo na Ilha do Mel/Paraná”. In: Turismo e Meio Ambiente, Fortaleza, v.1. Ed.da UECE. 1998.

SOUZA M. L. “A expulsão do paraíso. O ‘paradigma da complexidade’ e o desenvolvimento sócio-espacial” In: Explorações Geográficas: Percursos no fim do século/ Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (org.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

SOUZA M. L. “mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.” Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

SPERB, M. P. e TEIXEIRA, Rivanda Meira; “A Sustentabilidade Ambiental do Turismo Na Ilha do Mel, PR: Perspectiva dos Gestores Públicos.” Turismo. Visão e Ação (Itajaí), v. 8, p. 1-10, 2006.

TELLES, D.H.Q. “A ocupação do solo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel: análise sobre a expansão e conflitos de uso”. In Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 2004.

TROPMAIR, H. “Geossistemas: enfoque de integração”. In: Revista de Estudos Ambientais, v.2 n.2,3. ISSN:1516-3922. Ed. FURB, Blumenau, 2000.

VERA, J. F et al “Análisis territorial del turismo” Ed. Ariel Geográfica, Barcelona, 1997.

ZAMBONI, A. “Projeto gestão integrada da orla marítima” *In*: Anais do ENCOGERCO – “A qualidade ambiental da zona costeira brasileira”, Santos, SP. 2002.

## **ENTREVISTAS**

AGUIAR, H.	Entrevista concedida em 09/01/2007
AMPESSAN, S. D.	Entrevista concedida em 23/01/2007
BARP, C. e SILVA, D. M.	Entrevista concedida em 20/12/2006
BOSCARDIN, F.	Entrevista concedida em 23/01/2007
GONCALVES, A.	Entrevista concedida em 05/01/2007
GUERRA, H	Entrevista concedida por telefone em 31/01/2007
JUNIOR, W.	Entrevista concedida em 03/11/2006
KAMAROWSKI, N.	Entrevista concedida em 10/12/2006
PEREIRA, N.	Entrevista concedida em 09/12/2006
REZENDE, R.	Entrevista concedida em 04/12/2006
RODRIGUES, A.	Entrevista concedida em 08/12/2006
SANTOS, A.C.	Entrevista concedida em 06/12/2006
SILVA, V. C.	Entrevista concedida em 07/02/2007
SOARES, A.	Entrevista concedida em 05/12/2006

## Apêndice 1: Roteiro de Entrevista

### Roteiro para entrevista com os atores sociais

#### 1. Primeira parte: (Aspectos gerais; Aspectos da Sociedade)

- Comente as características do grupo social representado: Quais são as atividades e/ ou reivindicações junto à Sociedade e Poder Público.
- Com relação aos aspectos da organização e/ou funcionamento da Política Interna e os aspectos da Integração da Comunidade da Vila de Encantadas. Como você considera a situação atual, por quê?
- Quais as manifestações culturais existentes na vila de Encantadas? De que maneira vê a perda de identidade com o local, com relação à cultura?
- Qual o grau de Conscientização dos Habitantes com as questões do Meio Ambiente?
- Existe manifestação de algum aspecto de Criminalidade na comunidade? Quais, e em que grau? E o problema das drogas?

#### 2. Segunda parte: (Aspectos da Infra-estrutura)

- Comente sobre a Saúde e Educação enquanto serviços públicos oferecidos para a comunidade.
- Quais os aspectos sobre a poluição? Comente: (Sonora, Visual, etc.)
- Como está a situação dos esgotos, saneamento e fossas. Quais as principais críticas?
- Considerando o Lixo, qual a sua opinião sobre o processo de coleta, a classificação e a destinação?

#### 3. Terceira parte: (Aspectos da Economia)

- Quais as atividades econômicas existentes na vila de Encantadas?
- Qual a ligação e a dependência da comunidade com o Turismo e como esta atividade vem se desenvolvendo? Qual a importância e repercussão desta atividade? Existe Ecoturismo (potencial e prática)?
- Qual a sua opinião sobre Taxa de visitação, e a do grupo representado?
- Como considera a qualidade de serviços turísticos na comunidade?
- Qual a participação da Pesca e do Artesanato na comunidade? Existem de fato atores sociais nestas atividades socioeconômicas?

#### 4. Quarta parte: (Aspectos da Gestão)

Comente sobre:

- A Gestão do Governo do Estado na ilha e na Vila de Encantadas: IAP e Secretarias.
- A Gestão de Paranaguá na Ilha do Mel e na Vila de Encantadas.
- O Conselho Gestor da Ilha do Mel. Qual a importância e credibilidade?
- Sobre os problemas de parcelamento, uso e ocupação do solo e suas respectivas consequências, quais é a sua opinião? Comente sobre a Regularização Fundiária, se há necessidade e previsão de implantação, e qual o interesse social?

Apêndice 2: Resultados das entrevistas

TABELA 1: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DA SOCIEDADE)						
Aspectos Políticos Internos	Integracao da Sociedade	Conscientizacao Ambiental Habitantes	Manifestacoes culturais	Aculturacao	Drogas	Criminalidade
Nao ha um discurso coletivo, e sim interesses individuais	Nao existe mais integracao, antigamente existia, a comunidade tinha sua linguagem, e suas leis.	É baixa, a maioria nao entende a importancia das Ucs e o papel delas para a humanidade. Nao é claro a LEI ambiental, os planos de uso da ilha, das UCS (confuso para a comunidade)	Teatro, importante manifestacao cultural, mas nao tem apoio. Nao ha mais a cultura do nativo	O modo de vida das pessoas de fora trouxe problemas para a comunidade. A comunidade sofreu , fragmentou-se, segregou-se, pulverizou-se, por influencias foranas.	Ocorre, foi trazido pelo forano.	Nao existe
Boa parte dos nativos nao conseguiu se adaptar às questoes socioculturais. Alguns souberam se aproveitar do turismo.	Os nativos nao misturam-se profundamente com os imigrantes, ha uma relacao de desconfianca as vezes prejudicial	Perceberam que a pesca e água devem ser racionados, pois nao é mais como antes	O fandango nao existe mais, deve ser resgatado.	O nativo foi contaminado pelo turista e vai ser extinto/ expulso da ilha	Melhorou bstt com o tempo. Até anos atrás um dos principais problemas. O imaginário turístico da Ilha do Mel, hoje vinculado á questoes naturais e nao mais ao cons. de drogas. E também educacao com crianças	pequenos furtos
Assoc. Nada fazem, apenas servem para satisfazer o ego e interesses indiv.	Nas Emílias há.	Está melhorando, recursos naturais reservados na natureza pro inverno	Teatro, Pesca, Futebol na praia, Forró, marisco	Nao há resgate, as famílias nao tem interesse em passar os costumes. Reclamam mas nao passam hábitos	Ocorre, impera, piorando.	Pq furtos em funcao das drogas
A comunidade nao aceita certos tipos de mudanca. As discussoes acabam ocorrendo apenas no plano informal. informalidade é mais facil, a maioria das pessoas nao possui o perfil de ir a reuniao	Baseada em interesses	É fraca, deixa a desejar. Pouco entendem e/ou consideram as Ucs e suas implicancias.	Existe uma tentativa de resgate, pequena. Os arteiros da ilha sao o principal exemplo disso. Vem sendo exercido por poucos habitantes, conscientes.	É fruto da globalizacao. O contato com o continente é mto facil. Paragua exerce influencia forte nos padroes de vida e de consumo para os habitantes.	xxx	xxx
Voltada para os interesses individuais	xxx	xxx	Existem manifestacoes. Pesca futebol da praia, teatro.	Os foranos influenciaram mau o nativo, trazendo novidades do mundo urbano. Vem para a ilha explorar e tirar os beneficios sociais que o local possui em circunstancia do turismo	O desemprego é o principal fator	Desemprego causa
Deveria ser mais organizada, para buscar autonomia e gerir as areas de ocupacao.	Pouco unidos, divergencia e competitividade em diferentes niveis socioeconomicos.	A comunidade confunde o Plano de Uso e o Plano de Manejo	xxx	Nao ha como voltar atras, resgate deve ocorrer.	xxx	Indicios de turismo
Individualismo, egoísmo, ganância comercial.	Existe um certo comodismo por parte dos nativos, partido da premissa do excesso de fraternidade, que "sempre tem que receber, sempre tem que ganhar"	Condena a comercializacao dos terrenos feita por alguns nativos no passado	xxx	Atualmente ocorre em funcao da ganancia comercial	xxx	"sexual"
Desintegracao entre as familias. Indiferenca perante o próximo. As empresas locais deveriam realizar sua responsabilidade social	individualismo		Religiosidade e pesca da tainha	xxx	antigamente projetou a ilha. Vem melhorando com acao do p.p.	xxx
nativos se separam, divergem-se, por reivindicarem maiores regalias	3 ilhas na encantadas. 1 constroi, outro puxa o tapete e outro é nulo	xxx	Manifestacoes culturais existem. O teatro importante. O forró como diversao principalmente para os nativos.	Alguns se adaptam outros se ferram. Com relacao à prostituiçao e decerta forma ao problema das drogas, a familia nao estimula, mas tambem nao combate	Existe. O traficante, o mulo e o usuario	prostituiçao infantil, ocorre
Baseada nas associacoes. Deveria existir uma unica associacao na ilha. A comunidade tem vergonha ou timidez de ir até a Associacao. Os comerciantes querem um balneário	Sociedade segmentada. Duas pessoas se unem e formam um grupo de opinioes, isso diverge o discurso e os propositos comuns que possam existir. É extremamente negativo para a ilha	Existe, vem melhrando aos poucos	xxx	A auto estima baixa dos nativos deixa a influencia de pessoas de fora dominar	ocorre	xxx
xxx	xxx	O IAP vem oferecendo Educacao Ambiental	xxx	xxx	Problema	xxx
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
A comunidade se preocupa muito com a educacao	Comunidade Unida com relacao ao Ensino	Crianças estao bem conscientes quanto a educacao ambiental, se comparado ha poucos anos.	Iniciativas importantes, grupo de teatro	xxx	xxx	xxx
xxx	Vai ate a AME para fazer solicitacoes e reclamacoes junto ao PP	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Apêndice 2: Resultados das entrevistas

TABELA 2: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA)					
Saude	Educacao	Poluicao	Saneamento	Fossas	Lixo
Pref. Pgua vem acompanhando atraves do administrador. Tem sido con siderado Bom	Ta bem, a prefeitura paga o transporte dos alunos de 5-8 e segundo grau.	xxx	Complicado. Problema que se arrasta ha anos. Abastecimento vai ser concluido	O Estado nao apresenta propostas, nao instrui, nao da projetos e apenas autua os ocupantes, que nao	Fora do Verao é da prefeitura, no verao existe parceria com empresa. Vem sendo feito um bom trabalho. O centro de triagem infelizmente degrada a paisagem de um local bonito da ilha, mas é o unico local disponivel.
Nao é ruim	Existe estrutura, inclusive com acesso a internet. Resta saber se isso é benéfico de fato.	Sonora, ainda há problemas no controle noturno	Um problema sério, que ja passou da hora de ser resolvido. Trata-se de solucao de tratamento do esgoto.	Existe formas de tratamento alternativas. Cada estabelecimento deve criar e implantar uma, enquanto	A coleta é boa, a classificacao deve melhorar. Falta vontade
Mto bom, 100%.	Bem precário, falta professores. 1 para 2 turmas. Peca.	Sonora, melhorando a cada ano	A populacao vive na expectativa da implantacao do saneamento básico	nao ocorre o saneamento adequado. Requer uma fiscalizacao séria. O tratamento por menor que seja é melhor do que nada	Vem melhorando, está sendo bem feito. Há separacao
xxx	xxx	Visual - Nao ha padrao. Sonora - o turista reclama do braulho.	Principal reivindicacao do grupo social representado junto ao PP. O IAP nao cede abertura para propostas experimentais de resolucao para o problema.	Nao ha padrao. O IAP prefere deixar assim. A Lei ambiental é mto rigida.	Desorganizado a gestao. Mau gerido, entretanto ja foi pior. Sazonalidade - o CG nao se adapta à gustao da sazonalidade, pois no verao modifica-se muito a realidade quanto à geracao de lixo
Ok, vem melhorando	Ok vem melhorando, entretanto está longe de suprir as reais necessidades da comunidade. Orientacao para capacitacao para moradores se beneficiarem mais do turismo e nao somente pessoas de fora.	xxx	O governo nao se move para resolver o problema. Estratégia para nao acontecer nada, evitar o desconhecido futuro da ilha sem o problema do saneamento	Governo nao se preocupa em estabelecer parametros para diminuir o problema da poluicao	ok
xxx	Ambiental, Leis,	Lamentavel um destino considerado de nivel internacional apresentar os problemas de poluicao. Nao é cabivel.	Cúmulo querer falar em Ecoturismo se nao ha fossas nas casas de alguns nativos	Demorou pra resolver	xxx
xxx	Reivindica uma creche para crianas menores de 5 anos	Comerciantes principais poluentes	Comercio gera mto esgoto	comerciantes abusam da capacidade das fossas	Parceria entre Prefeitura e Gov. Estado
a ilha deveria adotar modelos naturais alternativos, tratamentos	nao é ruim			xxx	coleta boa, deve ser tratado na fonte
xxx	xxx	Grave problema dos esgotos. Lei da poluicao sonora nao resolve o problema, o som para mas o bar nao fecha. Caes e gatos, um problema.	Esgoto e agua na administracao da Cagepar, que nao possui tecnologia para tal funcao	Os proprietarios nao sabem como proceder	xxx
xxx	xxx	xxx	Problema serio, multas em nativos por causa das fossas, um dos motivos que mais leva o nativo à AME	xxx	xxx
xxx	xxx	IAP cumpre o papel de informar balneabilidade	Tubulacao pelo canal, inviavel, alto custo. Ideal realocar pro continente de barco.	Nao existe um padrao especifico pra ilha, o solo é fragil,	Melhorando
xxx	educacao ambiental acontecendo, deve ser oferecido linguas estrangeiras.	xxx	Principal problema na ilha, principalmente Encantadas, Vem piorando.	recomenda-se o padrao da Sanepar IAP orienta e multa, populacao nao entende critérios	xxx
xxx	Antes era serial (turmas mistas) mudou, o que melhorou bastante. Alunos de 2.a e 3.a series nao estavam alfabetizados ainda (ha poucos anos atras). Leitura, escrita e calculo sao priorizados na educacao. Geografia, historia e ciencias nao sao lecionados.	xxx	xxx	xxx	Turistas jogam lixo, crianas poe no bolso
Falta medicos durante o ano, a populacao esta grande pra um por semana. Remedios chegam.	xxx	Enfermidades ligadas à poluicao	No verao aumenta enfermidades ligadas à poluicao	xxx	xxx

Apêndice 2: Resultados das entrevistas

TABELA 3: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DA ECONOMIA E DO TURISMO)					
Economia	Pesca	Artesanato	Turistas	Qualidade Prestacao Servicos	Taxa de visitacao
99% Turismo.	No maximo 2 % vive da pesca, pq passou a viver do turismo. A classe mudou de atividade. Nao houve por parte do governo incentivo, cooperativas para o pescador que nao pode mais viver da pesca	Existem poucos artesoes mas existe	Nao possuem estrutura ao chegar na ilha	Vem obtendo melhora.	As taxas sao mal apresentadas, nao ha prestacao de contas confiavel. Deveria ser aplicado na ilha, e para o turista, mas nao acontece. Nao ha sequer estrutura para o turista (banheiro, atendimento)
Gira em torno do Turismo, direta ou indiretamente	A pesca é importante para o turismo.	Ha produtos de fora, deveria resgatar os produtos artesanais locais, como por exemplo os produtos existentes em Paranaguá	O turista quer qualidade, e a paisagem pouco alterada. Rusticidade nao é um problema	xxx	O aumento das taxas sugere melhora no Turismo, o que é bom pra Ilha
Turismo, principal atividade. A pesca tbm ocorre.	Ocorre	Insignificante	Mais conscientes, interessados na natureza	xxx	A favor, a verba é mto útil. Entretanto falta estrutura para o turista
Está baseada na variacao do Turismo. Pesca representa cerca de 5% e esta na mao de poucos. A maioria dos comerciantes é de fora.	Comercial na mao de poucos. Artesanal inexistente.	Existe uma pontual manifestacao pelo resgate. Em geral sao produzidos e comercializados formas de artesanato oriundas de outras regioes	O perfil vem mudando. Ha dez anos atras o turista degradava. Qualificacao.	Variada oferta de qualidade de pousadas.	Importante a cobranca de taxa de visitacao
Turismo. Deve ser feito um turismo de qualidade, para o turista e para a comunidade, nao para interessados do continente	Nao ha mais quantidade de peixe que ofereca emprego para um grande numero de pescadores. É mais rentavel trabalhar como carrinheiro, ou outra atividade ligada ao turismo. No inverno xxx	xxx	Poderiam e mereciam ter mais qualidade no que cerne a taxa de visitacao e orientacao	Pessoas de fora conseguem emprego que deveria sre do nativo, pois o nativo possui mais conhecimento empirico. Teria que preparar o nativo pra trabalhar.	O problema nao é o preco, e sim a má utilizacao das verbas. O turista nao possui estrutura pela taxa que paga.
problemas com negociacao com empresarios na alta temporada, entre operador e empresarios. A renda na obtencao de lucros com o turismo é mal distribuida, nao ha investimento social por parte das principais empresas (pousadas e rest.). Os empresarios mais forte nao possuem interesse na Unidade Social da Ilha, em geral.	xxx	xxx	xxx	Existem servicos de qualidade na ilha, como rest. E pousadas.	xxx
Alguns moradores viveram muitos anos com o dinheiro advindo da venda de lotes. Injusto, Absurdo. As vendas ocorreram de maneira ilicita.	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
turismo	serve ao turismo	venda de artefatos de fora	xxx	xxx	ok a favor
xxx	xxx	Grupos atuam	xxx	xxx	Paliativa, estabelece a ideia de um turismo com menos gente, que gaste mais. Deveria ser utilizada adequadamente, deveria ser aplicado, contudo a burocracia legal
Tem que aquecer mais, propiciando um turismo de qualidade.	xxx	xxx	os principais poluentes (lixo nas praias)	xxx	xxx
xxx	xxx	xxx	É o principal poluidor	xxx	xxx
xxx	Ha pouco estimulo à pesca artesanal enquanto recurso cultural	Existe, pouco resgate com a origem local,	xxx	xxx	xxx
A comunidade tem que se preparar para o turismo	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
xxx	xxx	xxx	Principais enfermidades qto à água	xxx	xxx

Apêndice 2: Resultados das entrevistas

TABELA 4: ENTREVISTADOS X TEMAS ABORDADOS (ASPECTOS DE GESTÃO)			
Gestao IAP	Gestao Pgua	Conselho Gestor	Regularizacao Fundiaria
Deveria limitar-se às questões ambientais, gerenciar somente as Ucs. Deveria esclarecer para a comunidade a Lei ambiental, os motivos das restrições e a importância da preservação. Veta os projetos trazidos pelas lideranças comunitárias, só age em função de seus interesses e utiliza-se do conselho gestor para desviar a atenção e burocratizar este poder vindo de cima. O IAP cobra mas não orienta, não dá amparo. Não esclarece.	Vem sendo positiva, deveria ser responsável por todos os setores de ocupação.	Testa de ferro do Estado. Fachada. A decepção do CG é grande, era uma esperança em nome das vontades sociais na luta por direitos e ordenamento. O IAP veta o que é aprovado pelo conselho. O presidente do CG deveria ser eleito em assembleia pela sociedade e não indicado pelo estado. O CG não resolveu o problema da ilha. As ordens já vêm de cima, o Estado determina. Os conselheiros sentem-se de mãos atadas, não podendo propor, reivindicar.	Deveria ser feita pela Prefeitura nos setores de ocupação, obras e padrões. O IAP deveria ater-se somente em regularizar as UCS
O IAP é bem intencionado. Há confluência de poderes entre IAP, Paranaguá, União, Secretarias. Precisa de RH e trabalhar mais sério na fiscalização. A gestão é complexa. Principal problema é o interesse nas questões do cotidiano na ilha.	Deve ouvir o Estado e gerir de acordo.	Desvio de intencionalidades. Alguns levam para o interesse pessoal. Não há desfecho dos projetos discutidos. Dificuldade em utilizar a verba, pela burocracia	O problema principal da ilha, junto do Saneamento. Como vai ficar? A habitação, se há demanda por terrenos, num espaço saturado. Esclarecer que não há mais como fornecer lotes. Regulagem das construções deve ser feita, Lei para todos. Deve ser realizada com o novo plano, e ajudada na legalidade de posses e cobrança de tributos.
Faz seu papel, de cuidar da ilha	Deixa a desejar, só leva a fama. A saúde está bem, a educação está ruim.	Tem ajudado o Gov. Do Estado. Aos poucos as coisas acontecem. Atualmente bem integrado	Está prevista para o Plano e Sust. Expectativa tbm.
Radical, Centralizador. Relação entre IAP e ACEIM prejudicada por falta de parcerias. Fiscais atuam para mostrar serviço, pouco conhecendo a realidade local. O IAP possui acúmulo de funções. Ainda é flexível com questões sociais, mesmo incumbido de suas atribuições legais. O IAP não esclarece o porque das coisas, mesmo relacionadas à questão ambiental, fica mau explicado o porque das implicações legais quanto à questão ambiental. É visto como um vilão mas na verdade "faz o que pode"	Deixa a desejar. É um poder fora das habilidades de uma pref. Mun.	Administra o orçamento da taxa de visitação porém fica sujeito a burocracia para a utilização do dinheiro.	Deve ocorrer no sentido de incentivar a melhoria do turismo.
O interesse de preservar faz que o IAP não promova um desenvolvimento justo para o setor de ocupação	xxx	Desacreditado, As ordens vêm de cima, não são aprovados os projetos de interesse da comunidade	O IAP não regulariza as propriedades, porque deixando assim nada muda. Parece não querer mudanças.
Centralizador e Autoritário em excesso, deve limitar-se às U.C.	xxx	Vitrine, pouco eficiente, discussões fora da necessidade e de baixo nível	A população local deveria ter interesse na reg. Fund.
Indefere muitos pedidos com respostas vagas de não. Barra até decisões do Conselho Gestor	xxx	Ocorreu um workshop e nivelamento dos conselheiros, esclareceu a função e representatividade social de cada conselheiro (locais e P.P.) Até pouco tempo o CG era uma barreira para que a Comunidade não chegasse ao Governo do Estado, era somente normativo, isto está deixando de existir. Grande expectativa para a implantação do Plano de Sustentabilidade da ilha do Mel (Fragomeni)	Muitos na comunidade não se interessam. É um bem necessário para a ilha. Deve ser realizada na implantação do Plano de Uso.
Problema de Recursos Humanos.	Deve ser em sintonia com o Governo do Estado	Precisa profissionalizar-se	sociedade ilhéu marginalizada, nestes aspectos
Encarregado pela gestão de toda a ilha. Tenta mas não consegue exercer todas as atribuições cabíveis, sob o ponto de vista social, sobretudo. O corpo funcional do Estado é insuficiente (RH). Operação veraz é mau planejada e na ilha precisa-se de preparo para proceder, "deveria começar em marco". O planejamento turístico sofre pela falta de aproximação entre IAP e SEC TUR. Deveria haver uma ação conjunta. Há pouca ou nula participação da PR TUR, por falta de aproximação entre esta e o IAP. É um problema de gestão na prática, planos de governo pouco conectados. O RH do estado é insuficiente em todas as autarquias. Trata-se de um problema institucional do Estado, tem muito a desenvolver, com corpo funcional mais preparado.	A gestão de uma maneira geral é um problema. Fragmentada. A CAGEPAR não tem mostrado preparo para resolver os problemas de saneamento	Vitrine, não consegue executar. Os resultados não surgem.	xxx
Faz o que pode, o dinheiro não chega na ilha, fica no governo	xxx	Vitrine - paritário. Apresenta propostas mas não acontece nada	Complicado, assunto que ninguém quer falar
Falha em questões de ordem de decisão (cargos mais importantes)	Cabe ao prefeito	xxx	Deve ocorrer depois do P.M PEIM e EEIM. Vai regularizar ocupações e cobrar taxas
Deve ser mais contínuo e planejado, existem recursos e devem ser melhor aproveitados, falhas de administração	xxx	xxx	Deve ocorrer, é um problema
xxx	xxx	xxx	xxx
xxx	Falta atendimento médico ao longo do ano	xxx	xxx



**Apêndice 3: Relação de entrevistados****QUADRO 2 - ENTREVISTADOS**

<b>Entrevistado</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Grupos Sociais / Área</b>	<b>Entrevista</b>
Aline Rodrigues	Atendimento Posto de Saúde de Encantadas	Saúde	08 de Dezembro 2006
Ângela Soares	Gerente Executiva Ilha do Mel – IAP	Poder Público – Coordenação da Ilha do Mel – IAP	05 de Dezembro 2006
Antonio Carlos dos Santos	Conselheiro – Prefeitura de Paranaguá	Poder Público – Administração Municipal	06 de Dezembro 2006
Arlindo Gonçalves	Conselheiro – ACEIM	Comerciantes	05 de Janeiro
Camila Barp/ Daniela Meres Silva	Gondwana Brasil Ecoturismo	Operadores Turísticos	20 de Dezembro 2006
Fernando Boscardin	Conselheiro - Sociedade Amigos da Ilha do Mel	Veranistas/ Frequentadores	23 de Janeiro 2007
Humberto Aguiar	Conselheiro ABALINE	Barqueiros/Transportadores	09 de Janeiro 2007
Laura	Professora Escola Municipal Teodoro Valentim	Educação	08 de Dezembro 2006
Neil H. Pereira	Presidente AME	Comunidade (Moradores, Nativos, Pescadores Tradicionais, Carrinheiros, Jovens, etc.)	09 de Dezembro 2006
Nelson Kamarowski	Conselheiro AME	Comunidade	10 de Dezembro 2006
Ricardo Rezende	Conselheiro PRTUR	Gestão Estadual – Turismo	04 de Dezembro 2006
Sonia D. Ampesan	Secretaria Executiva Conselho Gestor	Conselho Gestor	23 de Janeiro 2007
Vanusa Cristina da Silva	Conselheira – EMILIA	Mulheres da Ilha	07 de Fevereiro 2007
Wilson Jr.	Depto. Cultura AME, Condutor Turístico	Jovens, Artesãos, Condutores turísticos	03 de Novembro 2006

FONTE: Daniel Telles

#### Apêndice 4: Conselho Gestor da Ilha do Mel

##### CONSELHO GESTOR DA ILHA DO MEL – 2006

**Presidente** – Luiz Fernando Gomes Braga

**Vice-Presidente** – Lindisley da Silva Rasca Rodrigues

**Secretária Executiva** – Sonia Maria Dotto Ampessan

##### QUADRO 3 – CONSELHO GESTOR DA ILHA DO MEL

Instituição	Conselheiro Titular	Suplência
Instituto Ambiental do Paraná – IAP	Reginato Grun Bueno	Lindisley Rasca Rodrigues
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA	Shirle Margaret dos Reis Branco	Paulo Roberto Castella
Paraná Turismo – PRTUR	Ricardo Nascimento Rezende	Herculano Francisco G. Lisboa
Município de Paranaguá – Vila de Encantadas	Rafael Gutierrez Jr.	Antonio Carlos dos Santos
Município de Paranaguá – Vila de Nova Brasília	Maria Célia Carvalho Bindi	Eliza Antonieta Pedrussi
Batalhão da Polícia Florestal – BPFLO	Capitão César Lestechen Medeiros	Aspirante Kleber Piovezan
Associação dos Barqueiros das Baías do Litoral Norte do Estado do Paraná – ABALINE	Humberto Aguiar Filho	Zoel Pereira
Associação do Comércio e Turismo da Ilha do Mel – ACTURIM	Suzane Albino	Carlos César de P. Gnata
Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM, Encantadas	Arlindo Aparecido Gonçalves	José Manuel Alapont Saes
Associação dos Moradores de Encantadas – AME	Nelson João Kamarowski	Rodrigo Valentim
Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO	Júlio Soares Mendes	Alcione Gonçalves Valentim
Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel	Arlindo Ferreira de Souza	Fernando Boscardin
União das Mulheres da Ilha – EMILIAS	Vanusa Cristina da Silva	Roseli Valentim Santos Lima

FONTE: IAP, 2006

Organização: Daniel Telles

**ANEXOS**

## Anexo 1: Notícia publicada em veículo de informação estadual

VERÃO | LITORAL publicado na edição impressa de 20/02/2006

### Esgoto da Ilha do Mel não tem dono

Governo estadual e prefeitura de Paranaguá não decidem sobre saneamento da Ilha

por: NIKOLA MATEVSKI – GAZETA DO POVO

A Ilha do Mel tem 95% de área verde protegida por lei e bem preservada. É considerada um paraíso ecológico e atrai turistas inclusive de fora do país. Mas, ultimamente, os resultados das análises da qualidade da água do mar têm mostrado que o lugar já não é mais uma “ilha” de preservação, o que ameaça seu potencial turístico. O último relatório da qualidade da água do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) mostra que todos os seis pontos analisados estão impróprios para banho devido à poluição por esgoto (veja quadro). E essa situação de má qualidade da água para banho vem se repetindo durante todo o verão.

Moradores e microempresários locais temem que a situação de degradação ambiental afaste turistas. Eles ainda reclamam que a ilha vive uma espécie de conflito administrativo, com duas esferas públicas diferentes – o governo do estado e a prefeitura de Paranaguá – sendo responsáveis pela gestão dos problemas locais. Mas, segundo os moradores da ilha, o que seria para somar, ao contrário, transformou-se em uma espécie de jogo de empurra a respeito de quem é a responsabilidade do problema.

“As leis (que regem a ilha) não são claras. O que a gente sente é que a ilha precisa de um administrador (único). No que diz respeito à prestação de serviços públicos, temos que recorrer a Paranaguá. Mas a administração do uso do solo é feita pelo IAP (órgão estadual). Nunca sabemos a quem recorrer”, diz Carlos César Gnata, presidente da Associação do Comércio e Turismo da Ilha do Mel.

O caso do saneamento é emblemático. O serviço de abastecimento de água e de tratamento do esgoto da ilha é de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá (Cagepar), empresa controlada pela prefeitura. Mas a Cagepar alega dificuldades financeiras para investir na melhoria do sistema de tratamento de esgoto.

Segundo o diretor-presidente da Cagepar, Edson Pedro da Veiga, a empresa já testou, em novembro, uma tecnologia (aplicação de bactérias no esgoto) que teve resultados positivos na redução dos índices de contaminação. “Nós descobrimos o que pode melhorar. Mas não temos recursos ou uma fonte para poder levantar o orçamento”, diz ele.

O presidente da Cagepar ainda sugere que uma possível fonte de financiamento seria destinar recursos da taxa de visitação recebida IAP para o saneamento ambiental da ilha. “Eles (o IAP) cobram aquela taxa de visitação, mas nós encontramos um pouco de dificuldade em fazê-los investir nessa área”, conta Veiga. Da taxa de visitação cobrada dos turistas, R\$ 1,80 ficam com o IAP.

Moradores e microempresários concordam que o governo do estado poderia assumir a responsabilidade pelo saneamento da ilha. “A água poluída assusta as pessoas. Sendo a responsabilidade da empresa de Paranaguá ou não, o governo do estado, sendo um órgão soberano sobre o município, já deveria ter tomado a iniciativa de resolver esse problema”, afirma Ganta, da associação. “Quando chega a temporada, vêm os fiscais do IAP, montam as tendas (que indicam que a praia está imprópria para banho) só para multar e mostrar serviço para o turista. Mas eles não resolvem os problemas”, reclama o morador Valdemar Valentim Filho, que, durante o verão, trabalha com o transporte de turistas na ilha.

Apesar disso, uma parte dos moradores também tem sua parcela de culpa, ao não dimensionar e fazer manutenção adequada das fossas sépticas. Valentim Filho reconhece que há casas, pousadas e restaurantes que despejam o esgoto diretamente nos rios da ilha, que vão desaguar no mar. “O esgoto na Ilha do Mel é crítico porque ao longo dos últimos 30 anos nunca foram retiradas as fezes das fossas sépticas”, complementa o diretor-presidente da Cagepar, Edson Veiga. “Imagine o depositário que é o subsolo da Ilha do Mel.”

FONTE:

<http://canais.ondarpc.com.br/gazetadopovo/impressa/verao/conteudo.phtml?id=538637>

Site visitado em Novembro de 2006.

## Anexo 2 – Regimento Interno do Conselho Gestor

### CONSELHO GESTOR DA ILHA DO MEL



#### REGIMENTO INTERNO

#### CAPÍTULO I Dos Objetivos

**Art. 1º** - O conselho Gestor da Ilha do Mel, com caráter normativo e deliberativo, instituído pelo Decreto n.º 3502, de 03 de setembro de 1997, tem por objetivo gerenciar as questões administrativas e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas na Ilha do Mel, observadas sempre as condições constantes da Portaria n.º 160 da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda de 15 de abril de 1982.

**Art. 2º** - As atribuições do Conselho Gestor da Ilha do Mel são aquelas definidas no artigo 18º do Decreto Estadual n.º 3502 de 03 de setembro de 1997, podendo também opinar acerca de eventuais alterações do referido Decreto, quando esta se mostrarem necessárias.

(Art. 18 - Fica criado o Conselho Gestor da Ilha do Mel, com a finalidade de gerenciar as obras e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas no imóvel.

**§ 1º** - O Conselho Gestor, de caráter deliberativo, será constituído de forma paritária por membros representantes da administração pública do Estado, do Município de Paranaguá e por representantes das entidades com sede na Ilha do Mel.

**§ 2º** - O IAP, mediante ato próprio de seu Titular, baixará as normas necessárias à execução do presente Decreto, bem como a aprovação da organização do Conselho Gestor da Ilha do Mel, este no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste Decreto.

**§ 3º** - Conselho Gestor atuará em conjunto como IAP nas questões administrativas de interesse público do imóvel.)

#### CAPÍTULO II Das Responsabilidades, Direitos e Obrigações

**Art. 3º** - O exercício como membro do Conselho Gestor da Ilha do Mel é considerado serviço de relevante interesse público, sem direito a remuneração.

**Art. 4º** - Perderá, automaticamente, o mandato de membro do Conselho Gestor da Ilha do Mel, o Conselheiro titular que faltar a três reuniões consecutivas e/ou alternadas, sem motivo plenamente justificado.

**Parágrafo Único** – Considera-se justificável a falta do Conselheiro à sessão quando comunicada ou notificada:

- a) por doença do Conselheiro ou pessoa de sua família;
- b) por afastamento de sua Sede de Trabalho à serviço;
- c) por falecimento de pessoa da família;
- d) por quaisquer outras justificativas submetidas a apreciação e aprovação do Conselho Gestor.

**Art. 5º** São deveres e obrigações de cada membro do Conselho Gestor da Ilha do Mel:

- I. Comparecer às sessões do Conselho;
- II. Exercer os cargos para os quais tiver sido designado;
- III. Exercer funções de relator;
- IV. Participar das sessões, debatendo e votando as matérias nelas apreciadas;
- V. Desempenhar tarefas que lhe forem cometidas pelo Conselho ou pela Presidência;
- VI. Não é permitida a participação de Conselheiro em discussão ou voto de matéria de interesse ou benefício próprio, salvo se convocado ou autorizado pelo Conselho para prestar esclarecimentos;

VII. O Conselheiro suplente poderá participar de todas as reuniões, porém, sem direito a voto e uso da palavra, exceto quando autorizado pela Presidência ou quando em representação do Titular.

**Art. 6º** - Estão sujeitos à sanções e penalidades os Conselheiros titulares e suplentes no exercício de suas atribuições que:

- I. Infringem o presente regimento interno;
- II. Desrespeitem as decisões tomadas pelo Conselho Gestor;
- III. Faltarem com o decoro e agirem com postura de comportamento não compatível com a condição de membro do Conselho Gestor;
- IV. Usarem e/ou se utilizarem de sua condição de Conselheiro para obter e/ou aferir vantagens pessoais.

**Parágrafo único:** São consideradas sanções e penalidades:

- a) Advertência verbal aplicada pela Presidência;
- b) Advertência escrita aplicada pela Presidência e levada ao conhecimento do Conselho Gestor e da entidade representada pelo Conselho advertido;
- c) Suspensão de participação em uma sessão aplicada pela Presidência e levada ao conhecimento do Conselho;
- d) Suspensão dos direitos de participação como membro do Conselho Gestor, proposta pela Presidência e aprovação da maioria simples do Conselho.

### **CAPÍTULO III** **Do Presidente**

**Art. 7º** - O Conselho será presidido e vice-presidido por Representantes do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

**Art. 8º** - São atribuições do Presidente do Conselho Gestor da Ilha do Mel:

- I. Dirigir os trabalhos e presidir a reunião;
- II. Convocar as reuniões do Conselho;
- III. Dirimir dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;
- IV. Encaminhar a votação de matérias submetida à decisão do Conselho;
- V. Assinar atas aprovadas nas reuniões;
- VI. Instituir comissões especiais e câmaras setoriais, compostas por no mínimo 3 (três) membros, devidamente habilitados e aprovados pelo Conselho;
- VII. Despachar os expedientes do Conselho;
- VIII. Assinar as deliberações do Conselho Gestor, remetendo à questões consideradas relevantes para a homologação ou veto pela autoridade administrativa do IAP (Presidente)
- IX. Dirigir as sessões ou suspende-las, conceder, negar e cassar a palavra, ou delimitar a duração das interrupções;
- X. Designar relatores para estudos e assuntos discutidos nas reuniões;
- XI. Distribuir processos e trabalhos para as câmaras setoriais estabelecendo prazos para análise, avaliação e parecer;
- XII. Fazer cumprir este Regimento;
- XIII. Delegar atribuições de sua competência.

### **CAPÍTULO IV** **Da Secretaria Executiva**

**Art. 9º** - A Secretaria Executiva do Conselho Gestor da Ilha do Mel será exercida pelo Instituto Ambiental do Paraná.

**Art. 10º** - A Secretaria Executiva do Conselho Gestor da Ilha do Mel terá as seguintes atribuições:

- I. Assessorar o Conselho em questões de natureza Técnica e/ou jurídica, emitindo pareceres, produzindo estudos, propondo normas e diretrizes;
- II. Auxiliar o Presidente nas sessões do Conselho;
- III. Preparar expediente das reuniões do Conselho;
- IV. Elaborar Atas das sessões e registro das deliberações do Conselho, após a redação final;
- V. Receber e encaminhar aos membros do Conselho as conclusões das Comissões Especiais que servirão de subsídio para discussão do Conselho;
- VI. Transmitir aos membros do Conselho os avisos de convocação de reunião e respectivas sessões;
- VII. Efetuar diligências e encaminhar pedidos de informações;
- VIII. Organizar, sob aprovação do Presidente, a ordem do dia para as sessões do Conselho;
- IX. Distribuir processos e trabalhos às Comissões Especiais;
- X. Escolher, em conjunto com o Presidente, os relatores para as matérias em discussão;

- XI. Manter intercâmbios com órgãos públicos e entidades privadas, visando proporcionar aos Membros do Conselho, os elementos necessários à instrução dos processos;
- XII. Preparar o relatório anual das atividades desenvolvidas no Conselho Gestor da Ilha do Mel, e coordenar a elaboração dos programas a serem desenvolvidos;
- XIII. Desempenhar outras atividades correlatas.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Reuniões**

**Art. 11º** - As reuniões do Conselho Gestor da Ilha do Mel serão efetuadas mensalmente em data a ser definida pelo Presidente e levadas ao conhecimento dos Conselheiros, devendo ser analisadas mediante um quorum correspondente à maioria dos membros do Conselho.

**Parágrafo Primeiro** – Casos específicos poderão ser objetos de reuniões extraordinárias.

**Parágrafo Segundo** – Eventual cancelamento de reunião do Conselho Gestor deverá ser comunicado pelo Presidente no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência aos demais membros do Conselho, com justificativa.

**Art. 12º** - As reuniões extraordinárias com indicação de pauta específica, deverão ser marcadas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelo Presidente ou pela maioria simples do Conselho, neste caso não cabendo veto do Presidente.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Sessões**

**Art. 13º** - Nas sessões do Conselho Gestor da Ilha do Mel será observada a seguinte ordem:

- a) verificação do quorum;
- b) leitura, discussão e aprovação da ata;
- c) expediente e apresentação à mesa, por escrito, de indicação e proposta;
- d) ordem do dia;
- e) assuntos de ordem geral.

**Art. 14º** - A requerimento de qualquer membro, aprovado pela maioria, a ordem do dia poderá ser invertida.

**Art. 15º** - Qualquer membro do Conselho poderá formular proposição sempre por escrito, sob a forma de propostas, sugestões ou consultas na Secretaria Executiva, ou durante as sessões, no período próprio, podendo fundamentá-las oralmente.

**Art. 16º** - Na discussão das matérias, cada membro poderá usar da palavra durante o tempo estipulado pela presidência. O mesmo tempo será concedido para sustentação de qualquer proposição.



**Parágrafo único** – O orador só poderá ser apartado se consentir, não se permitindo apartes paralelos aos discursos.

**Art. 17º** - Qualquer Conselheiro poderá pedir vistas dos processos durante a discussão ou votação que, se deferida pelo Conselho, determinará o adiamento da apreciação da matéria para a sessão seguinte.

**Art. 18º** - As questões de ordens destinadas a preservar o ordenamento dos trabalhos da sessão, poderão ser suscitadas por qualquer Conselheiro mediante indicação de dispositivo regimental em que se fundamentam e serão decididas pelo Presidente, com recurso ao plenário.

**Art. 19º** - As matérias, depois de discutidas e votadas pelo conselho só poderão voltar para nova discussão e votação, decorridos sessenta dias da data de sua votação anterior.

## **CAPÍTULO VII**

### Das Disposições Finais

**Art. 20º** - O Conselho Gestor da Ilha do Mel poderá convidar para orientação e assessoramento de assuntos específicos, os técnicos e cientistas existentes no Estado ou não, que funcionarão como colaboradores.

**Art. 21º** - O mandato dos Membros Efetivos será de 02 (dois) anos, admitida a recondução. Poderá também ocorrer uma segunda recondução, após o decurso de um ano de ausência do Membro junto ao Conselho.

**Parágrafo único** – A entidade representada, no entanto, poderá substituir o membro designado a qualquer tempo, desde que aprovado em assembléia e com a devida justificativa.

**Art. 22º** - Este regimento Interno poderá ser alterado ou reformado pelo Conselho, mediante deliberação tomada pela maioria de seus membros, observando-se sempre a necessidade de estar consoante aos termos do Decreto n.º 3502, de 03 de Setembro de 1997, com a Portaria n.º 020/98 – IAP/GP, de 28 de março de 1998 e com a Portaria n.º 160 da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, 15 de Abril de 1982.

**Art. 13º** - Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Conselho, fazendo-se constar em ata o inteiro teor da Resolução tomada.

Ilha do Mel, 25 de outubro de 2000.